

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANTÔNIO PALOCCI E A RETÓRICA DA
RUPTURA – O MERCADO NA LINGUAGEM DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luis Guilherme Camfield Barbosa

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**ANTÔNIO PALOCCI E A RETÓRICA DA
RUPTURA – O MERCADO NA LINGUAGEM DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Luis Guilherme Camfield Barbosa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

Orientador: Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Barbosa, Luis Guilherme Camfield
Antônio Palocci e a retórica da ruptura - o mercado na
linguagem do Partido dos Trabalhadores / Luis Guilherme
Camfield Barbosa.-2015.
147 p.; 30cm

Orientador: Reginaldo Teixeira Perez
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2015

1. Desenvolvimentismo 2. Liberalismo 3. Partido dos
Trabalhadores 4. Governo Lula 5. Antônio Palocci I.
Perez, Reginaldo Teixeira II. Título.

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Luis Guilherme Camfield Barbosa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: luis.pol_camfield@yahoo.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ANTÔNIO PALOCCI E A RETÓRICA DA RUPTURA – O MERCADO
NA LINGUAGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

elaborada por
Luis Guilherme Camfield Barbosa

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Alfredo Alejandro Gugliano, Dr. (UFRGS)

José Carlos Martinez Belieiro Jr., Dr. (UFSM)

Santa Maria 11 de Junho 2015.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

ANTÔNIO PALOCCI E A RETÓRICA DA RUPTURA – O MERCADO NA LINGUAGEM DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

AUTOR: LUIS GUILHERME CAMFIELD BARBOSA
ORIENTADOR: REGINALDO TEIXEIRA PEREZ
Santa Maria, RS, 11 de Junho de 2015.

A dissertação aqui apresentada tem como objeto de pesquisa a linguagem politicamente construída do ex-ministro Antônio Palocci ao longo do período em que este esteve à frente do Ministério da Fazenda. Far-se-á, a partir da análise textual dos seus discursos, artigos e entrevistas oficiais, uma reflexão acerca das transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores em sua migração de oposição para governo após as eleições presidenciais de 2002 – especialmente no que permeia os assuntos de política econômica. Para tal, proceder-se-á a um resgate do debate histórico entre desenvolvimentismo e liberalismo no contexto brasileiro, bem como a uma breve retomada da fundação e trajetória do PT. O objetivo de tal encadeamento de assuntos é elencar as ferramentas necessárias para o exame conceitual da linguagem do ex-ministro.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Liberalismo. Partido dos Trabalhadores. Governo Lula. Antônio Palocci.

ABSTRACT

Master Degree Thesis
Graduate Program in Social Sciences
Universidade Federal de Santa Maria

ANTÔNIO PALOCCI AND THE RHETORIC OF RUPTURE - THE MARKET IN THE LANGUAGE OF THE WORKER'S PARTY

AUTHOR: LUIS GUILHERME CAMFIELD BARBOSA
ADVISOR: REGINALDO TEIXEIRA PEREZ, DR.
Santa Maria June 11, 2015.

The hereinafter presented thesis has had as researching goal the political language built by former minister Antônio Palocci throughout the period of his term as Finance minister. Through textual analysis of his speeches, articles and official interviews, a deep thinking has been given on the changes taking place in the Workers' Party in its migration from being an opposing party into government after 2002 presidential elections – especially regarding subjects of economic policies. For such, it will be revisited a historical debate between developmentalism and liberalism in the Brazilian context, as well as a brief resumption of the establishment and trajectory of the Workers' Party. The objective of such chain of topics is to list the necessary tools for the conceptual examination of the language of the former minister.

Keywords: Developmentalism. Liberalism. Workers' Party. Lula Government. Antônio Palocci.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Transcrição do pronunciamento do ministro da Fazenda, Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo (02/01/2003)	109
Anexo B – Discurso do ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho no XV Fórum Nacional - O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, organizado pelo Instituto Nacional de altos Estudos (INAE) (22/05/2003)	114
Anexo C – Pronunciamento do Ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV (26/06/2003)	117
Anexo D – Artigo publicado na revista Época: "Também quero crescer" (26/05/2003)	118
Anexo E – Entrevista à revista Veja: "Histeria não baixa juro" (26/05/2003).....	119
Anexo F – Pronunciamento do Ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e televisão sobre a retomada do crescimento (24/10/2003).....	121
Anexo G – Entrevista à revista Exame: "Os pilares não podem mudar" (25/03/2004)	122
Anexo H – Entrevista ao jornal O Globo: "Reformas para consolidar o rumo" (22/12/2004)	125
Anexo I – Entrevista ao jornal Correio Braziliense: "Não vai ter moleza" (24/12/2004)	127
Anexo J – Entrevista à revista Época: "O Desabafo de Palocci" (02/08/2004)	130
Anexo K – Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo: "A rota do desenvolvimento está dada" (23/07/2004)	135
Anexo L – Pronunciamento do ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV (28/02/2005)	137
Anexo M – Discurso do ministro Palocci no Seminário Banco Central do Brasil – 40 Anos (30/03/2005)	138
Anexo N – Discurso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no jantar anual da Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN (01/12/2005)	141
Anexo O – Discurso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Seminário Internacional "Bolsa Família: 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil" (21/10/2005)	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	LIBERALISMO E DESENVOLVIMENTISMO – OS CONCEITOS E A POLÍTICA BRASILEIRA	19
2.1	O liberalismo e o intervencionismo – as raízes exógenas do debate brasileiro	20
2.2	O debate Simonsen-Gudin	27
2.3	Os desenvolvimentismos	32
2.4	A política econômica dos governos militares	37
2.5	A redemocratização – os anos 1990	42
3	UMA BREVE RETOMADA HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – DO MOVIMENTO SINDICAL À FORMAÇÃO DO CAMPO MAJORITÁRIO	47
3.1	A sociologia dos partidos políticos – autores e conceitos centrais	48
3.2	Influências diretas e indiretas – as raízes sociológicas e institucionais do partido dos trabalhadores	53
3.3	A década de 1980	58
3.4	A formação do campo majoritário	64
4	O EXAME DA LINGUAGEM DO EX-MINISTRO PALOCCI – A MUDANÇA ATRAVÉS DA ESTABILIDADE	69
4.1	A carta ao povo brasileiro e o contexto da nomeação de palocci para o cargo de ministro da fazenda	70
4.2	O exame da linguagem do ex-ministro Palocci	76
4.2.1	Análise do texto: transcrição do pronunciamento do Ministro da Fazenda Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo (dois de janeiro de 2003)	76
4.2.2	Análise do texto: discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho no XV Fórum Nacional – O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, organizado pelo Instituto Nacional de Altos (INAE) (vinte e dois de maio de 2003)	79
4.2.3	Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão (vinte e seis de junho de 2003)	81
4.2.4	Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão sobre a retomada do crescimento (vinte e quatro de outubro de 2003)	82
4.2.5	Análise do texto: entrevista à revista <i>Exame</i> – “Os pilares não podem mudar”, por André Lahóz, Cláudia Vassallo e Eduardo Onieque (vinte e cinco de março de 2004)	84
4.2.6	Análise do texto: entrevista à revista <i>Época</i> : o desafio de Palocci, por Gustavo Krieger e Ricardo Grinbaum (dois de julho de 2004)	86
4.2.7	Análise do texto: “A rota do desenvolvimento” – artigo publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (vinte e três de julho de 2004)	87
4.2.8	Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão (vinte e oito de fevereiro de 2005)	89
4.2.9	Análise do texto: discurso do Ministro Antônio Palocci no Seminário Banco Central do Brasil – 40 Anos (trinta de março de 2005)	91

4.2.10	Análise do texto: discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci no seminário internacional "Bolsa Família: Dois Anos Superando a Fome e a Pobreza no Brasil" (vinte um de outubro de 2005).....	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	101
	ANEXOS	107

1 INTRODUÇÃO

O Brasil mudou. Quando se observa a longa cauda da história brasileira, nota-se que, ao final do século XX, o país finalmente consolida-se como nação capitalista e democrática. Acerca dessas características, cabe ressaltar que o aprofundamento do longo e contínuo processo de industrialização (que lança suas raízes nos anos de 1930 e 1940) lograria à modernização da planta produtiva nacional em – praticamente – sua totalidade no início da década de 1990. Contudo, frente às transformações de ordem material na economia brasileira, surgiriam novas dinâmicas sociais. Essas, oriundas do acentuado processo de industrialização e urbanização, acabariam por influenciar os rumos políticos do país: das organizações do mundo do trabalho ao processo de redemocratização.

Diante desse quadro, a instituição do Partido dos Trabalhadores assume posição relevante no contexto brasileiro a partir dos anos 1970. O ineditismo do partido remete a sua origem orgânica, ou seja, a partir de movimentos populares (destoando, dessa maneira, do histórico de formação das agremiações políticas brasileiras, gestadas frequentemente entre as elites nacionais). Originando-se da sinergia entre o novo sindicalismo, os agrupamentos de esquerda, as Comunidades Eclesiais de Base e de outros diversos movimentos sociais reivindicativos, em 1980, seria fundado o Partido dos Trabalhadores – um dos agentes centrais do processo de retomada e consolidação da democracia brasileira durante as duas últimas décadas do século XX.

Desde a (re)abertura da política brasileira na década de 1980 até o ano de 2003, o Partido dos Trabalhadores afirmar-se-ia como o principal partido político brasileiro de oposição aos decorrentes governos civis. Ocupando o espectro político à esquerda, o partido criaria uma imagem política calcada na defesa da inclusão social e da ética na política. Contrário à agenda *neoliberal*, fazia objeções às reformas econômicas empreendidas pelos governos Collor, Franco e Cardoso. O caminho para o Planalto, contudo, marcaria o partido através do abrandamento de posições historicamente defendidas, como a moratória da dívida externa brasileira e a contrariedade a políticas de austeridade econômica.

É sobre esse pano de fundo que o presente estudo se insere. Almeja-se realizar a análise da linguagem política do Partido dos Trabalhadores durante o período de 2003 a 2006, tomando como foco o universo econômico e assumindo como principal decodificador do tema o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci¹. Assim sendo, o objetivo central da dissertação que segue é abordar de maneira analítica as transformações do PT ao longo de sua trajetória: de *oposição a situação* (dentro do âmbito do Poder Executivo federal). Contudo, reitera-se a importância dada à linguagem política empregada nos assuntos econômicos. Por isso a centralidade da figura de Palocci – o primeiro Ministro da Fazenda de um governo petista.

Por conseguinte, parte-se do indicativo de que o século XX possui como uma de suas mais peculiares características a ascensão dos economistas dentro do espaço público, seja como intérpretes, seja como gestores a partir de sua atuação no Estado. O que se salienta é que, ainda que os economistas tenham atingido o status acadêmico e científico anteriormente, foi aproximadamente a partir da metade do século XX que os profissionais de economia tornaram-se membros privilegiados da política nacional².

Consoante a isso, nota-se a especial relevância histórica de duas correntes de pensamento político-econômico brasileiro: os desenvolvimentistas e os liberais. Não obstante a importância de outras linhagens do pensamento econômico

1 Nascido em 4 de outubro de 1960, Antônio Palocci Filho é médico sanitário formado pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Antes de ser eleito vereador, trabalhou por cinco anos como servidor da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em Ribeirão Preto, onde criou o Ambulatório de Saúde do Trabalhador e chefiou a diretoria regional da Vigilância Sanitária. Atuou em 1997 e 1998 como presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo. Vereador do município de Ribeirão Preto em 1989 e 1990, eleito com cerca de 3.500 votos. Deputado estadual em São Paulo, em 1991 e 1992, eleito em 1990 com aproximadamente 25 mil votos. Prefeito do município de Ribeirão Preto, de 1993 a 1996, eleito em 1992, com 112.359 votos. Deputado federal eleito em 1998 pelo estado de São Paulo, com 125.462 votos. Atuou como segundo vice-presidente da Comissão de Reforma Tributária; titular da Comissão de Seguridade Social e Família e como suplente das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Prefeito do município de Ribeirão Preto, eleito em outubro de 2000, com 146.112 votos. Antônio Palocci Filho foi Ministro da Fazenda de 1º de janeiro de 2003 a 27 de março de 2006. Biografia disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2013.

2 Como bem salienta a economista Maria Rita Loureiro (1997): "Nos últimos 50 anos os economistas substituíram os bacharéis em posições de destaque na vida pública brasileira, como ministros e secretários de Fazenda, conselheiros e principais responsáveis pelas ideias e estratégias de vários governos desde o fim do primeiro governo Getúlio Vargas, embora também tenham sido influentes durante a ditadura. Assumiram o papel dos bacharéis do Império e da República, e as escolas de economia brasileiras passaram a desempenhar o papel das *law schools* norte-americanas ou da ENA da *École Polytechnique*, da França" (LOUREIRO, 1997, p. XI).

nacional, o lugar privilegiado que ambas as constelações teóricas, desenvolvimentistas e liberais, assumem no presente estudo justifica-se por conta do seu peso histórico – observável a partir das dinâmicas que imprimiram à trajetória da consolidação da economia brasileira ao longo do último século. *Grosso modo*, esse percurso de construção do Brasil sobre uma economia capitalista se deu através do embate constante entre as políticas e ideias desenvolvimentistas e/ou liberais.

Isso posto, explicita-se o objeto de estudo da presente dissertação: os *discursos, artigos e entrevistas oficiais* do já referido ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. A pergunta (problema) que move a presente pesquisa é definida pelo seguinte questionamento: *como o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci apresenta-se retoricamente à frente das duas correntes do pensamento econômico brasileiro – liberalismo e desenvolvimentismo – em seus pronunciamentos oficiais?* Dito isso, a resposta (hipótese) preliminar ao problema de pesquisa explicitado é: *tomando como ponto de partida as sutilezas do tema, é observável – ou não –, na linguagem do ex-ministro, a mescla de argumentos liberais e desenvolvimentistas.* O objetivo é, conforme exposto anteriormente, lançar novos questionamentos às interpretações acerca da transmutação do PT de um partido de *oposição a situação*.

O método utilizado para a análise dos documentos (obtidos em sua totalidade junto ao portal virtual do Ministério da Fazenda) é chamado de *análise textual*, ou de *linguagem*, por Jean-Louis Sourieux e Pierre Lerat (2002). Em seu *Análise de Texto*, ambos os autores debruçam-se sobre os aspectos técnicos da análise documental. Assim sendo, descrevem o método da análise textual como um amálgama entre a análise de conteúdo – tratamento matemático – e a análise de discurso – que dá especial atenção aos aspectos contextuais e conceituais da linguagem. Conforme os autores, o objetivo de tal procedimento é *deixar o texto falar por si*. Ou seja, tentar, respeitando os aspectos conjunturais que permeiam qualquer documento, extrair do próprio objeto as suas características principais. Em uma expressão: *decompor o texto em seus elementos*. Contudo, cabe ressaltar que o método aqui utilizado não visa à apreensão exaustiva do objeto. Antes, a análise textual abre espaço à interpretação a partir de um método de abordagem previsível e ordenado.

Como percurso, a presente dissertação adota, além deste breve capítulo de introdução ao estudo, o modelo com mais quatro capítulos, três desses centrados no desenvolvimento do tema e um apresentando as considerações finais. Ao longo

do segundo capítulo, intitulado *Liberalismo e Desenvolvimentismo – os conceitos e a política brasileira*, explorar-se-á o debate sempre candente entre os teóricos liberais e desenvolvimentistas, tendo como perspectiva principal os seus postulados à política econômica brasileira. Dessa maneira, elencar-se-ão as principais conceituações de economistas como Roberto Simonsen, Eugênio Gudim, Celso Furtado e Roberto Campos. O objetivo dessa seção é a construção de um *ferramental conceitual* para a posterior análise da linguagem palocciana.

O terceiro capítulo, intitulado *Uma Breve Retomada Histórica do Partido dos Trabalhadores – do Movimento Sindical à Formação do Campo Majoritário*, ocupa-se de um sucinto resgate histórico da formação e trajetória do Partido dos Trabalhadores. Aqui, os aspectos sociais, institucionais e políticos da criação e atuação do PT serão abordados, bem como uma resumida descrição das dinâmicas internas da agremiação que levaram o grupo de Lula e Palocci (Campo Majoritário) à liderança do partido. O intuito do capítulo é elencar os *aspectos contextuais* da trajetória do partido, objetivando, ao final, capacitar com argumentos reflexivos o presente estudo na sua incisão aos pronunciamentos do ex-ministro Palocci.

Finalmente, o quarto capítulo, intitulado *O Exame da Linguagem do ex-ministro Palocci – a mudança através da estabilidade*, trata do exame empírico – fundamentado no método abordado anteriormente – dos discursos, artigos e entrevistas do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. Nesse item, conjugar-se-ão os conteúdos de ambos os capítulos anteriores a partir da análise dos documentos elencados para estudo. Objetiva-se, dessa maneira, encerrar no quarto capítulo um estudo *conceitual* da linguagem do ex-ministro Palocci.

Os fatos reclamam sentido (PARETO, 1984). Todavia, essa afirmação não se coloca como norte epistemológico da presente pesquisa; antes, busca ilustrar a relevância do objeto desta. A história política brasileira recente é, por diversos motivos, ímpar. A escalada ao poder pelo Partido dos Trabalhadores é um deles. Somando-se a isso, encontra-se a singularidade da figura de Antônio Palocci como Ministro da Fazenda. Diferente de uma tradição de economistas que ocuparam o cargo, Palocci é médico de formação. Assim sendo, destaca-se o fato de ser um político na economia – não um economista no meio político – a figura central da dissertação aqui apresentada. Por conseguinte, refletir essa migração de *oposição* para a *situação* feita pelo PT ao longo do primeiro governo Lula – decodificada por

Antônio Palocci no que concerne ao campo político-econômico – é uma tentativa de compreensão da conjuntura política nacional de um passado próximo.

Iniciou-se o presente estudo com a afirmação de que *o Brasil mudou*. Ao término do mesmo, tentar-se-ão lançar - indiretamente - novas reflexões a outro (contínuo) questionamento: *o Partido dos Trabalhadores mudou?*

2 LIBERALISMO E DESENVOLVIMENTISMO – OS CONCEITOS E A POLÍTICA BRASILEIRA

A economia enquanto campo científico sempre demonstrou ser terreno fértil de ideias e teorizações acerca do universo social. E, justamente por se tratar de uma ciência componente do *hall* das humanidades, a divergência de argumentos apresenta-se como uma de suas características mais marcantes. O tema do presente capítulo alinha-se com essa perspectiva e busca retratar a partir do resgate histórico um dos temas mais latentes e polêmicos de nossa contemporaneidade: *no que tange à economia, qual é o papel do Estado brasileiro?*

Dessa maneira, ao olharmos o passado político-econômico nacional, logo averiguamos uma peculiaridade: o debate a respeito da atividade do Estado frente à economia é polarizado por dois grupos que, de certa maneira, dividem o monopólio do tema desde os idos da década de 1930 – os intervencionistas/desenvolvimentistas e os liberais³. A partir disso, será apresentado o debate Simonsen-Gudin. É notável que tanto Roberto Simonsen quanto Eugênio Gudin conseguiram influenciar o pensamento político brasileiro além de seu tempo e que o debate polarizado nos dias de hoje entre desenvolvimentistas e liberais estende suas raízes até os idos dos anos 1930/1940, encontrando como seus mais expressivos radicais os já citados economistas.

Seguindo, examinar-se-ão as décadas que se sucederam ao debate Simonsen-Gudin. As características históricas e conceituais que se referem ao tema serão abordadas a partir da literatura que se debruça sobre o assunto. Assim, tendo a década de 1950 sido marcada pelo triunfo do desenvolvimentismo enquanto política de estado, observar-se-ão as formulações dos economistas cepalinos⁴ Raúl Prebisch e Celso Furtado, bem como as características dos tipos de

³ Apesar da existência de outras correntes formadoras do pensamento político-econômico brasileiro, faz-se o recorte por assumir que, para os fins da presente pesquisa, as linhagens de pensamento liberal e desenvolvimentista foram definidoras de agendas de políticas públicas dos diferentes governos federais ao longo do século XX, até a atualidade. Assim sendo, estudar as características dessas duas correntes de pensamento permite compreender o percurso da economia e da política brasileira no período recente, além do entendimento do passado institucional brasileiro.

⁴ Referente à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

desenvolvimentismos brasileiros. Os anos 1960, 1970 e 1980 serão abordados a partir da ótica do apogeu e crise do modelo de crescimento desenvolvimentista. Por fim, a década de 1990 será debatida a partir dos fenômenos da redemocratização política e abertura econômica.

Assim sendo, o capítulo que segue tem esse duplo percurso: a) enfrentar algumas das principais conceituações dos autores que interpretaram as duas correntes do pensamento econômico brasileiro mais relevantes – liberalismo e desenvolvimentismo; e b) proceder a um resgate da historicidade nacional, com o intuito de melhor compreender a história das ideias econômicas no Brasil e sua influência sobre a política.

O capítulo então é dividido em duas partes: uma primeira, que trata brevemente da generalidade dos conceitos de *Liberalismo* e *Intervencionismo* – que serão utilizados ao longo da presente dissertação; e uma segunda metade, onde se fará uma incursão ao que chamamos de *etapas do debate político-econômico brasileiro*: o debate Simonsen-Gudin e os desenvolvimentismos (décadas de 1940/50); o auge e a crise do Estado Empresário (décadas de 1960/70/80); e, finalmente, os anos 1990 e a retomada da abertura econômica no contexto da redemocratização.

Ao final, espera-se encontrar os conceitos mínimos de caráter político-econômico que nortearam o debate acerca da construção da economia brasileira ao longo do século XX. O objetivo é, a partir desses conceitos, estabelecer as “ferramentas” para interpelar os discursos, artigos e entrevistas do ex-ministro da fazenda Antônio Palocci⁵.

2.1 O liberalismo e o intervencionismo – as raízes exógenas do debate brasileiro

Embora existam diferenciações determinadas por questões casuísticas, entende-se genericamente como pensamento liberal o conjunto de ideias que privilegiam o mercado como o indutor da sociabilidade humana possível. Como

⁵ Conteúdo do quarto capítulo da presente dissertação.

pensamento ético-político, o liberalismo destaca-se como a corrente teórica que privilegia o indivíduo frente à autoridade soberana. Ou seja, em boa medida, quando se fala de *ética liberal*, remete-se àquela que advoga em favor das liberdades individuais (KERVEGAN, 1991). Outra característica relevante do pensamento liberal de recorte político é a pretensão à universalidade de seus postulados. Tradição essa que se inicia com os autores contratualistas, os quais se articularam *pragmaticamente* com o intuito de negar o direito divino dos reis do medievo, *conceitualmente*, opondo-se ao paradigma aristotélico de uma sociabilidade natural do homem (KÜHNEL, 1979). Aqui, a passagem da *a-sociedade* para a *sociedade civil* dar-se-ia pelo artifício humano – a razão. Irmão do liberalismo político⁶,

O liberalismo econômico nasceu não apenas como uma teoria – ou uma ideologia – que acompanhou o desenvolvimento das forças produtivas e a ascensão da burguesia à condição de classe dominante, mas como reivindicação e tradução da emancipação da atividade econômica em relação à moral, devendo ser compreendido, antes de tudo, como uma resposta aos problemas não resolvidos pelos teóricos do contrato social (ROSANVALLON, 2002, p. 8).

Dessa maneira, *sociedade civil* e *mercado* aparecem na argumentação liberal como sinônimos. Todavia, a política é observada com negatividade. Ou seja, a relação entre Estado/Sociedade Civil é sempre de soma zero⁷ – para se avançar em qualquer um dos terrenos, a outra parte da díade necessariamente tem de perder espaço. Assim sendo, os liberais assumem a livre movimentação das forças de mercado como a alternativa mais racional para se atingir a eficiência econômica. Dessa forma, o conceito de *competitividade* apresenta-se como nuclear na

⁶ É observável, na história do pensamento liberal, duas principais correntes que se diferenciam: 1) o liberalismo radical; e 2) o liberalismo social. Essa conceituação pode ser encontrada em Kervegan (1991). Na primeira, o mercado é colocado como centro de todo o tipo de socialização humana, e qualquer tentativa de cercear essa atividade é vista como negativa. O principal expoente desse pensamento é Hayek. Por sua vez, o liberalismo social "reconhece que as disfunções não contingentes da troca e certos efeitos do mercado devem ser corrigidos ou fazer oposição direta através de uma ação preventiva ou redistribuidora, que compete ao Estado" (KERVEGAN, 1991, p. 33). Aqui, o principal decodificador seria John Rawls.

⁷ Para confrontar o dilema *indivíduo vs. sociedade*, enfrentado pelos teóricos do liberalismo ético-político, Châtelet, Duhamel e Pisier-Kouchner (1985, p. 105) apontam para as seguintes formulações: "Podem-se distinguir, *grosso modo*, dois tipos de solução. Uma versão mais ou menos otimista considera que a aplicação de certas 'receitas' institucionais pode subtrair o indivíduo do despotismo, enfraquecendo a autoridade do Estado e impedindo o advento da democracia de massa; para tomarmos o exemplo mais significativo, é o caso da solução buscada por Benjamin Constant (1967-1830). A outra, versão nitidamente mais pessimista, considera o advento democrático como inelutável e tenta preconizar métodos destinados, não a impedir, mas a evitar o excesso de despotismo que um tal advento corre o risco de promover; coube a Alexis de Tocqueville (1805-1859), decerto, ilustrar o modo mais exemplar essa segunda versão".

abordagem liberal. Tanto no que tange ao universo econômico quanto ao político e ao social, a rotinização da competição entre as forças concorrentes tenderia à maximização da *racionalidade* e da *eficiência*⁸.

Apesar desses lugares-comuns (*competitividade, racionalidade e eficiência*), o próprio liberalismo metamorfoseia-se ao longo do tempo como linhagem de pensamento, acompanhando as transformações e reveses da sociedade capitalista. Desde Adam Smith e a concepção de um mercado proponente de civilização diante dos obscurantismos do poder monárquico-religioso na Europa, passando pelas vicissitudes e contradições da revolução industrial, exploradas analiticamente por Karl Marx, e, após ter sido duramente criticado por John Maynard Keynes já no início do século XX, o liberalismo enquanto doutrina econômica passa a aceitar certo grau de intervenção estatal. Ou seja,

Reaparece a ideia de que é preciso um elemento de política, o Estado, e até um elemento de ética, para conter as forças cegas do mercado que, largadas a si mesmas, seriam incapazes de realizar a felicidade humana. [...] Introduce-se a ideia de que através da ação estatal é possível fazer algumas correções, colocar alguns freios no mercado. Há várias alternativas quanto ao grau da correção desejável, desde intervenções parciais para domar a fera, até a substituição do mercado pelo planejamento (CARDOSO, 1993, p. 21).

⁸ Disso, parte a interpretação de que o Estado Liberal seria o único a verdadeiramente defender pressupostos democráticos – justamente pelo apreço à valorização das liberdades individuais: "Disto segue que o estado liberal é o pressuposto não só histórico mas jurídico do estado democrático. Estado liberal e estado democrático são interdependentes de dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que estado liberal e estado democrático quando caem, caem juntos" (BOBBIO, 1989, p. 20-21).

Nesse contexto, caberia ao já citado economista John Maynard Keynes⁹ a crítica fulminante à teoria econômica liberal à época. Em seu ensaio intitulado “O Fim do ‘Laissez-Faire’” [1926] – resultado de uma conferência realizada em Oxford, no mês de novembro de 1924, e de uma palestra realizada na Universidade de Berlim, em junho de 1926 –, Keynes busca explicitar a dimensão ideológica que fundamentaria a teoria do livre-mercado, até então tomada como unicamente científica. Em linhas gerais, o argumento keynesiano orbita em torno da crítica de que a filosofia do livre-mercado tem regido as relações econômicas no mundo ocidental (à época) mais por consenso e hereditariedade intelectual do que por merecimento lógico¹⁰.

A teoria econômica gestada no século XVIII por Adam Smith deita suas raízes no contratualismo dos pensadores do XVII. Em específico, Thomas Hobbes e John Locke, os quais advogavam em suas obras por um indivíduo precedente à sociedade e ao Estado. Hobbes ressaltava imperativos de ordem emocional constitutivos do homem no estado de natureza. Locke, por sua vez, apontava as carências de ordem material. Desse amálgama, nascem tanto a concepção

⁹ "John Maynard Keynes nasceu em 05 de junho de 1883 em Cambridge em uma família de tradição acadêmica. Seu pai era um economista e filósofo, sua mãe se tornou a primeira prefeita da cidade. Destacou-se academicamente em Eton, bem como na Universidade de Cambridge, onde estudou matemática. Depois de se formar, Keynes passou a trabalhar no escritório da Índia, e, simultaneamente, conseguiu trabalhar em uma dissertação – muitas vezes durante o horário de expediente – que lhe rendeu uma bolsa de estudos na Faculdade do Rei. Em 1908, ele deixou o serviço público e voltou para Cambridge. Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Keynes se juntou à tesouraria, e na sequência do tratado de paz de Versalhes, ele publicou ‘As Consequências Econômicas da Paz’, no qual ele criticou as reparações de guerra exorbitantes exigidos a partir de uma Alemanha derrotada e profeticamente previu que seria fomentar um desejo de vingança entre os alemães. Este livro best-seller tornou-o mundialmente famoso. A sua obra mais conhecida, ‘Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda’, foi publicada em 1936, e tornou-se referência para o pensamento econômico futuro. Ele também garantiu sua posição como o economista mais influente da Grã-Bretanha, e com o advento da Segunda Guerra Mundial, voltou a trabalhar para a tesouraria. Em 1942, foi feito membro da Câmara dos Lordes. Durante os anos de guerra, Keynes teve um papel decisivo nas negociações que estavam a moldar a ordem econômica internacional do pós-guerra. Em 1944, ele liderou a delegação britânica na conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Na conferência, ele desempenhou um papel importante no planejamento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Keynes veio a falecer em 21 de abril de 1946". Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/keynes_john_maynard.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2014 (Tradução minha.)

¹⁰ Conforme o referido autor: "A disposição com respeito às questões públicas, que por conveniência denominamos de individualismo e laissez-faire, originou-se de muitas fontes de pensamento e de diferentes impulsos dos sentimentos. Durante mais de cem anos nossos filósofos nos governaram porque, por um milagre, quase todos concordavam, ou pareciam concordar, sobre essa questão. Ainda hoje, não deixamos de dançar a mesma música. Mas paira no ar uma mudança." KEYNES, John Mainard. O fim do *laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *Keynes*. p. 106.

dicotômica moderna entre Estado/indivíduo quanto as bases constituintes da economia clássica como a ciência da escassez (PEREZ, 1998).

A partir disso, a ideia de um método baseado na sobrevivência dos negociantes mais bem-sucedidos e na purga sistêmica daqueles que porventura viessem à falência torna-se uma decorrência lógica. Sob esse olhar, os indivíduos competitivos e egoístas acotovelar-se-iam pelos melhores resultados econômicos e, dessa maneira, distribuiriam indiretamente ganhos à sociedade como um todo. A respeito desse postulado, Keynes é conciso: "A beleza e a simplicidade dessa teoria são tão grandes que é fácil esquecer que ela decorre não de fatos reais, mas de uma hipótese incompleta formulada para fins de simplificação" (KEYNES, s.d., p. 117). E arremata:

Não é verdade que os indivíduos possuem uma "liberdade natural" prescritiva em suas atividades econômicas. Não existe um contrato que confira direitos perpétuos aos que os têm ou aos que os adquirem. O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam. Não é administrado aqui embaixo para que na prática eles sempre coincidam. Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o autointeresse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o autointeresse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente (KEYNES, s.d., p. 120).

Tendo estabelecido esse paradigma, Keynes toma emprestadas as conceituações de *agenda* e *não agenda* de Bentham, para definir a forma de atuação do Estado como um mantenedor do sistema econômico capitalista. Assim, o Estado deveria ocupar a sua agenda com atividades dispensadas pela iniciativa privada, mas ainda sim socialmente importantes. Ou seja, o poder público, segundo Keynes, não deveria concorrer com os indivíduos em áreas onde esses já desempenhassem um papel economicamente satisfatório, mas antes se ocupar de tarefas que não estivessem sendo realizadas. Assim, Keynes introduzia no debate econômico o signo diádico Intervenção/Planejamento. Todavia, não o fez para subverter a lógica capitalista, pelo contrário, com esses postulados o economista inglês buscava cercear a automaticidade das forças de mercado com o intuito de salvar o capitalismo da autodestruição. Nas palavras do próprio autor:

Assim, enquanto a ampliação das funções do Governo, envolvido na tarefa de ajustar a propensão a consumir e a propensão a investir, pareceria a um

plubicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo um ataque terrível ao individualismo, eu a defendo não só como o único meio praticável de se evitar a destruição das formas econômicas existentes, como também como a condição para o bom funcionamento da iniciativa individual (quer dizer, do lucro) (KEYNES *apud* HUNT, 1987, p. 450).

A tentativa de contraponto à teoria keynesiana é feita, em boa medida, pelo economista austríaco Friedrich Von Hayek¹¹ (1899-1992). A sua obra *O Caminho da Servidão* (1944) é dedicada “aos socialistas de todos os partidos”. Contudo, Hayek escreve o documento tendo em vistas a crescente tendência que observava no ambiente público – em especial, na Inglaterra – de defesa do planejamento e do intervencionismo como técnicas econômicas. O ponto nevrálgico para Hayek é que, ao assumir-se a intervenção como técnica, instituir-se-ia tacitamente o autoritarismo político como regra. Nesse sentido, o autor busca a autópsia do argumento intervencionista a partir de suas concepções mais básicas, ou seja, a defesa de que o planejamento econômico via poder público (Estado) seria *per si* mais racional do que a livre movimentação das forças de mercado:

O conceito de “planejamento” deve sua popularidade em grande parte ao fato de todos desejarmos, obviamente, tratar os problemas ordinários da forma mais racional e de para tanto precisarmos utilizar toda a capacidade de previsão possível. Neste sentido, se não for um completo fatalista, todo indivíduo será um planejador; todo ato político será (ou deveria ser) um ato de planejamento, de sorte que só haverá distinção entre o bom e o mau planejamento, entre um planejamento sábio e previdente e o míope e insensato. [...] Mas não é nesse sentido que nossos entusiastas de uma sociedade planejada empregam esse termo [...]. O que nossos planejadores exigem é um controle centralizado de toda a atividade econômica de acordo com um plano único, que estabeleça a maneira pela qual os recursos da sociedade sejam “conscientemente dirigidos” a fim de servir, de uma forma definida, a finalidades determinadas (HAYEK, 1984, p. 57).

A partir desse ponto a argumentação hayekiana divide-se em dois *fronts*: a) a sustentação da competição em oposição ao planejamento; e b) a crítica à suposta racionalidade superior do Estado em comparação com o mercado como ordenamento da vida social. Sobre o primeiro ponto, e a despeito dos argumentos

11 "Friedrich August von Hayek estudou na Universidade de Viena, onde recebeu o grau de Doutor em Direito e Doutor em Ciências Políticas. Após alguns anos no serviço civil austríaco, foi nomeado primeiro diretor do Instituto Austríaco de Pesquisas Econômicas. Em 1931 foi indicado para ministrar uma cátedra na Escola de Economia de Londres, indo em 1950 Para a Universidade de Chicago como professor de Ciências Sociais e Morais. Posteriormente, Hayek lecionou economia na Universidade Albert-Ludwigs de Freiburg, Alemanha, de onde se tornou Professor Emérito em 1967. Hayek foi também professor Emérito da Universidade de Chicago, membro da Academia Britânica e de várias outras universidades. Em 1974 foi-lhe conferido o Prêmio Nobel de Economia" (HAYEK, 1984, p. 1).

dos fatores do planejamento, Hayek aponta para a falta de lógica na afirmação de que a intervenção estatal seria um dado natural da economia devido à suposta exaustão da competitividade do mercado¹². Segundo o autor, a criação de monopólios teria mais a ver com a promiscuidade entre a política e a economia do que puramente uma expressão da natureza da competição no mercado. Conforme Hayek, “se observarmos a regularidade e a frequência com que os aspirantes ao monopólio obtêm o auxílio do Estado para tornar efetivo o seu controle, convencer-nos-emos de que o monopólio não é em absoluto inevitável” (HAYEK, 1984, p. 66).

Todavia, o raciocínio mais ilustrado do autor em questão manifesta-se quando este afirma que, ao solaparem-se liberdades econômicas, subtraem-se também liberdades políticas e civis. Hayek apresenta uma crítica aguda à suposta “direção consciente” do Estado. Conforme o autor, pressupõe-se erroneamente que essa racionalidade que emanaria do poder público seria capaz de decodificar todos os anseios e necessidades de uma sociedade complexa. O *bem comum* traveste-se de esfinge no pensar hayekiano: de difícil conceituação, tratar-se-ia de um engano *a priori*¹³. Isso porque, para definir claramente um *bem comum*, necessitar-se-ia de um código ético e moral completo capaz de abarcar em si as inúmeras questões da vida social e humana. Segundo Hayek, tal código não existiria.

Além de não possuímos uma escala que inclua todos os valores, seria impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre si pela posse dos recursos disponíveis, e atribuir um peso definido a cada uma delas. No que diz respeito ao nosso problema, não tem grande importância se os objetivos de cada indivíduo visam apenas às suas necessidades pessoais ou se incluem as de seus amigos mais próximos, ou mesmo dos mais distantes – isto é, se ele é egoísta ou altruísta na acepção comum de ambas as palavras. O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta da presença de um número limitado de necessidades. Quer os seus interesses girem apenas em torno das próprias necessidades físicas, quer se preocupe com o bem-estar de cada ser

¹² Sobre o assunto, o referido autor afirmaria: “É significativo que poucos defensores da planificação se contentem em afirmar que o planejamento central é desejável. A maioria deles afirma que não há mais escolha, e que circunstâncias incontroláveis nos obrigam a substituir a concorrência pelo planejamento. Cultiva-se deliberadamente o mito de que estamos tomando esse novo caminho não por nossa vontade, mas porque a concorrência está sendo eliminada por transformações tecnológicas que não podemos deter nem devemos impedir” (HAYEK, 1984, p. 64).

¹³ Segundo um analista do pensamento político liberal: “Hayek por isso recusa o conceito tradicional de bem comum: os homens, para viver em conjunto, não têm necessidade de entrar em acordo sobre os objetivos. Ao contrário, é a interação aleatória dos objetivos individuais (e dos “desígnios”) que provoca uma ordem global irreduzível a seus componentes, de modo que a preservação dessa ordem enquanto tal, em seu caráter não intencional, é o verdadeiro bem comum” (KERVEGAN, 1991, p. 48).

humano que conhece, os objetivos que lhe podem dizer respeito corresponderão sempre a uma parte infinitesimal das necessidades de todos os homens (HAYEK, 1984. p. 76).

Assim, o arbítrio de uma autoridade central (no caso, o Estado) é inevitavelmente parcial. Isso, quando somado a uma concepção hobbessiana do homem, acaba por formular a equação hayekiana a respeito da intervenção do Estado na economia. Dessa maneira, a política é tomada de valor negativo: a função do Estado enquanto poder público deveria ser tão somente o afastamento de fatores que poderiam vir a perturbar a ordem espontânea da sociedade civil (mercado). Nesse sentido, Hayek não busca inovar a filosofia liberal, antes, dá novo fôlego às teorias clássicas de Smith, Ferguson e Hume (KERVEGAN, 1991). Ao parafrasear Lord Acton¹⁴, Hayek (1984) nos dá indícios do que viria a seguir:

Há razões de sobra para se crer que os aspectos que consideramos mais detestáveis nos sistemas totalitários existentes não são subprodutos acidentais mas fenômenos que, cedo ou tarde, o totalitarismo produzirá inevitavelmente. Assim como o estadista democrata que se propõe a planejar a vida econômica não tardará a defrontar-se com o dilema de assumir poderes ditatoriais ou abandonar o seu plano, também o ditador totalitário logo teria de escolher entre o fracasso e o desprezo a moral comum (HAYEK, 1984, p. 134).

Dadas as coordenadas do debate entre intervencionistas (keynesianos) e (neo)liberais em um panorama mais amplo, seguem os tópicos estabelecidos para o presente capítulo, no qual serão abordadas as características do mesmo debate dentro do cenário nacional.

2.2 O debate Simonsen-Gudin

O panorama econômico brasileiro anterior à década de 1930 era de grande dependência referente a alguns produtos da cesta de exportação – cacau, algodão, borracha e, em especial, café. Era dessa maneira que o Brasil se inseria no mercado mundial: como exportador de bens de consumo perecíveis e importador de bens manufaturados. Assim, o chamado ciclo do café – como os precedentes ciclos do

¹⁴ "Todo poder corrompe, e o poder absoluto corrompe de maneira absoluta."

açúcar no século XVII e do ouro no século XVIII – consolidou, ao final do século XIX, o papel eminentemente agrícola da economia nacional. Todavia, com a desestabilização econômica pós-1929, o governo federal passa a adotar práticas políticas com um maior grau de intervenção.

Dessa maneira, conforme abordado anteriormente – quando dá discussão a respeito da obra de Lord Keynes – no Brasil, como em todo o mundo ocidental, o liberalismo estava perdendo espaço. E, assim como nas economias de além-mar, a crise financeira de 1929 foi a oportunidade para a expansão do pensamento planejador. Somando-se à crise econômica internacional, a crise política brasileira pôs em xeque a conhecida tradição oligárquica de ocupação do poder pelas elites do Sudeste, instaurando assim um novo ciclo político nacional – a *Era Vargas*. É a partir desse cenário de volatilidade institucional que surge a polêmica entre intervencionistas e liberais no contexto brasileiro.

Injetando novo fôlego político no ambiente público nacional, Vargas empreende uma genuína transformação no Estado brasileiro – e nesse novo projeto de nação, a economia desponta como um dos principais cenários de mudança. Sabendo utilizar do apoio do alto-comando do exército e de alianças políticas com as demais oligarquias-satélites (especialmente, a dos estados nordestinos), Vargas ascende ao posto máximo do poder executivo nacional e, a partir disso, opera um emaranhado plano político de sustentação e governabilidade, que ia desde acordos com as tradicionais elites rurais até o projeto de rápida urbanização e industrialização da matriz produtiva nacional.

A partir desse pano de fundo, é notável a ascensão dos economistas como os principais tradutores do mundo público no período posterior a 1930 e, em especial, no pós-1940 – ambiente que, até o momento, era ocupado preponderantemente por profissionais do direito¹⁵. Nesse sentido, a atualidade do embate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín (1944-45) evidencia-se na sempre presente dúvida a respeito do papel do Estado brasileiro no que permeia o assunto ligado à economia: a gradação de intensidade do planejamento e da intervenção (para mais ou para menos) foi e continua sendo um elemento de disputa na celeuma de signos que envolvem a política nacional.

¹⁵ Para um maior aprofundamento do tema, ver: LOUREIRO, Maria Rita. *Os Economistas no Governo – Gestão Econômica e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

Por conseguinte, a dimensão intrínseca ao debate entre os dois autores dizia respeito às características do modelo econômico brasileiro. Como os principais decodificadores do tema durante o período retratado, ambos, Simonsen e Gudin, tiveram a difícil tarefa de diagnosticar e prognosticar cenários a respeito da industrialização ou não da planta produtiva nacional –em outros termos, qual era e qual deveria vir a ser o motor da economia brasileira.

Situa-se, dessa maneira, a contenda aqui apresentada fora do terreno das abstrações. A altercação entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin possuía temas vinculados diretamente à realidade material brasileira. Respectivamente, o primeiro vocalizava em favor da indústria nacional – especialmente da Região Sudeste –, por sua vez, Gudin falava em defesa do setor agroexportador, associado ao grande latifúndio.

O argumento simonseniano era proponente da ação estatal planejadora na economia, na qual o Estado dotado de uma racionalidade superior, estrategicamente influenciaria o desenvolvimento industrial, visando ao rompimento com o subdesenvolvimento brasileiro. Assim sendo, a sociedade civil seria incapaz de, partindo de esforço próprio, produzir uma lógica virtuosa competente o suficiente para promover o crescimento econômico e a modernização da nação. Logo, explicita-se outro ponto central na retórica simonseniana: o apelo ao nacionalismo. A dimensão interventora da política na economia tinha fins em um *projeto nacional*. Dessa forma, a linguagem empregada por Simonsen – e que depois encontraria eco nas teorias desenvolvimentistas¹⁶ – falava a um projeto a ser construído. Assim, o planejar vincula-se a um vir a ser.

Dessa maneira, no pensar simonseniano, a industrialização da matriz produtiva nacional dependia diretamente de uma decidida atuação estatal, na qual o protecionismo e o planejamento seriam os principais instrumentos de transformação. Nesse sentido, ao que competia à ortodoxia liberal, Simonsen argumentava que o

¹⁶ O presente trabalho alinha-se à perspectiva trazida por Bielschowsky que aponta Simonsen como um dos principais precursores do pensamento desenvolvimentista, porém, sem ter tido contato diretamente com o mesmo. Segue citação a respeito: "A nível analítico, conforme argumentamos mais adiante, seu pensamento [de Simonsen] ainda se situa num vazio teórico, compreensível, nas circunstâncias das décadas de 30 e 40, nos países subdesenvolvidos, e superado, na América Latina, apenas após a chegada da teoria cepalina do desenvolvimento, em 1949. A nível de ideologia econômica, porém, a obra de Simonsen contém os elementos básicos do ideário desenvolvimentista, presentes no pensamento de todas as correntes favoráveis, nos anos 50, à implantação de um capitalismo industrial moderno no País" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 97).

livre-cambismo só existia, até hoje [sua época] para os povos de riqueza consolidada (BIELSCHOWSKY, 1988). Assim, Simonsen equalizava o signo proteção ao conceito de nação em seu ataque ao liberalismo econômico.

Outrossim, alinham-se os pontos defendidos por Simonsen a favor da industrialização e dos interesses do Governo Vargas à época. Afastadas as sutilezas que envolveram a relação entre o pensamento industrialista e o período varguista, estavam em jogo interesses confluentes: de um lado, Vargas desejava debelar a estrutura política oligárquica de âmbito nacional; por outro lado, os industrialistas representados mais eloquentemente por Simonsen possuíam como objetivo a superação da matriz economia brasileira, fortemente caracterizada pelo latifúndio agroexportador.

Contudo, não se deve confundir o intervencionismo planejador de Simonsen com um autoritarismo de fins. Aproximando-se de Keynes, a retórica simonseniana advogava pela intervenção estatal pró-sistêmica de modo a proteger a iniciativa privada nacional. Assim sendo, Simonsen visava à defesa do mercado interno brasileiro em um modelo no qual a economia nacional deveria, progressivamente, voltar-se para dentro. Complementando:

O mercado de câmbio, o aparelhamento de crédito, o sistema monetário, a distribuição de energia elétrica e os principais meios de transporte estão sob o controle do Estado. Estamos, portanto, diante de uma situação de fato. Não se trata de escolher entre a presença ou a ausência do intervencionismo, mas, sim, entre o bom e o mau intervencionismo (SIMONSEN, 2010, p. 134).

Por sua vez, como o principal contentor à argumentação simonseniana e ao posterior desenvolvimentismo, Eugênio Gudín buscava equivaler os signos de intervenção e planejamento ao conceito de autoritarismo político – demonstrando assim marcantes cores hayekianas – em sua linguagem. Conforme Gudín, a antecipação das decisões a partir da atividade planejadora inevitavelmente levaria ao autoritarismo. Dessa maneira, afirmava também que, onde o empresário paulista (Roberto Simonsen) advogava por “interesses nacionais”, estaria na verdade falando a favor de “interesses dos industriais” (GUDÍN, 2010).

Os congressos promovidos pelas "classes produtoras" são, além do mais, dominados pelas "entidades de classe", especialmente pelas Federações das Indústrias, que, enfeixando as posições-chave do conclave e recorrendo às táticas dos parlamentos políticos, fazem vingar conclusões e princípios ao sabor de suas preferências. O calor de minha crítica aos "interesses reacionários" não provém de azedumes pessoais, nem visa às

indústrias do dr. Simonsen e sim à política da classe que é S.S^a expoente máximo e que, não satisfeita de realizar durante a Guerra lucros astronômicos, ainda tem a coragem de invocar (e obter) no após-guerra o amparo do Estado para elevar ao infinito as tarifas aduaneiras através da "licença prévia" [...] e de invocá-lo ainda mais para "não permitir que se prejudiquem as atividades já em funcionamento COM INSTALAÇÕES DE INICIATIVAS CONCORRENTES" (GUDIN, 2010, p. 184, grifo do autor).

Em suma, a razão contra a qual Gudin insurgir-se-ia mais fortemente é a defesa de Simonsen à intervenção estatal somada a uma política de escolha de setores privilegiados a serem protegidos. Se assim se procedesse, argumentava Gudin, solapar-se-iam os princípios mais básicos da economia capitalista moderna: a *produtividade* e a *competição* (daí a explícita ironia contida na passagem referida acima). Entenda-se: Gudin não era contrário à industrialização; era, sim, contra a industrialização artificialmente desenvolvida – por enxergar nessa uma baixa produtividade e competitividade relativa. Da mesma maneira, não era contrário a toda e qualquer atividade estatal na economia. Em suas palavras:

É, ao meu ver, função privativa do Estado planejar: a saúde e a educação; a moeda, o crédito, as finanças públicas, o regime tributário; as obras públicas; os serviços de utilidade pública, com execução por concessão ou delegação, especialmente os de transportes, comunicações e energia hidroelétrica; a política de fomento à produção industrial, agrícola e mineira; a defesa e segurança nacionais; a organização do serviço público civil; a imigração, a legislação e o seguro sociais; as medidas de proteção ao solo, de fiscalização de gêneros alimentícios, de combate aos abusos do capitalismo; etc. Tudo, em suma, que é necessário fazer e que não cabe à iniciativa privada. Ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão de favores, indo até a garantia de juros ou a subvenção, se necessário – mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais. Ampare igualmente a lavoura, com assistência técnica, distribuição de sementes, facilidade de aquisição de máquinas e de adubos, combate às pragas, etc., mas não participe diretamente da atividade agrícola e, uma vez restabelecida a normalidade do comércio e dos transportes, acabe com os "institutos" do açúcar, do café, do mate, do sal, do pinho, etc. (GUDIN, 2010, p. 189).

Ou seja, os princípios do livre-mercado deveriam ser respeitados observando a limitada ação planejadora e interventora por parte do Estado. Essa deveria prezar pela atuação pró-sistêmica a partir de uma lógica fomentadora, mas não dirigista. Conforme Gudin, a dinâmica econômica nacional deveria prestar satisfações a uma lógica *ricardiana*, onde a equação (sempre de soma zero) entre o comércio internacional privilegiaria as economias especializadas e competitivas. Resumindo: para Gudin, o Estado brasileiro deveria adotar uma política fomentadora de produtividade em relação à economia nacional; dessa maneira, antepor-se-iam os

empreendimentos possuidores de um índice competitivo maior e com um coeficiente de produtividade elevado a outros não tão eficientes.

Eugênio Gudín e Roberto Simonsen são, por diversos motivos, considerados os principais decodificadores desse momento da política econômica nacional. O seu debate, datado em meados dos anos 1940, explicita por diversas maneiras o teor ideológico do conflito simbólico entre desenvolvimentistas e liberais ao longo do segundo quartel do século XX. Não fosse sua morte prematura, Simonsen teria testemunhado a vitória de seus postulados favoráveis à intervenção e ao planejamento econômico¹⁷. A política brasileira durante os anos 1950 foi marcada pelo aprofundamento da retórica no entorno de um projeto nacional. O Brasil, então, constituir-se-ia como um plano a ser traçado e alcançado. Nesse ínterim, a economia teria papel protagonista: tratava-se de modernizar o País através da industrialização. Subtraindo-se um pequeno período ainda durante o Governo Dutra (1946-47) em que os liberais esboçaram uma tentativa de resposta, o pensamento planejador seria hegemônico durante os anos subsequentes, alcançando o seu apogeu nos anos 1950 e o seu progressivo declínio a partir da década de 1960 em frente.

2.3 Os desenvolvimentismos

Em um exaustivo estudo sobre o tema, Ricardo Bielschowsky (1988) examina a historicidade e as características conceituais do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Nessa obra (que se trata de sua tese de doutoramento) o autor realiza a classificação interna referente às diferentes correntes do desenvolvimentismo, seriam elas: o desenvolvimentismo do setor privado; o desenvolvimentismo do setor público não nacionalista; e o desenvolvimentismo do setor público nacionalista. Os membros do primeiro tipo eram compostos predominantemente por empresários e

¹⁷ Segue uma nota explicativa a respeito do assunto: "Simonsen morreu em 1948, ano de início do funcionamento da Cepal. Essa coincidência histórica teve sua importância na evolução do desenvolvimentismo: a Cepal, organismo que ostentava a credibilidade da ONU, tornou-se o principal órgão a dar sequência imediata ao trabalho de legitimação que Simonsen vinha realizando através da Fiesp e da CNI. A Cepal representou, em relação a Simonsen, um avanço importante: forneceu um poderoso instrumento analítico antiliberal, que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas da área privada e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 92-93).

industriais civis, tendo como principais órgãos de vocalização a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). As correntes desenvolvimentistas do setor público, nacionalista e não nacionalista, eram compostos pela intelectualidade nacional e também por funcionários públicos de alto gabarito. Com efeito, os três setores do pensamento desenvolvimentista concordavam a respeito de a industrialização ser a única saída para o desenvolvimento econômico brasileiro à sua época. Contudo, as discórdias situavam-se no tocante à natureza da intervenção estatal, à maior permissividade (ou não) com o capital estrangeiro, à tolerância com um certo índice de inflação e aos conflitos distributivos.

No setor público havia duas posições de desenvolvimentistas básicas quanto à intervenção estatal: os economistas que denominamos "não nacionalistas" preconizavam soluções privadas, de capital estrangeiro ou nacional, para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura, admitindo a intervenção estatal apenas em último caso; e os "nacionalistas", ao contrário, advogavam a estatização dos setores de mineração, transportes, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base. Já entre os desenvolvimentistas do setor privado, as posições sobre o assunto não eram uniformes, encontrando-se economistas que se aproximavam da primeira posição e outros de visão mais nacionalista (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 91).

Roberto Simonsen, como exposto anteriormente, foi o principal ideólogo e precursor do grupo de desenvolvimentistas do setor privado. Os desenvolvimentistas não nacionalistas compunham um grupo peculiar: contrários ao aumento exponencial nas atividades estatais na economia, defendiam que o Estado não deveria imiscuir-se nos setores onde a iniciativa privada possuía competência para tomar a frente; a essa característica, somam-se a maior flexibilidade quanto a utilização de financiamento estrangeiro e a ênfase dada quanto ao combate à inflação. Observados por essa ótica, esse setor específico do pensamento desenvolvimentista aproxima-se consideravelmente do pensamento liberal – tendo como ponto de distinção a decidida defesa da industrialização como meio de se alcançar o desenvolvimento econômico. O maior representante desse grupo foi o economista Roberto Campos¹⁸ (BIELSCHOWSKY, 1988).

¹⁸ Bielschowsky não se furta de fazer comentários a respeito da importância do pensamento camposiano para a economia nacional, para fins do presente trabalho, extrai-se o seguinte: "Observado retrospectivamente à luz do processo histórico efetivamente ocorrido no país, Campos destaca-se nos anos 50 como um pensador certeiro. Foi, sem dúvida, o melhor economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura de economia industrial internacionalizada. Campos apostou na industrialização pela via da

A respeito do pensamento desenvolvimentista nacionalista, segue uma extensa citação que, por sua objetividade e clareza, é merecedora de ser transcrita na íntegra:

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham, como principal traço distintivo, uma decidida inclinação pela ampliação da intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Tratava-se de um conjunto de técnicos de órgãos do governo que pautavam seu exercício profissional pela ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras. Consideravam que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro e necessitava de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais. Vale dizer, do Estado, já que era consensual que a debilidade do empresariado nacional inviabilizava soluções privadas. Eram céticos quanto às possibilidades de contribuição do capital estrangeiro na fundação dos alicerces da estrutura industrial a ser formada. Particularmente no que dizia respeito aos setores historicamente dominados pelo grande capital estrangeiro, como transporte e energia elétrica, ou por ele cobiçados, como petróleo e mineração em geral, a ideologia da industrialização ganhava conotação fortemente nacionalista e estatizante. O mesmo se dava com o caso de setores industriais básicos, em particular, com a grande indústria química e com a siderurgia (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 152).

Para além da já citada "decidida inclinação pela ampliação da intervenção do Estado na economia", outros dois traços distintivos caracterizavam essa corrente de pensamento: uma maior permissividade com a política monetária, sendo essa subalterna à política de desenvolvimento econômico, e uma maior relevância dada às questões de cunho social – quando comparada com as outras duas correntes desenvolvimentistas. Nesse recorte, a maior flexibilidade a respeito dos índices inflacionários compunha o aspecto mais marcante da distinção dos desenvolvimentistas nacionalistas dos desenvolvimentistas do setor privado e dos não nacionalistas. A dimensão social subordinava-se à importância da industrialização: o processo de industrialização, por si, seria transformador o suficiente a ponto de alterar as relações de classe na sociedade brasileira, arrefecendo dessa maneira as desigualdades, sendo também o principal instrumento

internacionalização de capitais e do apoio do Estado e ganhou" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 124). Conforme um estudioso do pensamento político de Roberto Campos, em um segundo momento, ao se aproximar do pensamento político econômico gudiniano – após a derrocada do modelo desenvolvimentista já nos anos 1980 –, Campos ganharia pela segunda vez o debate público institucional a respeito do modelo econômico nacional (PEREZ, 1999).

do combate à miséria¹⁹. Dos desenvolvimentistas de tipo nacionalista, Celso Furtado²⁰ foi aquele que melhor soube decodificar o projeto em questão, somando a ele o pensamento estruturalista cepalino.

Furtado foi o principal pensador brasileiro a trabalhar na Cepal. Tendo estado em contato com Raúl Prebisch, absorveu os principais ensinamentos do economista argentino, adaptando os seus postulados à realidade brasileira de sua época. Com Prebisch, compartilhava a noção de que a teoria econômica ortodoxa não daria conta das complexidades estruturais e estaria ultrapassada frente à realidade dos fatos latino-americanos. Como é observável na citação seguinte, Prebisch computava também à marcha da história a falência das teorias "duras":

Na América Latina, a realidade está minando o esquema ultrapassado da divisão internacional do trabalho, a qual alcançou grande importância no século dezanove e, como uma concepção teórica, continua a exercer uma influência considerável até muito recentemente. Sob esse esquema, a tarefa específica que recaía à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, era a de produtora de alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Não havia lugar para a industrialização dos novos países. Essa, no entanto, está sendo imposta pelos eventos. Duas guerras mundiais em uma única geração e uma grande crise econômica entre elas mostraram aos países latino-americanos que suas oportunidades, claramente apontam para o caminho da atividade industrial²¹ (PREBISCH, 1950, p. 1).

¹⁹ A respeito do ponto em questão: "A 'fé' na industrialização como via de superação da miséria era, sem dúvida otimista e mesmo ingênua, mas estava longe de ser conservadora. Afinal, o amadurecimento político da sociedade brasileira não permitiu, antes do final dos anos 50, a politização do debate desenvolvimentista ao nível da discussão de reformas progressistas que tangenciassem as questões básicas associadas às relações de produção entre as classes sociais [...]. Por isto, embora o "reformismo" dos desenvolvimentistas nacionalistas contribuisse para diferenciá-los das outras correntes de pensamento, não chegou a ser fundamental para o cerne do que constituía o elemento definidor de seu pensamento. Em outras palavras, não constituiu o elemento essencial à definição de seu projeto básico, ou seja, da proposta de garantir a presença maciça do Estado na economia, de modo a viabilizar a superação do subdesenvolvimento e a emancipação econômica e política através de um processo de industrialização" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 156).

²⁰ Conforme Bielschowsky: "Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil. Coautor das teses estruturalistas, aplicou-as ao caso brasileiro e divulgou-as no país com grande competência, dando consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento de parcela significativa dos técnicos governamentais engajados no projeto de industrialização brasileira" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 157).

²¹ Tradução minha do original: "In Latin America, reality is undermining the outdated schema of the international division of labour, which achieved great importance in the nineteenth century and, as a theoretical concept, continued to exert considerable influence until very recently. Under that schema, the specific task that fell to Latin America, as part of the periphery of the world economic system, was that of producing food and raw materials for the great industrial centers. There was no place within it for the industrialization of the new countries. It is nevertheless being forced upon them by events. Two world wars in a single generation and a great economic crisis between them

Assim, Prebisch lançava um novo desafio aos economistas latino-americanos: o de interpretar a realidade dos países do continente a partir de um prisma diferente dos postulados ortodoxos. Essa abordagem original seria conhecida como *estruturalismo*. Como um dos formuladores das teses estruturalistas, Furtado dividia com os demais autores cepalinos posições de matiz antiliberal. Nesse sentido, por serem anacrônicas, as teorias ortodoxas, além de não comporem um ferramental atualizado para se analisarem as economias latino-americanas, também contribuiriam para a permanência dessas em uma situação periférica e subdesenvolvida. Outra característica do pensar furtadiano é um peculiar keynesianismo:

Além de estruturalista, Furtado era um keynesiano. Um keynesiano atípico, pode-se dizer, porque, dado o seu entendimento das características das economias subdesenvolvidas – insuficiência de poupança, ao invés de excesso, como nas desenvolvidas –, não cabia, em geral, uma aplicação da macroeconomia keynesiana de forma idêntica à da análise de economias maduras, isto é, para lidar com a problemática anticíclica (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 160).

Isso porque as semelhanças com o keynesianismo esgotar-se-iam na posição defendida em conjunto – propalada por Keynes, mas adotada por Furtado – de que o sistema econômico não tenderia à máxima eficiência se deixado operar livremente. No pensamento keynesiano, a atitude do Estado deveria ser a de produzir políticas anticíclicas com o intuito de renovar o fôlego e o pleno emprego das economias capitalistas. Contudo, para Furtado, a realidade latino-americana constrangia o Estado à coordenação da atividade industrial, tendo em vistas o rompimento com a lógica do subdesenvolvimento.

Como abordado anteriormente, o desenvolvimentismo alcançaria o seu auge nos anos que compreenderam a década de 1950. Somado ao populismo dos presidentes mandatários durante o íterim que vai de 1945 a 1964, o nacionalismo dos desenvolvimentistas pautou o caráter da economia brasileira durante o período. Todavia, ao passo que os anos 1950 findavam, o desenvolvimentismo nacionalista e privado perde relativamente o fôlego, abrindo espaço, então, ao desenvolvimentismo não nacionalista de Roberto Campos. Conforme Bielschowsky (1988), Campos teria

have shown the Latin-American countries their opportunities, clearly pointing the way to industrial activity". Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/002.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

sido de todos os economistas brasileiros mais ativos, aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política efetivamente realizada.

2.4 A política econômica dos governos militares

Ainda durante os anos 1950, Roberto Campos participaria decisivamente da estruturação dos traços básicos da planta industrial nacional – seja por sua participação na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na direção do BNDE²², seja na elaboração do Programa de Metas ainda durante o Governo de Juscelino Kubistchek. Como abordado anteriormente, nesse momento Campos fazia parte do grupo de desenvolvimentistas não nacionalistas. Com esses, compartilhava preceitos básicos que os diferenciavam dos demais grupos desenvolvimentistas, como a pouca tolerância com a inflação dos preços e o acolhimento do capital estrangeiro para investimentos na planta produtiva nacional. Todavia, como se buscará investigar aqui, Campos é um pensador demasiadamente eclético para caber em definições exaustivas. Porém, respeitando esse postulado, é possível identificar, *grosso modo*, duas fases do pensamento camposiano: a fase desenvolvimentista não nacionalista (brevemente abordado no tópico anterior) e aquela em que o autor aos poucos se aproxima da ortodoxia liberal.

Contudo, dadas as suas peculiaridades, em sua primeira fase, o pensamento camposiano continha elementos singulares. Ele comporia a "ala direita da posição desenvolvimentista" (BIELSCHOWSKY, 1988). Assim, ao mesmo tempo em que participou ativamente do projeto de industrialização nacional via planejamento estatal, Campos também defendeu a captação de recursos internacionais – leia-se, de capital estrangeiro – para setores estratégicos como mineração e energia, bem como se bateu em favor da preferência da iniciativa privada sempre que essa se apresentava como solução, em detrimento da intervenção estatal²³.

²² Banco Nacional do Desenvolvimento.

²³ É interessante o artifício utilizado por Bielschowsky para classificar o pensamento de Roberto Campos em sua primeira fase. Para tal, utiliza a produção gudiniana como baliza à direita do pensamento econômico brasileiro. Segue a citação que demonstra o referido: "É conveniente uma introdução ao pensamento desenvolvimentista de Campos pela via fácil da comparação com o

Dessas características políticas, que, juntamente com seu desempenho posterior a 1964, identificam-no como homem de direita no cenário político brasileiro, não se devem, porém, extrair conclusões preconceituosas sobre as características teóricas do pensamento econômico que expressava nos anos 50. Desde já, é necessário advertir que Campos estava naquela época, longe de ser um economista "ortodoxo", ou seja, de pensar de acordo com os postulados liberais ou neoliberais. No início dos anos 50, sua defesa de industrialização com apoio Estado e de planejamento colocava-o em franca confrontação com a essência da ortodoxia liberal e o identificava com a nata da heterodoxia teórica do subdesenvolvimento, isto é, com autores como Prebisch, Nurkse, Singer, Lewis e outros (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 125).

Outra marcante diferenciação entre o pensamento camposiano e o pensamento liberal – especificamente o de Gudin – era que o segundo identificava na administração pública da economia a inevitabilidade da ineficiência; enquanto o primeiro argumentava que, se a máquina pública administrativa possuía falhas e era incapaz de dirigir eficientemente os negócios públicos, fazia-se pertinente o debelamento dessa estrutura frágil através da formação de equipes técnicas de planejamento e administração. Dessa forma, Campos apostava na "faculdade telescópica" do Estado. Por ser capaz de produzir um cálculo racional de maior alcance do que as forças espontâneas do mercado, o Estado deveria utilizar sua capacidade planejadora para acelerar o desenvolvimento brasileiro. Conforme as palavras do autor:

Nunca é demasiado frisar que o desenvolvimento econômico é, essencialmente, um processo cumulativo, uma espécie de reação em cadeia. Um investimento numa indústria básica, como, por exemplo, a indústria pesada do aço, provoca investimentos colaterais nas indústrias químicas à base de alcatrão de coque, nas indústrias de cimento à base de escória, nas indústrias mecânicas, etc. Para que os benefícios do processo cumulativo sejam plenamente utilizados é preciso, entretanto, uma determinada velocidade de desenvolvimento e, em particular, que o crescimento da renda exceda o ritmo do crescimento da população por uma margem suficiente para apressar a acumulação de capital. Dada a escassez de recursos internos característica dos países subdesenvolvidos, de um lado, e o parco volume de migração internacional de capitais, de outro, o desenvolvimento econômico espontâneo tende a ser, em nossos dias, demasiado lento. Unicamente através do planejamento se poderia lograr uma disciplina de distribuição de fatores capaz de evitar duplicação competitiva de facilidades e desperdício de recursos, promover a intensificação dos "investimentos-chave" que permitam ritmo mais rápido de

principal economista conservador brasileiro, Eugênio Gudin. Os textos publicados pelo primeiro em 1952/53 permitem distingui-lo claramente da posição conservadora. Ao escrever sobre 'o planejamento do desenvolvimento econômico do Brasil' ou ao fazer suas 'observações sobre a teoria do desenvolvimento econômico' e sobre 'a crise econômica brasileira' [...], revela um projeto econômico para o Brasil e uma visão interpretativa dos fenômenos econômicos do país que guardam ampla distância da ortodoxia conservadora de Gudin" (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 127).

capitalização e, finalmente, distribuir as tarefas promocionais entre os setores público e privado (CAMPOS *apud* BIELSCHOWSKY, 1988, p. 131).

Nesse espaço de tempo que permeia as décadas de 1950 e o início dos anos 1960, a política nacional experimentaria um período conturbado em sua história. No referido intervalo temporal, as passagens mais dramáticas seriam, sem dúvida, o suicídio de Vargas, a posse e renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar em primeiro de abril de 1964. Nesse ínterim, o Governo de Juscelino Kubistchek foi o menos turbulento, porém não sem fortes peculiaridades. As obras da criação de Brasília – nova sede do poder federal, transferida então de seu antigo centro, a cidade do Rio de Janeiro – só foram equiparadas ao aprofundamento da retórica populista na política, que, desde Vargas (1951-1954), vinha determinando a tônica do debate público brasileiro. Cronologicamente, Jânio Quadros fora eleito presidente em 1961 defendendo um discurso moralista e economicamente conservador. Sua renúncia em vinte e cinco de agosto do mesmo ano colocou o vice-presidente João Goulart e as forças conservadoras em atrito constante quando esse, feito presidente por sucessão de cargo, acusou o aprofundamento de políticas progressistas em sua agenda.

Mais uma vez na história brasileira, os militares foram os árbitros derradeiros do jogo político. Dessa vez, assumindo diretamente o poder, os Presidentes militares governariam até a redemocratização na década de 1980. Todavia, consolidado o golpe em 1964, fazia-se necessária a sua justificativa pela palavra. A retórica "revolucionária", em boa medida, fora construída por Campos – principal cérebro civil no movimento²⁴ –, assumindo cores reativas. O ocaso democrático de 1964 deu-se em vistas à salvaguarda da constitucionalidade brasileira. Esse era o argumento:

A democracia do pré-64 havia transformado a política em um teatro de demagogia. Desgastada, a representação teve sua substância corroída pela "poluição da linguagem", limitando-se à encenação. E, nesse quadro, a democracia – então desvirtuada – pôs em xeque seus próprios princípios, permitindo que o discurso populista radicalizado os questionasse. Na retórica revolucionária, 1964 foi uma "contrarrevolução". Eclipsando-se

²⁴ Conforme um analista do tema: "Se no pré-64 a razão deveria estar no Estado, o movimento cívico militar de 31 de março lá a instala. Dreifuss está correto: Campos é o personagem civil mais importante do governo Castelo Branco. O General Golbery do Couto Silva pode ser considerado o engenheiro político do regime, mas Campos foi o seu arquiteto econômico. Em ambos, o objetivo do movimento era o mesmo: criar condições institucionais adequadas a um melhor funcionamento da dinâmica capitalista no Brasil" (PEREZ, 1999, p. 138).

parcialmente a democracia, evitar-se-ia o pior: sua destruição total por um projeto estranho ao país – o comunismo (PEREZ, 1999, p. 139).

No tocante à economia, o argumento camposiano era de que o descontrole político via emocionalização do discurso populista teria levado a ações irresponsáveis por parte da administração pública. Os resultados seriam o desequilíbrio econômico e a escalada da inflação. A partir disso, se a sociedade civil brasileira (leia-se, iniciativa privada) era *hiporracional*, cabia ao Estado – agora devidamente saneado pelo movimento cívico-militar de 1964 – prescrever a racionalidade econômica a partir do mecanismo da autoridade.

Como Ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, Campos conjuntamente com Otávio Gouveia de Bulhões (Ministro da Fazenda) levaria à frente um austero programa de ajustes e cortes de gastos que visava à "higienização" do sistema econômico nacional. Lançado o PAEG²⁵ em 1964, explicitam-se as principais características do governo Castelo Branco no tocante à economia: em suas 240 páginas, o PAEG identificava a inflação como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico brasileiro. O documento assinado por Bulhões e Campos apontava para os déficits do setor público, o excesso de crédito ao setor privado e os hiperbólicos aumentos de salários²⁶ como sendo os causadores dessa inflação.

Faz-se notar, então, a coerência do pensamento de Campos: economista eclético, em sua primeira fase defendia a intervenção pró-sistêmica do Estado na economia, sem, contudo, cair no nacionalismo protetivo (o PAEG era, dessa maneira, um documento de difícil classificação, seja vinculando-o a heterodoxia desenvolvimentista ou a ortodoxia dos liberais). A precedência, aqui, era reservada ao conceito de *racionalidade*. Elemento indispensável à constituição de uma economia capitalista competitiva, ela teria de ser inserida no Estado brasileiro para, então, através do mecanismo da autoridade, ser pulverizada na sociedade civil.

Com a troca da equipe econômica do governo militar (1967), logo a nova administração se esforçou para distanciar-se da imagem auferida à gestão

²⁵ Programa de Ação Econômica do Governo.

²⁶ Sobre essas temáticas, Campos seria severo em suas tomadas de decisão frente ao Ministério do Planejamento. A fórmula de cálculo do salário dos trabalhadores passaria a exercer uma depreciação dos mesmos, passando a ser conhecida como "arrocho salarial"; e o incentivo à abertura ao capital estrangeiro na indústria brasileira valeu o título de "entreguista" a Campos a alcunha de "Bob Fields".

castelista. A austeridade da dupla Campos-Bulhões foi substituída por um discurso proponente de "humanização" – ao menos, no tocante à esfera econômica. Entretanto, esse revisionismo distensor que culminaria no *milagre econômico* foi, segundo Campos, possível graças à austeridade do período Castelo. Mais, o economista é mordaz quando, em referência ao jargão humanizador do governo Costa e Silva, rebate que "humanização prematura pode significar crueldade futura"²⁷.

O intervalo compreendido entre 1967 e 1973 foi denominado por estudiosos como o do "milagre". Nele, "o país alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes". Ao mesmo tempo em que o "mercado econômico" era dinamizado, as restrições à representação auxiliaram no fomento à participação, processo que levou à reação do governo, o que veio a ter como efeito último a restrição ao "mercado político". Ou seja, os indivíduos eram promovidos enquanto consumidores, mas limitados como eleitores e cidadãos. Se em algum momento o regime militar mereceu a alcunha de "ditadura", foi nesse período – mais precisamente a partir de 13 de dezembro de 1968 (PEREZ, 1999, p. 159).

Assim, é observável ao final da década 60 e durante os primeiros anos da década de 1970, a cuidadosa crítica elaborada por Campos aos subseqüentes governos militares – dos presidentes Costa e Silva e Médici, chamados de "linha dura", em oposição aos "moderados" sobornistas vinculados ao governo Castelo Branco. O economista prestou especial atenção ao Ato Institucional número Cinco (AI-5), de 1968, e ao aprofundamento do autoritarismo contido nesse. Todavia, protegido pelo sucesso econômico, o regime sustenta-se nesse período pelo signo da eficiência – desempenho mantido até o ano de 1974, data da crise energética que colocaria fim ao "milagre econômico" brasileiro. Com a saída dos "duros" em 1974 e o retorno dos castelistas ao poder durante o governo Geisel, começava a operação de distensão que tinha como objetivo a lenta e gradual redemocratização da política nacional (tópico explorado no próximo capítulo).

Nesse íterim da década de 1970, é notável o aprofundamento da crise social brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos. O modelo de crescimento econômico adotado nos anos precedentes, principalmente no período do "milagre", além de modernizar a economia brasileira, acabaria por criar dinâmicas sociais inéditas e aprofundar outras já existentes no mundo do trabalho. Somadas a essas, as crises do petróleo em 1974 e 1979, e a moratória da economia mexicana em

²⁷ Campos apud Perez, 1999, p. 158.

1982 exporiam mais ainda as contradições do modelo de crescimento desenvolvimentista brasileiro.

A redução do PIB e o progressivo aumento da inflação acabariam por marcar o início da década de 1980 e o fim do regime militar²⁸. Em 1984 o Brasil experimentava o quarto ano seguido de declínio econômico, e, apesar de alguma reação econômica ao final daquele ano, as sucessivas crises haviam fatigado o modelo desenvolvimentista e a legitimidade do governo militar. E, em 1985, um esgotado regime militar repassa o poder à classe política civil.

Contudo, por imperativos do acaso, Tancredo Neves – Presidente eleito indiretamente em 15 de janeiro de 1985 – adoece antes da posse, vindo a falecer pouco tempo depois, deixando assim a vacância do cargo, a ser ocupada pelo seu vice-presidente, José Sarney. Os anos que perpassam a última metade da década de 1980 foram marcados pela crise econômica, a qual teria como sua maior característica as exorbitantes taxas de inflação. As tentativas de estabilização dos planos que se seguiram à instauração do Plano Cruzado não lograram o debelamento da escalada inflacionária. Dessa maneira, a república nascente adentrava a última década do século XX politicamente desacreditada em decorrência do tíbio desempenho econômico.

2.5 A redemocratização – os anos 1990

O evento imediato à instituição da nova Constituição Federal de 1988 foi a corrida eleitoral de 1989 – primeira eleição direta ao cargo máximo do Poder Executivo Federal desde 1960. Marcada pela pulverização de candidaturas, o pleito à Presidência da República daquele ano teve como vencedor o Governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Eleito por uma sigla pouco expressiva (PRN) a partir de uma retórica liberalizante e combativa, Collor assumiu a Presidência da República com amplo apoio popular. Foi também responsável pela reintrodução da linguagem liberal no ambiente público de forma mais incisiva.

²⁸ Os aspectos políticos da redemocratização brasileira serão explorados no capítulo seguinte, que trata da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Transcrevem-se, aqui, trechos retirados do discurso de posse do cargo proferido por Collor em 1990, que, pela sua expressividade relativa ao objeto estudado, é merecedor de longa citação:

Senhores Membros do Congresso Nacional, é meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo. [...] O propósito imediato de meu, governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira à prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. [...] Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos (MELLO, 1990, p. 2-4).

Evidencia-se, então, a linguagem empregada por Fernando Collor: a modernização passaria diretamente por uma profunda reforma administrativa e econômica de cores liberais. Contudo, para além da retórica, o seu governo foi marcado pelos tropeços tanto políticos quanto econômicos. O Plano Collor, instaurado um dia após a posse do então presidente, ficaria marcadamente conhecido pelo congelamento por decreto de "70% de todo dinheiro disponível por 18 meses, tributando todos os depósitos pela incrível taxa de 8% do seu valor total, algo que transformou o congelamento em um confisco"²⁹, diminuindo drasticamente a liquidez da moeda. O término do governo Collor se daria de forma dramática, a

²⁹ VOLPON, 2003, p. 30.

partir da abertura do processo de *impeachment* pelo Congresso em 1992, o que levaria à renúncia do cargo pelo então presidente. Todavia, faz-se notar, a partir da eleição de 1989 e do breve governo de Fernando Collor, a exaustão da retórica ético-política que determinou, durante a década de 1980, a linguagem característica da distensão política e da feitura da Constituição de 1988:

Reinstalada a democracia, o centro ficou sem bandeira. À esquerda, clamava-se por justiça social; à direita, por eficiência econômica. O que preocupava os centristas eram os continuados insucessos eleitorais desde 1986. Em 1988, no decorrer dos embates constituintes, o centro já se dividira por motivos semelhantes. Parte do grupo que se autodenominava "autêntico" ou "progressista" – em especial políticos de São Paulo – fundava o PSDB, reclamando do "pragmatismo" dos que no PMDB permaneciam. Em ambos os grupos, a avaliação prevalecente no final dos anos 80 (após eleições presidenciais) e início dos 90 era semelhante: fazia-se necessária uma reciclagem na linguagem que havia confrontado a ditadura militar com signos de conteúdo político quase que exclusivamente éticos. A positividade conferida por parcelas significativas da sociedade ao discurso antiditadura, vocalizado especialmente por setores urbanos, havia perdido efeito. O recado passado pela sociedade nas eleições presidenciais parecia ser este: o que se deseja são soluções (PEREZ, 1999, p. 224).

Com a deposição de Collor, assume Itamar Franco. Político caracteristicamente de centro, Itamar aos poucos costura alianças à direita entre PMDB e PSDB (centro) e PFL (à direita). Também em decorrência dos acontecidos, os operadores de centro – em especial os do PSDB paulista – souberam identificar a mensagem dada pelos imperativos da política nacional: os anos 1990 exigiam um novo tipo de linguagem, na qual as opções polarizadas deixavam no limbo a linguagem de conteúdo *puramente* ético-político. A fórmula encontrada foi a da estética de centro revestida pela dureza da linguagem econômica liberal. Todavia, ao apresentar-se, a social-democracia brasileira do início dos anos 1990 buscava diferenciar-se do neoliberalismo puro pela crítica à sua suposta universalidade, especialmente em três pontos principais:

(a) a estabilização e a liberalização não são suficientes para gerar crescimento, a não ser que tais reformas visem remediar a crise fiscal e gerar poupança pública; (b) sem uma política social que proteja ao menos aqueles cuja subsistência esteja ameaçada pelas reformas, as condições políticas para a continuação destas se desgastam; e (c) o estilo tecnocrático de gestão de políticas enfraquece as instituições democráticas nascentes (BRESSER-PEREIRA; MARAVALL; PRZEWORSKI, 1993, p. 179).

A esses postulados, soma-se o diagnóstico técnico de que, devido ao caráter inercial da inflação brasileira³⁰ – que se alimentaria especialmente de expectativas inflacionárias e da "memória do sistema econômico" –, o receituário ortodoxo liberal não daria conta de sanear por completo a economia nacional do processo inflacionário. As políticas de estabilização ortodoxas deveriam ser contrabalanceadas por pontuações estruturais heterodoxas – por não darem conta da totalidade do drama inflacionário, a recessão causada pelas políticas "duras" acabaria por produzir custos sociais altíssimos. Assim, conforme a abordagem do grupo que ocupa o poder a partir do governo Itamar Franco, a saída retórica e econômica operada seria o ponto arquimediano entre a ortodoxia e a heterodoxia no que permeia a economia: era a ideia de uma "economia de mercado socialmente controlada"³¹.

Observando o esgotamento da retórica ético-política que marcou o ritmo da Carta de 1988, o centro social-democrata – leia-se, o PSDB – credita na crise econômica uma saída política para o vazio retórico em que se encontrava. Através dos imperativos da história (internacional e nacional), o que se via a partir do exemplo de outras nações era o debelamento de antigas querelas que separavam a linguagem do mercado e a administração mais equânime do mundo social. Assim, o casamento entre uma economia de mercado e uma política que visava atender as demandas sociais era a pedra de toque do argumento que, identificando na crise econômica o seu alvo, buscava a mobilização das vontades políticas.

O capítulo que se encerra teve como objetivo principal o exame da linguagem econômica através da história política brasileira. Tendo como ponto de partida a ligação visceral entre política e economia, procedeu-se ao exame das *etapas do debate político econômico brasileiro*. Essas, vinculadas inevitavelmente ao debate teórico de nível mundial, permearam a história institucional do país. Dá análise do debate macroteórico entre Keynes e Hayek, retiraram-se os postulados genéricos do assunto observado.

Nessa subseção, prestou-se atenção à centralidade ou não da intervenção na manutenção do sistema econômico e quais os desdobramentos possíveis – segundo ambas as teorias – da ação do Estado sobre o mercado. Introduziu-se o debate em

³⁰ Arida (org.), 1986.

³¹ Campos apud Perez, 1999, p. 230.

nível nacional a partir do embate Simonsen-Gudin. Como lugar-comum, ambos os autores identificavam o atraso econômico como a principal característica nacional, todavia diferindo quanto a sua solução.

Simonsen afirmava que somente a industrialização seria capaz de produzir uma lógica virtuosa capaz de romper com o ciclo de subdesenvolvimento no qual a economia brasileira estava inserida. Para isso, lança, no ambiente público nacional, os signos do planejamento e da intervenção estatal. Gudin, por sua vez, argumentaria que, independentemente de se escolher o modelo industrial ou o agroexportador, a saída seria a produtividade. Essa, vinculada diretamente ao conceito de competitividade, tornaria o signo da intervenção antitético a uma economia eficiente.

Em sequência, examinaram-se os diferentes tipos de desenvolvimentismo. Como chaves conceituais engendradas por Bielschowsky para facilitar o estudo das correntes econômicas brasileiras, os desenvolvimentismos nacionalista, não nacionalista e do setor privado foram abordados a partir dos seus respectivos representantes: Celso Furtado, Roberto Campos e, mais uma vez, Roberto Simonsen. Com a instauração do regime de exceção em 1964, a política econômica dos anos ditatoriais foi abordada a partir da ótica de um dos seus principais elaboradores: Roberto Campos. Pensador eclético, Campos foi capaz de decodificar, a partir de seu ponto de vista, as transformações históricas da política econômica brasileira.

A redemocratização da política nacional teve também forte influência sobre a retórica político-econômica. A exaustão da linguagem ético-política que marcou o combate ao autoritarismo durante a década de 1980 – cujo evento mais significativo foi a feitura da nova Constituição Federal em 1988 – marcou uma virada "à direita" no que trata do assunto. Dessa maneira, a eficiência da economia de mercado seria colocada lado a lado às preocupações de cunho social.

No próximo capítulo, examinar-se-á a história do Partido dos Trabalhadores, sua fundação e suas principais características estruturais. A pergunta que norteará o estudo é: a rotinização do conflito eleitoral democrático imprimiu transformações estratégicas no PT?

3 UMA BREVE RETOMADA HISTÓRICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – DO MOVIMENTO SINDICAL À FORMAÇÃO DO CAMPO MAJORITÁRIO

No capítulo que segue, discutir-se-á a formação do PT e a sua trajetória durante as décadas de 1980 e 1990. Para tal, será feita uma breve retomada histórica do partido, colocando em evidência suas raízes institucionais e sociológicas. Dessa maneira, serão abordadas as reformas partidárias que compuseram o ambiente institucional do nascimento do PT, bem como os grupos que formaram o partido durante o final dos anos 1970 em seu contexto político. Também será matéria desta seção o exame organizacional da agremiação, com o intuito de observar a relevância do grupo político de Antônio Palocci na trajetória do partido, o Campo Majoritário. O objetivo é, conjuntamente com o capítulo anterior, criar um ferramental analítico capaz de interpelar a linguagem do ex-ministro, levando em conta o histórico do embate entre liberais e desenvolvimentistas na conjuntura nacional (conforme abordado no segundo capítulo), mas também do ponto de vista situacional da ascensão do grupo político de Palocci à direção do PT.

Cabe ressaltar o ineditismo do PT quando da sua criação. Esse “lugar-comum” entre os analistas da agremiação³² se dá pelo motivo de que, anteriormente, é observável na história partidária brasileira apenas a formação de partidos dirigidos pelas elites internas ao Estado. Até então, não haveria nenhuma agremiação política formada a partir das bases e com raízes nos movimentos sociais. Assim, “em certa medida, as estruturas das maiores legendas do atual regime (à exceção do PT) ecoam uma longa tradição de organização dos partidos brasileiros” (RIBEIRO, 2010. p. 60). Daí a anomalia do PT:

³² A respeito dos estudos clássicos sobre o PT, cabe citar: Meneguello (1989) e Keck (1991) como estudiosas das origens e da formação do PT, e Couto (1992) como um autor que analisa o PT gestor a partir da administração de São Paulo durante a administração Erundina. Como autores contemporâneos que se debruçam sobre o assunto, Amaral (2003) e Ribeiro (2010) são analistas de relevância. Assim, são estabelecidos dois momentos de estudos sobre o partido: um primeiro sobre as origens, e um segundo sobre o PT no poder – legislativo e executivo (municipal, estadual e federal). A literatura sobre a agremiação é vasta, contudo, não faz parte dos objetivos desse trabalho o exame exaustivo da mesma. Assim, concentrar-se-á apenas em alguns títulos relevantes para os fins deste estudo.

Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos (KECK, 1991, p. 13).

Assim, em um momento histórico em que a abertura política dos anos 1970 e 1980 se deu de “cima para baixo” e do “Estado para fora”, o PT se apresentou como um ponto fora da curva. Outra característica petista de relevância para o presente estudo é que o partido foi, por suas peculiaridades de origem, marcado muito fortemente por suas tendências. Assim, essas clivagens internas que permearam a institucionalização do PT e a sua consolidação como organização transformaram a agremiação em algo como um “minissistema político”, com diferenciados grupos de interesses, lideranças e mecanismos de mando e pressão política. Nas páginas que se seguem, far-se-á uma breve abordagem dos temas aqui expostos.

3.1 A sociologia dos partidos políticos – autores e conceitos centrais

Para examinar o Partido dos Trabalhadores enquanto agente político, primeiramente necessita-se refletir sobre as definições sociológicas acerca dos partidos políticos, que satisfaçam os intuítos da presente dissertação. Entre os autores clássicos que instituíram o estudo dos partidos políticos, encontram-se – entre outros – Ostrogorski (1902), Michels (1911), Duverger (1951), Kirchheimer (1966) e Panebianco (1988). O diferencial desses pensadores foi examinar as agremiações políticas enquanto organizações, com uma estrutura particular que tende a se repetir nos mais diferentes cenários onde fora adotado o sistema representativo como a institucionalidade política vigente.

O marco inicial dos estudos partidários pode ser legado a Ostrogorski. O autor analisa a emergência dos partidos modernos nos Estados Unidos e na Inglaterra, chegando à conclusão de que a inserção do operariado e o desenvolvimento da militância ativa no sistema político acabaria por oligarquizar a estrutura dos partidos. Robert Michels, por sua vez, publicou em 1911 o principal clássico dos estudos das estruturas partidárias. A partir da análise do Partido Social-Democrata Alemão

(SPD), Michels (1982) desenvolve o que viria a ser conhecida posteriormente como a *lei de ferro das oligarquias*. Esta postula que a organização dos eleitos dentro das estruturas partidárias acabaria por burocratizar e oligarquizar o próprio partido, alienando dessa maneira o campo de decisões dos eleitores e circunscrevendo esse campo ao domínio de um grupo de mandantes organizados e profissionalizados. Isso ocorre por que, conforme Michels, a delegação de poderes se torna uma necessidade política impelida pela dinâmica eleitoral profissionalizada.

A competição política entre partidos tenderia para um crescimento da organização intrapartidária tendo em vistas uma maior eficiência dos meios. A especialização e a divisão do trabalho dentro do partido político seriam resultados inevitáveis da adaptação da agremiação ao meio competitivo, assim como o desenvolvimento de um extenso corpo burocrático-partidário, que tenderia a agregar em si as esferas técnicas e decisórias do partido. Desse diagnóstico, Michels afirma que: *quem diz organização diz oligarquia*.

Quarenta anos após o desenvolvimento da *lei de ferro* de Michels, outro autor viria a somar esforços no campo da análise organizativa dos partidos políticos. Maurice Duverger (1970), resgatando um dos elementos fundamentais da sociologia weberiana, busca atentar para a importância do momento fundador dos partidos para a sua estruturação e desenvolvimento posterior. A partir dessa premissa, o autor desenvolveria as tipificações: *partido de quadros* e *partido de massa*.

Os partidos de quadros seriam os partidos europeus do século XIX e os partidos conservadores do século XX. Sua origem seria interna ao parlamento, circunscrita a alguns parlamentares notáveis. Por conta disso, também é característica do partido de quadros a dinâmica interna de baixa intensidade, ou seja, pouca participação das bases nas decisões partidárias. Essa baixa organicidade tenderia à centralização decisória nas mãos daqueles que comporiam o *alto clero* da agremiação, principalmente os parlamentares e políticos profissionais.

Todavia, com o progressivo incorporamento das massas assalariadas ao jogo político pelo sufrágio, já ao final do século XIX, os partidos políticos tiveram que desenvolver mecanismos de adesão para esses novos contingentes eleitorais advindos das amplas camadas populares. Observando os partidos social-democratas europeus, Duverger (1970) sistematizou as características mínimas do tipo de *partido de massa*, em oposição ao partido de quadros: a) origem extraparlamentar (sociedade civil); b) dinâmica interna intensa; c) financiamento

coletivo e pulverizado; d) forte organização partidária; e) centralização diretiva nacional; e f) requisitos de filiação rigorosos.

A inovação da terminologia duvergerniana em suas classificações imprimiu ao estudo dos partidos políticos tamanho impacto que passou a ser adotada como postulado normativo. Explica-se: a tipificação dos partidos feita por Duverger para os estudos dos partidos e dos sistemas políticos passou a ser utilizada como lastro qualitativo dos sistemas partidários; dessa maneira, os desvios ao modelo não eram encarados como variações do fenômeno partidário, mas antes como *deformações do modelo original*. Disso, desenvolveu-se uma espécie de *visão da decadência dos partidos políticos*.

Dando sequência aos estudos organizacionais dos partidos políticos, coube a Kirchheimer (1966) a elaboração do conceito de *catch-all-parties*. Conforme o autor, a partir da incorporação dos partidos de massa no jogo político competitivo, esses tenderiam à ampliação do seu discurso buscando apelos *pluriclassistas*, para, dessa maneira, aumentar os seus sucessos eleitorais. Segundo Kirchheimer, essa adoção de pautas genéricas e abrangentes inevitavelmente levaria à perda tanto da identidade classista (no caso dos partidos de massa) quanto à representação dos notáveis (partido de quadros). Assim, a desideologização, o enfraquecimento da militância e o fortalecimento de uma direção partidária eleitoreira seriam consequência da transformação (degeneração) dos partidos duvergernianos em *catch-all-parties*.

Em 1980, Panebianco lança as diretrizes do que seria a continuação dos estudos de caráter organizacional dos partidos políticos. Conforme o autor, as transformações socioeconômicas em um contexto onde as sociedades estavam em constante complexificação seriam a principal razão da modificação do caráter dos partidos políticos no final do século XX. Por sua vez, essa maior complexidade das conjunturas políticas colocava em xeque uma das principais razões do estudo dos partidos políticos: a divisão classista. Os novos dilemas trazidos à arena pública (como as questões de gênero, de preservação do meio ambiente, de cunho étnico, etc.) transformaram-na de um espaço rígido para uma arena multidimensional, com inúmeras clivagens, onde a classificação duvergerniana não possuiria ferramentas suficientes para dar conta do fenômeno.

Essa situação incentivou a eleitorização do partido, que passou a firmar compromissos instáveis e *ad hoc* com um eleitorado de opinião. Ao mesmo

tempo, o fortalecimento dos meios de comunicação de massa levou a sensíveis mudanças nas técnicas de comunicação política, gerando a necessidade de os partidos contratarem um amplo conjunto de técnicos como publicitários, produtores de rádio e televisão, especialistas em pesquisas de opinião, em técnicas de marketing etc. Para Panebianco, a combinação desses processos gerou a tendência de transformação do *partido burocrático de massa* em *partido profissional-eleitoral*. Nessa tipologia que acentua a oposição entre aparato burocrático, de um lado, e a contratação de *experts* externos, de outro, o primeiro modelo é uma atualização do tipo duvergeriano, enquanto que o segundo adiciona duas características àquelas do partido *catch-all* de Kirchheimer: 1) o Estado passa a representar um peso cada vez maior no financiamento do partido, por meio de mecanismos diretos de subvenção; 2) profissionalização e terceirização das atividades partidárias, com a substituição de burocratas partidários por especialistas contratados externamente (RIBEIRO, 2010, p. 43, grifo do autor).

Panebianco (1995) também aprofundaria a problematização a respeito da ideologia e o seu peso para o partido político. Indo além dos postulados elaborados por Michels, nos quais a ideologia paulatinamente perde espaço para os *finis* (a sobrevivência partidária, interna e externa), o autor aponta para uma abordagem que compreende a identidade ideológica como um *incentivo coletivo*, passível de ser operacionalizado pelo partido. Assim, a ideologia, entendida como *linha(s) política(s)* adotada(s) pela agremiação e capitaneada pelas correntes internas, converter-se-ia em um bem simbólico comum capaz de ser distribuído internamente ao partido pela elite dirigente do momento³³.

Por sua vez, Katz e Mair (1995), em seu artigo intitulado “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party”, desenvolvem a tipologia *partido de cartel*. Segundo essa perspectiva, tão ou mais importante que as ligações do partido com a sociedade civil, são as suas ligações com as instâncias governativas do Estado. Desde o financiamento partidário via subvenções públicas até a legitimação política do partido frente à sociedade – que aconteceria pela conquista de cargos públicos que possibilitariam distribuições de incentivos seletivos aos membros do partido, grupos específicos e setores da

³³ Disso, extrai-se uma das principais contribuições do modelo analítico proposto por Panebianco ao estudo dos partidos políticos: a dinâmica dos conflitos internos. Estes podem ser tanto verticais (entre líderes e liderados) quanto horizontais (entre as elites do partido). O desfecho do conflito interno no caso vertical define o grau de apoio da base à determinada elite, sendo esse apoio um dado fundamental de disputa pela liderança majoritária do partido. Por sua vez, a coalizão dominante vencedora da disputa interna horizontal passa a estabelecer um sempre precário e negociado mando sobre os rumos do partido.

sociedade organizada –, a agremiação utilizar-se-ia da máquina pública como uma extensão do próprio corpo, intermediando assim a sua relação com o eleitorado.

Outra dimensão analítica do partido de cartel é a formação do partido em três faces, ou melhor dizendo, a refutação de uma visão *monolítica* do partido político. Dessa forma, o partido seria um *minissistema político*, que possui “ganhadores” e “perdedores” em suas subdivisões. Seriam elas: a) *Party on the ground*, a base partidária entendida como a massa, ou seja, militantes e simpatizantes do partido. Essa instância seria o principal elo entre o partido e a sociedade civil, que se manifesta a partir dos congressos e outros mecanismos decisórios/consultivos do partido; b) *Party in central office*, composta pela direção nacional e sua burocracia (dirigentes e funcionários), cujos membros seriam tanto os dirigentes eleitos de forma interna ao partido quanto os funcionários não eleitos que trabalham no aparato central; c) *Party in public office*, ou a face pública do partido. É o rosto governativo da agremiação, seja em âmbito executivo, seja legislativo municipal, estadual e nacional. Sua força advém de fatores externos ao partido: as eleições. Dessa maneira, quanto mais forte eleitoralmente for o partido, maior a chance de que a face pública do partido desfrute de uma posição interna privilegiada.

A partir dessa tipificação, é possível, conforme Katz e Mair (1995), analisarmos os processos de perdas e ganhos internos ao partido e às suas subdivisões, ou seja, um provável aumento de poder da base militante, uma autonomização da burocracia partidária ou uma maior dominação dos políticos profissionais sobre a máquina do partido. Todavia, alianças e conflitos provenientes dos diversos interesses capazes de perpassar as divisões aqui descritas não são desprezadas. Não se tratam de unidades separadas, mas sim de partes de um todo: o partido.

Seja pelo aumento do financiamento público, ou pela intensificação da patronagem partidária, o partido cartel tornar-se-ia cada vez mais dependente do Estado e progressivamente mais afastado da sociedade. Ao retirar os recursos vitais para a sua sobrevivência da estrutura estatal, o partido passaria a utilizar a máquina pública como um meio de alcançar o eleitorado. Disso, decorreria a preeminência dos detentores de cargos parlamentares e executivos dentro do partido, ou seja, o fortalecimento da direção sobre a base de filiados – e, em última instância, da face denominada por Katz e Mair de: *Party in public office*.

3.2 Influências diretas e indiretas – as raízes sociológicas e institucionais do partido dos trabalhadores

O PT é produto de uma ampla gama de atores da sociedade civil: sindicatos, movimentos sociais rurais e urbanos, organizações católicas, além da esquerda organizada e de parte da *intelligentsia* nacional. A novidade consiste na fundação de um partido desvinculado dos aparatos estatais; uma agremiação criada de fora para dentro do aparelho estatal. Com o vigoroso crescimento eleitoral ao longo de 25 anos, a militância petista obteve crescente acesso às esferas estatais, tanto executivas quanto legislativas. Da mesma forma, o crescimento eleitoral e a formatação de um novo arcabouço legal (com a Lei 9.096/95) constituíram as condições para autênticas revoluções nas finanças do PT, nos seus canais de comunicação interna e no estilo de suas campanhas eleitorais. Essas revoluções foram dirigidas pelas estratégias da coalizão dominante formada em 1995, o Campo Majoritário (RIBEIRO, 2010, p. 95).

Não há possibilidade de compreender a formação do Partido dos Trabalhadores sem levar em consideração o momento histórico em que o fenômeno aconteceu. Em especial, sem atentar para as transformações socioeconômicas e políticas que se deram durante os anos 1970.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, pôs fim ao sistema partidário que vigorava no Brasil desde 1945. Durante o Estado Novo de Vargas, a extensa rede de funcionalidades do Estado acabou criando um ambiente de dependência dos órgãos partidários mesmo depois da extinção do regime. No período que preenche os anos que vão de 1945 a 1965, os partidos políticos desenvolveram estratégias de adaptação às circunstâncias institucionais do jogo político. Assim, passava a ser uma questão de sobrevivência para as legendas o fato de conseguirem ou não recursos oriundos da máquina pública. Dessa forma, o Estado passaria a ocupar espaços que normalmente seriam dos partidos políticos. Conforme Maria do Carmo Campello de Souza (1976), essa seria a origem do acentuado *clientelismo* político do período, bem como da tibieza do sistema partidário de 1945-1965. Ainda, segundo a autora:

A restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dissensões econômicas internas graves que estabelecem sério conflito de classes, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o Presidente Vargas, na liderança política do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo (SOUZA, 1976, p. 64).

Todavia, Campello de Souza divergiria a respeito da inviabilidade congênita do desenvolvimento de um sistema partidário vigoroso no Brasil durante o período. Conforme a autora, antes do golpe militar de 1964, era observável um alinhamento eleitoral específico no entorno dos três principais partidos políticos do período: PTB, PSD e UDN. Seguindo sua linha de raciocínio, fugindo de afirmações normativas a respeito do assunto, a autora defende que haveria uma adaptação racional dos partidos ao ambiente institucional da época³⁴.

Com o golpe cívico-militar de 1964, o multipartidarismo dava lugar ao bipartidarismo entre ARENA e MDB³⁵ – sendo o primeiro pró-governo e o segundo a oposição consentida –, através do Ato Institucional nº 2 [1965]. Instituídos forçosamente, ambos os partidos tiveram de acolher no seu interior as diversas correntes políticas nacionais que se pretendiam manter na legalidade durante o regime militar. Todavia, ao ser colocada à prova durante os anos que compuseram a primeira metade do regime de exceção, a estratégia de manutenção da estabilidade política levada em frente pelos militares a partir do bipartidarismo acusou indícios de ineficiência.

O momento de inflexão do período foram as eleições legislativas de 1974, no governo Geisel (1974-1979). Este, sucessor de Médici na Presidência da República e membro dos chamados “castelistas”, empreenderia o início do processo “lento e

³⁴ A respeito do assunto aqui referido, cabem as citações: “Tanto o PSD quanto o PTB foram formados diretamente por Getúlio Vargas e pelos dirigentes do antigo regime, onde o PSD nascera das mãos dos interventores e suas bases municipais, e o PTB nascera, em grande parte, pela absorção das clientelas urbanas atreladas às instituições previdenciárias articuladas pelo Ministério do Trabalho. Por sua vez, a terceira maior agremiação do período, a UDN, nascera das forças de oposição a Vargas, articuladas sobretudo em torno da oposição à estrutura herdada do Estado Novo, ou seja, do sistema de interventorias estaduais e do acesso à burocracia estatal” (MENEQUELLO, 1989. p. 39); “O PSD tornou-se, desta forma, um prolongamento partidário, com extensa base eleitoral, do Estado Novo getulista. A ele se contrapunha, à direita, a UDN, oposição liberal formada pelos opositores do Estado Novo e continuamente tentada a assumir uma posição golpista, em conspiração com militares conservadores, justamente devido à hegemonia do PSD; à esquerda, sobretudo no final do período, o PTB, partido trabalhista criado também por Vargas, mas que assumiria com o tempo uma posição mais agressiva, nacionalista e reformista. Em contraste com a UDN e o PTB, o PSD apresentava-se como um partido de centro, moderado e moderador, dedicado à busca do equilíbrio” (LAMOUNIER; MENEQUELLO, 1986. p. 44).

³⁵ Sobre o modelo pluripartidário e a sua extinção em 1965: “Convém lembrar que o sistema pluripartidário de 1945 não foi extinto, imediatamente pelas forças que empolgaram o poder em abril de 1964. Embora proclamando-se “revolucionário”, o novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária então vigente, e a própria Constituição de 1946 modificada, evidentemente, no que conflitasse com o Ato Institucional editado pelo chamado Comando Supremo da Revolução. Continuaram, pois, em atividade os 13 partidos então existentes, dois dos quais, a UDN e o PSD, já haviam inclusive escolhido os seus candidatos à eleição presidencial programada para outubro de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, respectivamente)” (BOLIVAR LAMOUNIER; MENEQUELLO, 1986, p. 63).

gradual” de abertura política. Com resultados expressivos nas urnas, tanto no Congresso nacional quanto nas câmaras legislativas estaduais, o MDB começaria a aumentar o seu peso eleitoral a partir daquele ano:

Mesmo no auge do “milagre”, as vitórias eleitorais da ARENA não puderam prescindir de pesadas doses de coerção, sob a forma de constrangimentos legais que limitavam a propaganda eleitoral ou, mais diretamente, pelo cerceamento de candidaturas ou pela cassação de mandatos e suspensões de direitos políticos. [...] O ponto de inflexão nesse processo foi, como é sabido, a eleição de 1974, já no bojo da política de abertura gradual implantada pelo presidente Ernesto Geisel (1974 – 1978). Nesse ano, embora não conseguisse ainda derrotar a ARENA na votação para a Câmara Federal, o MDB aumenta sua representação de 28% para 44%. Torna-se além disso o foco de uma manifestação contundente, claramente plebiscitária, na votação para o Senado, elegendo 16 das 22 cadeiras em disputa (renovação de 1/3 da representação, que era então composta por 66 cadeiras). Este é, sem dúvida, o acontecimento decisivo da abertura no plano político-eleitoral, pois é a partir dele que se viabiliza definitivamente o crescimento de uma oposição pacífica, que conta, a partir daí, com um potencial nada desprezível de implantação organizacional, inclusive nos pequenos municípios (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 69).

A partir de 1974 a oposição ganharia força no ambiente político nacional pautando-se em assuntos de natureza ético-políticos como, as liberdades individuais, justiça social, e em temas de natureza econômica como as denúncias de *entreguismo* a agentes financeiros internacionais. Impelidas pela exclusão social do modelo de crescimento adotado no período³⁶, as forças políticas contrárias ao regime pouco a pouco começariam a se articular no entorno do MDB.

Assim sendo, com a falência do modelo bipartidário como ferramenta de manutenção do poder, expressa nos crescentes resultados eleitorais da oposição, os militares decidiram optar pela estratégia reversa: a abertura política e a volta ao pluripartidarismo teria como objetivo a fragmentação das forças contrárias ao regime e ao conseqüente enfraquecimento destas. Somadas a essas dinâmicas institucionais, as transformações sociais e econômicas vividas no período acabariam por abrir espaço ao surgimento de novas lideranças populares e movimentos sociais ligados aos mais diversos grupos reivindicativos. Desse “caldo político” surgiria o PT.

36 Como pano de fundo a essas transformações políticas, a ascendência dos economistas heterodoxos e a adoção da agenda desenvolvimentista – conforme abordado no capítulo anterior – tornaram-se evidentes. É da conjuntura do período retratado a progressiva industrialização da planta produtiva nacional. Em especial, a região do ABCD paulista congregava no seu entorno as indústrias de ponta que aqui se instalaram (principalmente as do setor automotivo). Contudo, as políticas de austeridade do período Castelo Branco, levadas em frente pela dupla Campos-Bulhões, vieram a gerar dramas de ordem social que acabariam por repercutir quase uma década depois, inobstante o “milagre econômico” dos primeiros anos da década de 1970.

A partir da retomada do crescimento econômico na década de 1970³⁷ e da instalação de indústrias de ponta especialmente na região do ABCD paulista, do decorrente assalariamento das classes produtivas, do aprofundamento do fenômeno da urbanização da população, houve a crescente precarização da qualidade de vida das massas assalariadas. Nesse cenário, formou-se o que ficou conhecido como o *novo sindicalismo*.

Concentrando o grosso da indústria de ponta do país (notadamente a indústria automobilística), a região do ABCD paulista era o paradigma da nova face produtiva nacional. Foi ali que surgiu a partir de 1973, a chamada “corrente autêntica” do sindicalismo, com exigências até então inéditas para o sindicalismo oficial: modernização da legislação trabalhista, negociação coletiva direta entre empresas e sindicatos e a autonomia sindical. Com essa pauta, o *novo sindicalismo* passou a ganhar cada vez maior espaço no interior no movimento. As greves maciças de 1978-79 construíram o ponto de inflexão no alargamento da pauta reivindicatória: das questões trabalhistas, passou-se a demandas eminentemente políticas, como a redemocratização, o fim da repressão e a liberdade de greve. *Pari passu* à expansão da agenda, à aquisição de espaço na mídia nacional (principalmente por Lula) e à obtenção de apoio público de estudantes, intelectuais, políticos e sindicalistas de outros estados, esse novo sindicalismo atraiu categorias assalariadas de classe média, como professores, médicos, bancários e funcionários públicos (RIBEIRO, 2010, p. 63).

As greves de 1978 e 1979 ficariam marcadas na história do PT como o momento de definição política das forças sindicais para formar um novo partido político organizado por elas mesmas. A notoriedade que o movimento grevista alcançou nos meios de comunicação mostrou aos trabalhadores organizados a sua força política. Nesse sentido, as lideranças sindicais, capitaneadas por Lula, aperceberam-se que, se o sistema repressivo do regime e o Ministério do trabalho interviessem a favor dos patrões, somente a greve não seria suficiente como instrumento político³⁸. “Já que a resposta do governo transformaria automaticamente

³⁷ Sobre as características do desenvolvimento econômico que compuseram o pano de fundo para o surgimento do Partido dos Trabalhadores: “Quanto às transformações econômicas, a década de 70 comportou a retomada crescimento econômico através do aprofundamento da expansão do capitalismo privado e a instalação de indústrias de tecnologia avançada, implicando efeitos estruturais e organizacionais importantes: de um lado, a intensificação da heterogeneidade e da fragmentação da estrutura produtiva; de outro, a necessidade de um quadro de relações trabalhistas modernizado” (MENEQUELLO, 1989, p. 44).

³⁸ A respeito do peso político do movimento grevista no âmbito da política nacional: “Vale lembrar no entanto que, inicialmente, o debate sobre a natureza autoritária e centralizada do sistema de relações profissionais deu-se à margem do debate político mais amplo, definido na época pela reelaboração institucional da ‘política de distensão’. Somente por volta de 1977-78 o sindicalismo autêntico ganhou espaço e força como nova identidade coletiva, espalhando para o conjunto da

uma greve industrial em greve política” (KECK, 1991, p. 83), o movimento dos trabalhadores deveria gerir um agente político: o Partido dos Trabalhadores.

Assim, o desenvolvimento do novo sindicalismo e a sua expressão política se deram, em boa medida, por duas razões: I) a ampliação e reestruturação das relações trabalhistas, advindas das transformações sociais e econômicas da década de 1970; e II) o processo de redemocratização da vida política brasileira durante o período. Disso, adveio, como reflexo da intervenção do Estado na rotina das relações de trabalho, a incorporação por parte do novo sindicalismo de demandas não somente trabalhistas em suas reivindicações, mas também reclames de ordem econômica (de uma forma geral), social e política.

Com a abertura política, paralelo ao empenho das forças situacionistas em normalizar institucionalmente o regime, fluía ao lado do sistema de partidos o processo de articulação de variados segmentos e forças de oposição. Neste processo de articulação, o novo sindicalismo constituiu-se em um recipiente capaz de englobar boa parte das forças ainda não introduzidas na arena política. [...] Os temas unificadores apontavam para a luta pelo salário-mínimo nacional e único, legislação de garantia de estabilidade de emprego, liberdade sindical, fim do arrocho salarial e livre organização nos locais de trabalho. A formulação de uma pauta de reivindicações única, de caráter igualitário, teve um efeito político poderoso: a superação, ao nível simbólico, das diferenciações da classe operária e a agregação de ampla camada de trabalhadores urbanos (MENEGUELLO, 1989, p. 53-54).

Dessa maneira, além do movimento sindical, as transformações políticas e sociais propiciaram o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos que viriam a compor também a base de sustentação do PT em seus primeiros anos, seriam eles: movimentos feministas, ambientalistas, de minorias sexuais e também movimentos reivindicatórios de direitos sociais como habitação, saneamento, saúde, educação, etc. Além desses, grupos da esquerda organizada também comporiam uma fatia importante no processo de formação do PT. Advindos de grupos – em sua maioria – clandestinos nas décadas de 1960 e 1970, eles desempenhariam um papel importante na organização do partido em sua fase inicial. Por último, os grupos católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um peso relevante na formação do Partido dos Trabalhadores dado a sua capilaridade junto às populações de baixa renda nas zonas urbana (Pastorais Operárias) e rural (Pastorais da Terra). Assim, ao somar em seu discurso o elemento ético-político da

classe operária as aspirações por autonomia política durante as mobilizações grevistas iniciadas em 1978 na região do ABC” (MENEGUELLO, 1989, p. 46).

luta pela cidadania – dos direitos sociais e políticos –, o *novo sindicalismo* passou a aglutinar no seu entorno diversos movimentos sociais. Foi justamente o acúmulo de vozes que caracterizou a transposição do *novo sindicalismo* de um movimento puramente trabalhista para o terreno político-partidário. A respeito do assunto, dois analistas do fenômeno afirmam:

o PT estava no polo de recepção de um rol de lavanderia onde se expressavam as preocupações de toda uma série variada de grupos que não se integravam organicamente em nenhuma forma coerente de prática partidária. O cimento que agregou todos esses elementos, na medida em que alguma coisa foi capaz de fazê-lo, foi sua condição de exclusão da agenda política no Brasil (KECK, 1991, p. 27).

Em vez do processo tradicional no Brasil de fundação do partido pelas elites políticas e econômicas, o PT fora criado de baixo para cima, por setores que desejavam se inserir no plano político-institucional. Criado externamente ao Congresso, desvinculado das esferas estatais, com fortes vínculos com a sociedade organizada, com uma base de massa e um claro projeto de esquerda: características destoantes em relação ao padrão da política brasileira (RIBEIRO, 2010, p. 65).

A ideia de uma possível criação de um partido dos trabalhadores foi lançada ao grande público, pela primeira vez, na forma de resolução durante o Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, no ano de 1979, de forma não oficial. Todavia, a proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, “especialmente a esquerda organizada, pode ter convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado” (KECK, 1991, p. 89). Assim sendo, o Partido dos Trabalhadores seria inaugurado no dia 10 de fevereiro de 1980, em reunião no Colégio Sion, em São Paulo.

3.3 A década de 1980

Como mencionado anteriormente, fez parte da estratégia de distensão política do regime militar a divisão da oposição. Semelhantemente à política empreendida no final do Estado Novo, os militares durante a década de 1970 operaram uma gradual abertura política que partiria de dentro do Estado, mantendo dessa maneira o controle por parte dos militares do processo de redemocratização. A peça

fundamental dessa estratégia “lenta e gradual” seria a Reforma Partidária de 1979, que dissolveria o sistema bipartidário vigente desde 1965 e abriria espaço institucional para a criação de novas agremiações.

Em 20 de dezembro de 1979 foi promulgada a Lei da Reforma Partidária (Lei 6.767), que reestruturou o sistema partidário, dissolvendo a ARENA e o MDB. Esse dispositivo revogou e modificou importantes pontos da LOPP, [Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 5.682, de 21 de julho de 1971] afrouxando quase todos os entraves à criação de novos partidos. Foi suprimida a necessidade de apoio de 5% do eleitorado nacional já no pedido de legalização, e foi criada a figura jurídica do registro provisório do partido, que teria doze meses para se organizar e solicitar o registro definitivo (artigos 8º e 9º). Reduziu-se o número de filiados necessários à constituição de um Diretório Municipal (artigo 35 da LOPP). Para formar um DR [Diretório Regional], o partido teria de constituir Diretórios em ao menos 20% dos municípios do estado, e não mais 25% (artigos 12 e 36). Já a constituição do DN [Diretório Nacional] tinha como pré-requisito a formação de Diretórios Regionais em pelo menos nove estados, e não mais em doze (artigos 12 e 37). Tais requisitos ainda representavam uma barreira significativa para os partidos novos, que não possuíam uma base organizacional preexistente; só o PDS e o PMDB dispunham dessa capilarização no início da década de 1980 (RIBEIRO, 2010, p. 72).

Outro elemento importante da Reforma Partidária de 1979 foi a cláusula que exigia que, após alcançados os pré-requisitos descritos acima, o partido também contasse com pelo menos 10% dos parlamentares do Congresso Nacional. Caso esse patamar não fosse atingido, firmava-se uma cláusula de desempenho onde, na próxima eleição ao Poder Legislativo, o partido deveria obter 5% do total de votos para a Câmara, distribuídos em pelo menos nove estados da União, com ao menos 3% do coeficiente em cada um. No ano de 1982, somente o PMDB e o PDS (antigos MDB e ARENA, respectivamente) superaram a cláusula. Os demais partidos puderam dar seguimento ao seu processo de institucionalização, porque o governo militar suprimiria a exigência pouco antes das eleições do mesmo ano.

Levado pelas crescentes pressões populares de um lado, e de outro, cumprindo o calendário do projeto de ampla legitimação institucional, o regime reformulou o sistema partidário na clara intenção de cindir as forças oposicionistas, garantir o apoio governamental através de um partido de centro – o Partido Popular – e garantir a representação das classes trabalhadoras sob uma sigla confiável – o renascido Partido Trabalhista Brasileiro (MENEGUELLO, 1989, p. 25).

Contudo, o PP não lograria sucesso em relação às diretrizes legais impostas pela Reforma Partidária, devido a suas deficiências organizacionais. Assim sendo, foi diluído e incorporado ao PMDB em 1982. O PTB, por sua vez, seria motivo de disputa entre Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio Vargas) e Leonel Brizola (que

voltaria a pouco do exílio). Dessa contenda, eclodiram tanto o já citado PTB quanto o recém-fundado PDT (esse, sob a influência de Brizola). Ambos os movimentos – a respeito do PP e do surgimento do PDT – não foram previstos pelo regime militar. A esses, somar-se-ia a fundação do PT³⁹.

Vale lembrar que a experiência sindical se tornou uma espécie de herança organizacional que acompanharia a estrutura interna do PT durante os primeiros anos da agremiação. Todavia, igualmente relevante é a ênfase de Lula – principal líder do novo partido – na afirmação de que o PT seria um partido de todos os trabalhadores assalariados e das massas empobrecidas de uma maneira geral, e não apenas uma agremiação política dos trabalhadores sindicalizados. Em um aspecto retórico, o PT em suas origens articulou um ideário amplo a respeito do seu papel enquanto um partido *classista*. Esse classismo, às vezes ambíguo, tornar-se-ia a principal característica da linguagem petista durante o período de sua fundação:

Eu acho que o PT [...] é um partido que está muito próximo de ser um partido de classe do que qualquer outra coisa. Agora tem outra coisa também; as pessoas que acham que nós somos de classe não deveriam ficar horrorizadas com isso, porque os partidos que existem por aí são da classe dominante. Portanto, é correto que o PT tenha essa aproximação de partido de classe, porque ele surgiu da organização dos trabalhadores.
[...] E não estamos criando um partido de operários, de metalúrgicos, mas um partido de trabalhadores brasileiros, porque o nosso conceito de trabalhadores é muito amplo. Nós englobamos profissionais liberais, professores e vários outros segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, vivem subordinados ao regime de salário. Então, nós estamos descaracterizando esse negócio de partido operário de que tanto o governo tem medo (SILVA, Luiz Inácio Lula da *apud* MENEGUELLO, 1989, p. 106-107).

Após instituído, o primeiro teste de fogo do partido se deu nas eleições de novembro de 1982. Embaladas pela moratória do México em agosto do mesmo ano, essas foram as primeiras eleições em dezessete anos para governador dos estados da federação. Também estavam em jogo na referida corrida eleitoral cargos para as

39 Sobre a institucionalização do PT em relação às exigências da nova legislação dos partidos (1979): “Em junho de 1981 o PT declarava já possuir cerca de duzentos mil afiliados e pode realizar encontros municipais em dezoito estados, conseguindo preencher os requisitos legais em dez deles. Quando em setembro se realizaram encontros em dezesseis estados, o partido contava com cerca de 212.000 membros, tinha sua documentação em ordem em treze estados e decisões pendentes na Justiça Eleitoral sobre outros três. No encontro nacional realizado em Brasília em 27 de setembro, o estado de ânimo dos membros do partido era triunfante; eles haviam superado obstáculos aparentemente impossíveis e a legalização parecia assegurada. O Partido dos Trabalhadores teve seu registro provisório oficialmente concedido em 11 de fevereiro de 1982” (KECK, 1991, p. 112).

assembleias legislativas estaduais, para o Congresso Nacional, para um terço das cadeiras do Senado, para as Prefeituras e também para as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Apesar de expressivo resultado por parte da oposição, as eleições de 1982 (entre outras vitórias, somaram-se como governadores eleitos os opositoristas: Franco Montoro, em São Paulo, Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, Tancredo Neves, em Minas Gerais, e José Richa, no Paraná), a estratégia elaborada pelo General Golbery do Couto Silva (principal artífice da política de distensão política levada em frente pelos militares) se provou eficiente: inobstante a perda da maioria absoluta na Câmara dos Deputados, o partido do governo (PDS) ainda detinha a maioria relativa das cadeiras no Congresso – dessa maneira, somente uma votação em bloco por parte dos partidos de oposição poderia vetar qualquer tomada de decisão por parte do governo. Esse patamar numérico dava aos militares a capacidade de influenciar diretamente a escolha do sucessor do Presidente Figueiredo, a partir do Colégio Eleitoral no Congresso (esse, formado por ambas as casas legislativas federais, mais seis representantes do partido majoritário de cada estado). A respeito dos desdobramentos do pleito de 1982 e suas repercussões para o PT:

Em linhas gerais, os resultados eleitorais de 1982 demonstram que os fortes condicionantes políticos regionais do país, expressos sobretudo nas forças eleitoral e organizacional do PMDB e do PDS, resistiram ao pluralismo de partidos emergido com a reorganização partidária de 1979. [...] Os dados demonstram que o desempenho eleitoral global do PT foi bastante inexpressivo. A nível federal, o PT elegeu oito deputados, sendo seis por São Paulo, um pelo Rio de Janeiro e um por Minas Gerais. A nível Estadual, o PT elegeu em São Paulo nove deputados, dois no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Finalmente, a nível municipal, o PT obteve duas prefeituras, em Diadema (SP), região de origem do Partido, e em Santa Quitéria (MA), e ainda elegeu 117 vereadores no país, dos quais 78 eram paulistas (MENEGUELLO, 1989, p. 125).

Em uma dimensão retórica, o resultado das eleições de novembro 1982 demonstrou que o apelo classista, fortemente e amplamente empregado pelo PT naquelas eleições não convergiu em penetração eleitoral para o partido. O preço a pagar pela acentuada vinculação de classe seria a restrição do acesso às camadas de trabalhadores de classe média, fatia eleitoral expressiva especialmente em grandes centros urbanos (MENEGUELLO, 1989, p. 196).

O fato político nacional que se seguiu às eleições seria o movimento das Diretas durante os anos de 1983 e 1984. Na esteira da crise econômica mundial e da falência do modelo econômico protecionista (conforme abordado no capítulo

anterior), a população brasileira ganharia as ruas dos centros urbanos reivindicando eleições diretas para a Presidência da República já no próximo pleito ao cargo. Participaram do movimento, várias lideranças oposicionistas; entre outros estavam: Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Tancredo Neves, Miguel Arraes, Mário Covas, André Franco Montoro, Dante de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, Eduardo Suplicy e Luiz Inácio Lula da Silva.

O amplo movimento das Diretas se consolidaria com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, apresentada ao Congresso pelo então Deputado Dante de Oliveira no dia 2 de março de 1983; a qual seria derrotada na votação do dia 25 de abril de 1984. Contudo, as passeatas e comícios entre os anos de 1983 e 1984 deram voz às movimentações tectônicas contrárias ao regime militar. A estrutura política ativa desde 1964 não tinha mais como se sustentar em pé. Um fator decisivo para tal fato foi o esboroamento do modelo econômico adotado pelos governos militares. Com o desenvolvimento da economia e a decorrente complexificação da sociedade brasileira, a institucionalidade do regime de exceção perdeu a capacidade de adaptar-se frente à transformação da realidade dos brasileiros (HUNTINGTON, 1975). No ano seguinte às Diretas, ocorreria a eleição indireta para a presidência da república – fato histórico que marcava, com a saída do então Presidente Figueiredo, o retorno dos civis à chefia do Poder Executivo federal. Por conseguinte, Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (PFL) elegeram-se no dia 15 de janeiro de 1985, com 480 votos de um total de 686 aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. A respeito da eleição de 1985, em um aspecto partidário,

Os dissidentes do PDS [ex. ARENA] formaram um novo partido, o Partido da Frente Liberal, PFL, que se juntou ao PMDB numa “Aliança Democrática” para apoiar Tancredo Neves. [...] Sarney, que rompera com o PDS por ocasião da designação de Maluf [para candidato à presidência da república pelo PDS], fora anteriormente presidente da agremiação. Assim, a súbita morte de Tancredo Neves antes de sua posse fez com que o antigo presidente de um partido que havia apoiado o regime militar por duas décadas de governo autoritário se tornasse chefe executivo da Nova República, recebendo o encargo de liderar a transição para a democracia (KECK, 1991, p. 38-39).

A pergunta agora era: após assumirem o Poder Executivo, os civis conseguiriam governar com eficiência no ambiente político e econômico que se avizinhava? A recessão econômica de 1981-83 (conforme abordado no capítulo anterior) teve papel-chave para os rumos políticos posteriores no Brasil. A queda de

popularidade do governo Figueiredo, antes aplaudido pela Lei da Anistia, de 1979, sinalizava para os novos ocupantes do Palácio do Planalto que apenas a vontade política não bastava para a sustentação de uma coalizão governante: a estabilização econômica seria urgente.

Contudo, o contínuo processo político que levaria às eleições de 1989 seria marcado pelo drama inflacionário. Os fracassos do Plano Cruzado e das sucessivas tentativas de estabilização criariam um humor político no qual o PT construir-se-ia como *player* central no cenário nacional. As experiências políticas de 1982, 1985, 1986 e 1988 foram, pouco a pouco, *profissionalizando* o PT enquanto organização partidária, em que:

Às vésperas de sua primeira eleição presidencial direta, em 1989, o PT havia se tornado um importante ator no cenário político. Entre 1982 e 1988, ampliara sua participação nos legislativos municipais, estaduais e na Câmara dos Deputados. Embora não houvesse conquistado nenhum governo estadual ou vaga no Senado, administrava, a partir de 1988, três capitais e cerca de 10% da população brasileira. O crescimento do partido na segunda metade da década de 80 deveu-se, [...], à bancarrota política e econômica do governo Sarney e ao fato do PT ter ampliado seu discurso e ter sido percebido por grande parte do eleitorado como uma alternativa política desvinculada do que havia até então (AMARAL, 2009, p. 56-57).

Contudo, durante o período retratado, a evolução da estrutura interna do partido revelaria uma marca registrada do PT: a forte disputa interna entre as tendências da agremiação. Fazendo eco à introdução deste capítulo, o PT sempre foi um partido de tendências. Porém, tão antiga quanto as tendências, a crítica feita pelas alas moderadas do partido às mesmas é definidora dos caminhos adotados pelo PT. Advindos principalmente dos membros vinculados ao novo sindicalismo, os “moderados” criticavam a duplicidade das tendências no que se referia aos objetivos do partido e aos objetivos das facções: ao despenderem energia no embate interno pelo mando partidário, as tendências acabariam ofuscando a consolidação do partido no cenário político brasileiro. A saída encontrada pelas lideranças moderadas foi a criação de uma grande tendência interna. O objetivo seria justamente refrear o embate interno e a influência de grupos à esquerda. Aglutinando-se no entorno de Lula, e tendo como membros destacados José Dirceu e Antônio Palocci,

A Articulação (e seu estágio posterior, o Campo Majoritário) nunca perdeu a feição de guarda-chuva em que cabiam todos que não se vinculassem a alguma facção de esquerda. O cimento da construção e sobrevivência de um grupo tão heterogêneo, em termos sociais e ideológicos, foi sempre o

objetivo supremo de *manter a hegemonia* do PT, derrotando as tendências de esquerda. Tendo na figura de Lula um segundo elemento aglutinador, a Articulação se configurou como uma espécie de *pacto de governabilidade* do PT, que atravessou toda a história da agremiação. Se alguma tendência conseguiu moldar o PT como sua imagem e semelhança foi a Articulação. É impossível apreender qualquer processo relevante que envolva o partido sem levar em conta os interesses e objetivos do grupo (RIBEIRO, 2010, p. 187).

3.4 A formação do campo majoritário

A eleição de Fernando Collor à Presidência da República e a posterior impugnação do mandato presidencial marcaram os primeiros anos da nova democracia brasileira. A candidatura de Collor soube utilizar-se do esgotamento do modelo intervencionista e da decorrente crise econômica do final dos anos 1980 para lançá-lo como um político *outsider* com ânimos de renovar a política brasileira. Elegendo como alvos o atraso tecnológico e a dilatada burocracia estatal – personificada na figura do *marajá* –, Collor encontrou a fórmula do sucesso naquelas eleições. Contudo, a ascensão do Partido dos Trabalhadores é outro fato marcante das eleições de 1989 – o primeiro pleito direto para o cargo de Presidente da República desde o ano de 1960. A chegada de Lula ao segundo turno daquela corrida eleitoral e o confronto direto entre os programas do PT e de Collor deram à derrota por 6% dos votos válidos um sabor de vitória para o partido:

Muitas são as explicações sobre os fatores que contribuíram para a vitória de Collor, e a conseqüente derrota de Lula, nas eleições de 1989 [...]. No entanto, pode-se afirmar que foi justamente neste pleito que o PT passou a ocupar um papel central entre as forças de esquerda no Brasil, posição esta que se consolidaria nos anos 90, como mostram os resultados obtidos pelo partido nesta década no Congresso Nacional e nos executivos estaduais (AMARAL, 2003, p. 72).

Os pequenos 6% que faltaram para eleger um antigo metalúrgico, sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores ao cargo máximo da República, nas primeiras eleições presidenciais diretas que ocorriam em três décadas no país, indicava que algo, de fato, devia ter mudado no Brasil. O PT era tanto um reflexo quanto uma causa dessa mudança (KECK, 1991, p. 15).

Com a saída de Collor, a vaga presidencial é ocupada por Itamar Franco. Ex-senador por Minas Gerais e com um perfil moderado, Itamar assumiria a Presidência da República em meio a uma profunda crise inflacionária, na qual a imagem da

renascida democracia pouco a pouco perdia suas cores defronte ao abalo econômico e social vivido desde meados dos anos 1980 no Brasil. A popularidade do Plano Real e a consequente vitória de Fernando Henrique Cardoso no pleito eleitoral de 1994 levaram o PT a uma crise interna de legitimidade intrapartidária⁴⁰. Todavia, com as experiências eleitorais, administrativas e legislativas, o PT ia pouco a pouco se afirmando como organização política ao longo dos anos 1980 e início da década de 1990. A experiência da gestão Luiza Erundina frente à prefeitura da cidade de São Paulo marcaria a etapa histórica do PT em sua fase governativa (COUTO, 1995). Sobre o crescimento político do Partido dos Trabalhadores durante o período referido, um analista apontaria:

À medida que o partido se consolidava como alternativa real de poder, os grupos mais próximos às esferas governativas (executivas e legislativas) defendiam com desenvoltura crescente a ampliação das alianças rumo ao centro, a moderação do discurso, a ênfase no “modo petista de governar” etc. [...] tratava-se da tradicional dicotomia entre as atuações institucional e societária, ou entre *partido-ator institucional* e *partido-movimento*, duas visões em confronto no interior do PT principalmente na primeira metade da década de 1980. Enquanto as alas mais moderadas enxergavam a possibilidade de conciliação, as esquerdas tendiam a enfatizar a oposição excludente entre as duas perspectivas. Para a própria elite da Articulação [posteriormente, Campo Majoritário], esse confronto refletia uma “crise de crescimento”, resultante da maior inserção do PT na institucionalidade (RIBEIRO, 2010, p. 199).

A crise interna petista entre as diferentes tendências do partido acabaria por desaguar no décimo Encontro Nacional do PT, que ocorreu no mês de agosto de 1995. Marcado por uma forte polarização entre a ala moderada, representada pela Articulação e pela Democracia Radical, que opunha a sua visão mais centrista diante da proposta da ala mais à esquerda defendida pela Articulação de Esquerda

⁴⁰ Os desdobramentos internos ao PT dá derrota nas eleições presidências de 1994: “A derrota de Lula desencadeou esses processos ao catalisar três condições preexistentes: a) a extrema heterogeneidade entre as facções que compunham a coalizão dominante, dificultando a construção de compromissos estáveis e a formação de um núcleo dirigente minimamente coeso. [...] Baixa coesão acarreta dificuldade de resposta a desafios ambientais; b) a esquerda era majoritária apenas na cúpula do PT, enquanto a Articulação se mantinha como maioria nas bancadas estaduais e federal, nas gestões municipais, e em grande parte dos Diretórios Estaduais e das capitais. O pouco mais de um ano entre o 8º EN e as eleições de 1994 não foi tempo suficiente para a esquerda consolidar e expandir sua hegemonia a outras instâncias partidárias; c) fim da inflexão ideológica da DR [Democracia Radical], finalmente definida como polo direito do PT, e um confiável aliado para a Articulação. A aproximação entre as duas cúpulas estreitou-se na gestão 1993-1995, quando se uniram no combate à linha política da coalizão esquerdista” (RIBEIRO, 2010, p. 207).

e a Democracia Socialista, o 10º Encontro Nacional acabaria por se tornar um marco organizacional do PT.

Dadas as forças centrífugas que envolviam a forte disputa entre as tendências, naquele ano o partido enfrentou sérias chances de ruptura. Contudo, na escolha da tese-guia, a proposta da Articulação venceu por dois votos a tese *Uma opção de esquerda*, defendida pela chapa formada pelas tendências: Articulação de Esquerda e Democracia Socialista. Com a recusa de Lula em disputar a presidência pelo partido, a polarização ganharia um novo fôlego: os moderados seriam representados pela candidatura de José Dirceu, e a esquerda do partido reuniu-se no entorno da candidatura de Hamilton Pereira. Com a vitória da coalizão entre a Articulação e a Democracia Radical, os moderados ganhariam o mando partidário mais uma vez, selando a aliança que posteriormente seria conhecida como o Campo Majoritário.

Esse episódio marca o início de novos padrões na competição entre as elites petistas na resolução de conflitos e na formação de maiorias. O proclamado *pacto de governabilidade* de que o partido necessitava não passava pelas forças de esquerda, posto que Articulação, DR e alguns líderes de centro eram suficientes para perfazer a maioria. A Articulação recuperava o controle da direção nacional com uma estratégia que se tornaria sua marca registrada nos anos seguintes: a cooptação de lideranças em troca de cargos. Ademais de reter o controle da direção, o objetivo era enfraquecer e isolar o campo da esquerda, estimulando defecções rumo as correntes de centro ou de direita (RIBEIRO, 2010, p. 209).

A parlamentarização do PT se deu mais incisivamente após o 5º Encontro Nacional, no ano de 1987. Após essa data, cerca de 40% da Comissão Executiva Nacional (CEN) do partido seriam compostos por parlamentares, mandatários ou ex-mandatários (patamar esse que se repetiria como uma constante nos anos subsequentes até o término do primeiro mandato do ex-presidente Lula). Nota-se, dessa maneira, que a parlamentarização da CEN se deu conjuntamente com a expansão eleitoral do PT. Dessa maneira, observa-se que, *pari passu* ao fortalecimento da ala moderada do partido – traduzida na vitória do Campo Majoritário no 10º EN em 1995 –, a crescente parlamentarização do PT compôs uma nova fase da agremiação: a *profissionalização* do Partido dos Trabalhadores no jogo democrático competitivo. Conforme Ribeiro (2010), a lei de ferro de Michels assumiu no PT contornos peculiares. Tratou-se muito mais de uma *oligarquização cirúrgica* de algumas instâncias internas do partido do que total. Relembrando Panebianco,

essa oligarquização se dá durante o período de maior coesão interna da tendência dominante: o período entre os anos de 1995 e 2005.

Se as estratégias do Campo Majoritário reforçaram a tendência de parlamentarização, e conduziram o PT à oligarquização, é inegável que elas conferiram governabilidade e capacidade de ação unitária à direção partidária. Essas competências foram requisitos fundamentais para que o grupo pudesse revolucionar as feições organizativas do PT a partir da segunda metade da década de 1990 (RIBEIRO, 2010, p. 235).

Contudo, o fortalecimento da direção do partido teve como preço a diminuição da democracia interna da agremiação. Com a maior autonomia diretiva, o Campo Majoritário pôde lidar com um maior espaço de manobra dentro de um partido relativamente domesticado e coeso. Escolhia-se, dessa maneira, a eficácia como estratégia partidária. O objetivo era eleger Lula com condições mínimas de governar – com todos os aspectos políticos que o modelo presidencial de coalizão exige.

No presente capítulo, discutiu-se a formação do Partido dos Trabalhadores a partir de seu contexto político e sociológico. As transformações econômicas e sociais das décadas de 1970 e 1980 foram notadamente marcantes para o partido em seus momentos iniciais. Tão importante quanto a conjuntura do período, o desenvolvimento do novo sindicalismo e a sua atuação política – especialmente durante as greves de 1978 e 1979 – foram definidores importantes para as características do Partido dos Trabalhadores. Tendo em Lula o seu líder mais destacado, os sindicalistas aliaram-se a grupos sociais reivindicativos diferenciados. Articulando-se em uma pauta que ia além do puro trabalhismo, essa sinergia de forças questionadoras daria luz ao PT, no dia 10 de fevereiro de 1980.

Fazendo eco a outros analistas do partido (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2010), a presente dissertação acolhe o argumento que afirma que, em suas origens, o Partido dos Trabalhadores poderia ser classificado – dadas as devidas proporções – como um Partido de Massas duvergerniano. Contudo, sustenta-se aqui a posição de que, pouco a pouco, ao ser colocado diante dos desafios do jogo político competitivo de nossa democracia recente, o PT foi transmutando-se para um *partido profissional eleitoral*, segundo as descrições empreendidas por Panebianco. Porém, a cartelização do PT, conforme as tipificações de Katz e Mair, continua aberta para ser testada. Fato é que, ao longo dos anos e a partir da experiência administrativa e legislativa, aos poucos a face

pública do partido foi ganhando cada vez mais espaço e peso nas arenas decisórias internas à agremiação.

Passo a passo com essa *parlamentarização* da elite dirigente, observa-se o robustecimento da tendência interna moderada, chamada de Campo Majoritário. Todavia, acusa-se aqui a ideia errônea a respeito da degeneração do PT ao longo dos anos (vinculada à perspectiva da decadência dos modelos ideais duvergernianos). A essa afirmação de caráter normativo contrapõe-se uma observação que se pretende como mais analítica: após a redemocratização, os partidos políticos brasileiros - em especial, o Partido dos Trabalhadores - passaram a organizar-se internamente a partir de uma lógica racional conforme o seu *habitat* político.

Todavia, para os fins do eixo temático da presente dissertação, ao observar a dinâmica política interna do PT nos anos subsequentes à abertura política e econômica brasileira – período do encastelamento do Campo Majoritário na direção do partido –, *não seria descabida a afirmação de que o progressivo abrandamento da retórica do partido sobre os temas referentes à política econômica brasileira conforma mais elementos de continuidade de um longo processo – em que o mercado (enquanto signo) foi incorporado à linguagem do partido – do que uma ruptura acentuada.*

No próximo capítulo, examinar-se-ão os discursos oficiais do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. As eleições de 2002, bem como o documento a *Carta ao Povo Brasileiro* (2002), irão compor o preâmbulo para a análise dos discursos. O exame da linguagem do ex-ministro terá como lastro analítico os assuntos elencados no presente capítulo – que se debruçou sobre a história do PT –, assim como no capítulo anterior, onde se discutiu o embate histórico entre liberais e desenvolvimentistas ao longo do século XX no Brasil.

4 O EXAME DA LINGUAGEM DO EX-MINISTRO PALOCCI – A MUDANÇA ATRAVÉS DA ESTABILIDADE

Consoante ao que foi abordado nos capítulos anteriores, ao longo deste quarto capítulo será feita a análise dos discursos oficiais, artigos e entrevistas do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci⁴¹. Justifica-se, dessa maneira, o percurso da presente dissertação: ao abordar o histórico do embate entre desenvolvimentistas e liberais no cenário brasileiro do século XX (segundo capítulo), tomou-se o caminho necessário para delimitar o que *sublinhar* nos textos do ex-ministro Palocci (dada a plethora de possibilidades e abordagens, restringir conceitualmente as ferramentas de análise da presente dissertação teve, dessa maneira, um caráter operacional). Somando-se a esse resgate conceitual, o comentário realizado no terceiro capítulo acerca da formação do PT, teve como objetivo a composição de um mosaico contextual para a análise do ineditismo do partido no comando do governo federal.

Partindo disso, ao exame dos textos selecionados, utilizar-se-á como lastro metodológico a perspectiva analítica de Sourieux e Lerrat (2002). Explica-se: ambos os autores debruçam-se sobre uma dimensão prática do estudo de textos; dessa maneira, a análise⁴² tem como objetivo a decomposição do todo em suas partes – nesse sentido, opera-se tanto o tratamento matemático do texto, com a contagem da estrutura do documento e de frequências de palavras-chave, quanto a apreciação teórica de conceitos centrais de cada texto, bem como aspectos conjunturais dos mesmos. Procura-se, assim, um caminho metodológico de compreensão da linguagem do ex-ministro através de uma perspectiva conceitual.

Isto posto, far-se-á o exame dos documentos de maneira cronológica, abordando a linguagem produzida pelo ex-ministro ao longo dos anos em que

⁴¹ Serão examinados quinze textos ao todo. O número de documentos foi determinado pela saturação do *corpus* de pesquisa.

⁴² Conforme os autores: “Nessas condições, convém precisar que a escolha da palavra *análise* não foi feita por exclusão, mas deve ser interpretada como o resultado de uma intenção essencialmente didática: fornecer meios para o estudo do texto segundo etapas previsíveis e ordenadas, ou seja, segundo um método. Em outras palavras, não se trata de escamotear o comentário, mas de fundamentá-lo com rigor; não se trata de excluir o talento e a intuição, mas de admitir que as disciplinas intelectuais, como quaisquer outras, pressupõem um aprendizado” (SOURIOUX; LERAT, 2002, p. 2).

esteve à frente da pasta da Fazenda⁴³. Contudo, a escolha dos textos a serem analisados se deu conforme as exigências observadas pelo objeto. Dessa forma, não se excluem sobremaneira os aspectos subjetivos comuns a uma pesquisa de ciências sociais. Muito menos se esgotam as possibilidades de interpretação oferecidas pelo objeto de estudo – esse mantém-se permanentemente convidativo ao exame científico.

4.1 A carta ao povo brasileiro e o contexto da nomeação de Palocci para o cargo de Ministro da Fazenda

Delfim Netto, deputado federal por duas décadas e o mais poderoso ministro da economia brasileira de todos os tempos, apelidou a *Carta ao Povo Brasileiro* de *Carta de Ribeirão Preto*, numa gentileza comigo. Mas, sem saber, ele acertou (PALOCCI FILHO, 2007, p. 25).

Meses antes do lançamento oficial da campanha presidencial de 2002, Lula e equipe já podiam verificar – pela fragilidade da economia durante o período e pelas incertezas políticas – os gatilhos da crise econômica que começava a se instalar no mercado nacional brasileiro. A dúvida central que dava combustível à instabilidade eram os rumos da política econômica após as eleições presidenciais daquele ano. Conforme relatado em seu livro de memórias⁴⁴, nesse contexto, Antônio Palocci e Lula debatiam as implicações da candidatura petista para o quadro crítico que se avizinhava⁴⁵. Segundo o relato, Lula optaria por uma reunião com seus colaboradores mais próximos para avaliar a situação. O encontro se deu na cidade

⁴³ Ao todo foram três anos e oitenta e seis dias em que Palocci foi Ministro da Fazenda do primeiro governo Lula.

⁴⁴ PALOCCI FILHO, Antônio. **Sobre Formigas e Cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

⁴⁵ Ainda sobre a crise econômica de 2002, e a atuação do ex-presidente FHC e as operações de bastidores empreendidas por Palocci: “Os primeiros sinais dando conta da chegada, a princípio de mansinho, da crise econômica de 2002 me levaram a iniciar sondagens, em meados daquele ano, na equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois, quando a crise se instalou para valer, ameaçando jogar tudo pelos ares, foi o próprio presidente que, a poucos meses do fim de seu mandato, tomou a iniciativa de propor o diálogo com os partidos de oposição. Para obter a ajuda internacional indispensável para tentar evitar o caos, seria preciso recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Em situações como aquela, de absoluta indefinição política em função do cenário eleitoral nebuloso, o organismo tinha por regra conhecer as posições dos principais candidatos a presidente para, só depois, decidir se liberaria o empréstimo” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 51).

de Ribeirão Preto. Estiveram presentes além de Lula e Palocci: José Dirceu, Aloizio Mercadante, José Genoíno, Zeca do PT e o economista e futuro Ministro da Fazenda Guido Mantega.

Com o consenso a respeito da crise econômica e política que criava vulto a partir da corrida eleitoral, o grupo debatia acerca de duas possíveis soluções: a antecipação dos nomes que ocupariam os ministérios econômicos ou o lançamento precoce do programa de governo da candidatura Lula – tendo ambos os expedientes a intenção de acalmar os ânimos do mercado. Uma terceira opção, surgida na reunião, seria divulgar apenas parte do programa de governo: em específico, o conteúdo econômico do programa. Dado o descarte imediato da divulgação dos nomes do futuro ministério e do programa completo de governo meses antes do início da campanha, o conselho decidiu por uma manifestação oficial de Lula em forma de documento, com o objetivo de refrigerar os ímpetos do mercado: uma carta de intenções.

Descartada a hipótese de antecipar o programa de governo, como eu mesmo sugerira, em função da incompatibilidade de datas, propus que fossem, ao menos, divulgadas as ideias centrais da política econômica de um governo petista. Em vez do programa inteiro, seria um manifesto de Lula à Nação. Aprovada a ideia do documento, foram definidos ali mesmo os itens que deveriam compor o manifesto: cumprimento de contratos, compromisso fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante (PALOCCI FILHO, 2007, p. 28).

Após o encontro em Ribeirão Preto, Palocci reuniu-se com Glauco Arbix (professor do departamento de sociologia da USP), Edmundo Oliveira (jornalista e editor de economia do jornal *O Estado de São Paulo*), Luis Favre (secretário de Relações Internacionais do PT) e Luiz Gushiken (na época, um dos coordenadores de campanha de Lula) para a formulação do documento. Posteriormente se juntariam ao grupo André Singer e Luiz Dulci, secretário-geral do PT. A divulgação da versão finalizada do documento aconteceria após a aprovação de Lula, no dia 22 de junho de 2002, em um seminário promovido pelo partido, que tinha como objetivo debater o programa de governo petista que iria para as eleições daquele ano.

Após a edição da *Carta ao Povo Brasileiro*, o próprio debate econômico no país começou a fluir com maior tranquilidade. Os receios sobre a futura política econômica foram, aos poucos, se dissipando. Alguns setores do PT e da própria sociedade criticaram duramente a *Carta*, classificando-a como uma exagerada concessão aos mercados. Foi necessário um trabalho posterior para explicar, repetidas vezes e com muita paciência, que se tratava somente de um conjunto de compromissos recomendados pelo bom

senso político e econômico, e que os instrumentos de intervenção econômica eram os mesmo empregados nas melhores economias do mundo. Afinal, manter o equilíbrio fiscal e o câmbio flutuante, cumprir os contratos e controlar a inflação constituem tão somente compromissos normais de qualquer governo sério que não deseja buscar na aventura fácil do *populismo* as saídas para enfrentar suas dificuldades de natureza econômica. [...] Hoje, passados anos de seu lançamento, já não resta dúvida sobre o papel tranquilizador que a *Carta ao Povo Brasileiro* desempenhou e como ela ajudou a devolver a serenidade à economia brasileira em um momento tão crítico da vida nacional (PALOCCI FILHO, 2007, p. 36-37, grifo do autor).

A partir do exame da *Carta*, salta os olhos a frequência com que algumas palavras-chave se apresentam ao longo dos trinta e cinco parágrafos que compõem o documento. *Mudança* aparece ao todo seis vezes, sendo que a palavra *crise* também. *Superação*, quatro vezes. Todavia, com quase o dobro da frequência dessas, as palavras *crescimento* ou *crescer* apresentam-se onze vezes ao longo do texto. *Estabilidade e inflação*, apenas três vezes cada uma.

Interpreta-se como engrenagem principal do texto a noção de mudança, que, no caso, constrói-se através de um descolamento com a política econômica da administração Fernando Henrique Cardoso. Sobre o assunto da retomada do crescimento econômico, esse apenas seria possível de ser alcançado a partir da superação do modelo anterior que se encerrava. A título de ilustração:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas (LULA DA SILVA, 2002, § 1º-2º).

Sendo assim, observa-se essa ideia de *mudança* como o núcleo central do argumento contido até o nono parágrafo da *Carta*. Ao longo do restante do documento são apresentadas as origens da crise de confiança pré-eleitoral de 2002 em relação à economia – a partir do ponto de vista da candidatura Lula –, bem como a solução para o problema: o crescimento econômico. Contudo, destoando de um vocabulário desenvolvimentista usual à nossa tradição heterodoxa, a *Carta* aponta como saída para o crescimento econômico brasileiro a *competitividade econômica* (para o esclarecimento dos conceitos utilizados no exame da *Carta*, cabe lembrar a discussão feita ao longo do segundo capítulo da presente dissertação,

especialmente na subseção que trata do debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, ambos precursores do embate entre desenvolvimentistas e liberais no Brasil).

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo a capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira. A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário⁴⁶ para impedir que a dívida interna destrua a confiança na capacidade do governo de honrar com os seus compromissos (LULA DA SILVA, 2002, § 28º-31º).

Do exame da *Carta*, extrai-se em boa medida o receituário empreendido pelo governo Lula ao longo dos seus primeiros anos: a busca pelo crescimento econômico seria apoiada em uma forte política macroeconômica de caráter ortodoxo, porém, com mecanismos de inclusão social inovadores. Contudo, a interpretação de que o primeiro mandato de Lula assemelhar-se-ia à administração de Fernando Henrique Cardoso quanto à política econômica exige ponderações. Conforme será abordado adiante, um dos pontos diferenciais entre as duas gestões (Palocci e Malan) situar-se-ia no que toca à atenção despendida para as reformas de caráter microeconômico durante o governo Lula.

⁴⁶ Sobre os bastidores da criação da *Carta ao Povo Brasileiro*, cabe a citação onde o ex-ministro, em seu livro de memórias, relata o seu diálogo com membros do mercado e da mídia para coletar informações e impressões sobre o documento que seria lançado. Nesse caso, a polêmica gerada em torno do superávit a ser adotado pelo possível governo Lula era peça central nas discussões sobre a *Carta*: “Era voz corrente que, para acalmar os ânimos do mercado, qualquer compromisso a ser assumido pelos candidatos deveria, necessariamente, fazer uma referência direta a um superávit de pelo menos 4% do PIB. Lula, porém, era avesso à ideia de se comprometer com números antes da hora. Fui encarregado de buscar uma saída para o impasse entre essas duas posições. Preparei algumas propostas alternativas e comecei a dialogar sobre o assunto com diversos empresários e formadores de opinião, entre os quais alguns proprietários de empresas de comunicação. Um deles foi João Roberto Marinho, das Organizações Globo, a quem eu fora apresentado semanas antes. [...] Expliquei a ele que dificilmente Lula aceitaria falar em números. E que seria mais prudente termos um firme compromisso, mas deixar a questão do percentual exato do superávit para mais tarde. Aos poucos, fomos aperfeiçoando uma minuta que começava a ganhar feição de manifesto. A princípio, parecia uma boa carta de intenções, mas sem se comprometer com números. 'Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos', apregoava o documento. Li o trecho para João Roberto.— O que você acha? — perguntei. — Um número forte poderia ser melhor — respondeu. — Mas se há dificuldade para isso, o texto está bom. Acho que dá conta” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 31-32).

Tornou-se comum ler que a política econômica do primeiro mandato do presidente Lula foi idêntica à do governo Cardoso. É verdade que o governo Lula reconheceu a importância de manter os consideráveis avanços obtidos durante o governo de seu antecessor, mas a política implantada pelo ministro Palocci apresentou pelo menos três aspectos inovadores: a perseguição de um ajuste fiscal de longo prazo, o foco em medidas microeconômicas para melhorar o ambiente de negócios e a inclusão social, e a visão da política social como parte essencial da estratégia de desenvolvimento. [...] O mérito de Palocci no Ministério da Fazenda foi não deixar de perseguir ações na área social e medidas econômicas com impacto a longo prazo, apesar de ter iniciado seu mandato num ambiente de inflação e risco-país altos, o que exigiu um forte aperto monetário e fiscal (SCHEINKMAN, José Alexandre *apud* PALOCCI FILHO, 2007, p. 8).

Palocci estaria – conforme relatado no seu livro de memórias – em contato com empresários e operadores do mercado financeiro desde junho de 2002. Durante a campanha, foi o responsável pela coordenação do programa de governo que levaria Lula ao Palácio do Planalto nas eleições daquele ano. Todavia, com o desenrolar da corrida eleitoral e com a possibilidade da vitória da candidatura petista, o comitê de campanha sofria com a pressão do mercado – amplificada pela imprensa nacional – para anunciar os nomes da equipe econômica que comporiam um possível governo Lula. Fato que ganhou um vulto ainda maior após a vitória do PT naquelas eleições presidenciais.

Haveria, conforme Palocci, três possíveis candidatos ao cargo de Ministro da Fazenda daquele primeiro governo Lula: Aloísio Mercadante, José Dirceu e o próprio Antônio Palocci. Ambos, Mercadante e Dirceu, saíram fortalecidos daquelas eleições de 2002: o primeiro foi eleito senador com cerca de dez milhões de votos, enquanto Dirceu elegeu-se deputado federal com mais de 500 mil votos. “O nó, aparentemente insolúvel, era que Lula desejava que um dos dois – Dirceu ou Mercadante – permanecesse no Congresso para liderar a base aliada” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 18). Nesse período que compunha os meses que separavam o resultado das urnas e a posse de Lula, Palocci coordenaria uma equipe técnica responsável pela transição entre as duas gestões presidenciais, enquanto Lula e Dirceu comandariam a escolha da equipe ministerial.

O convite para que eu me tornasse o 85º ministro da Fazenda do Brasil – cargo pelo qual já passaram nomes como San Tiago Dantas, Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen – se deu nos primeiros dias de dezembro de 2002, durante uma reunião na Granja do Torto, onde Lula foi morar com a família enquanto aguardava a posse (PALOCCI FILHO, 2007, p. 19).

O anúncio do nome do Ministro da Fazenda do governo Lula aconteceria de maneira “informal”, durante uma viagem da delegação do presidente brasileiro eleito aos Estados Unidos⁴⁷. Após uma reunião com o então presidente norte-americano George W. Bush, em uma entrevista coletiva concedida a repórteres dos mais diversos meios de comunicação, Lula deixaria escapar os nomes de Marina Silva, como futura ministra do Meio Ambiente, e o de Palocci, para a Fazenda. Na mesma viagem Lula fazia o convite a Henrique Meirelles (recém-eleito deputado pelo PSDB) para ser o presidente do Banco Central durante o seu primeiro mandato como Presidente da República. Dessa forma:

Ao desembarcar no Brasil, o presidente [Lula] fez o anúncio oficial dos dois primeiros nomes para a área econômica do seu governo. Era uma tarde ensolarada de dezembro e a Granja do Torto estava, mais uma vez, tomada por jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas. Meirelles e eu aplicamos, ali, a primeira dose oficial de *maracujina* para aplacar os ânimos do mercado (PALOCCI FILHO, 2007, p. 24).

Após a nomeação, cabia a Palocci a formação da sua equipe técnica que estaria à frente do Ministério da Fazenda nos próximos anos. Dos nomes escolhidos, muitos não eram filiados ao PT.

⁴⁷ Sobre o assunto, é cabível a leitura da obra de Matias Spektor intitulada: *18 Dias*. No relato de tons jornalísticos, o autor analisa o período entre as eleições de 2002 e a posse de Lula, especialmente no que toca o (re)estabelecimento de relações bilaterais com o governo norte-americano de G. Bush – fato que levaria à aproximação das equipes do governo que saía ao time que viria a ocupar o Planalto a partir de 2003. Transcreve-se uma passagem na qual Spektor comenta a indicação de Palocci para o Ministério da Fazenda dentro desse contexto: “Para o governo tucano, não havia nada de novo nesse clima de tensão constante: FHC passara oito anos assim, calculando as palavras e operando o tempo inteiro para evitar uma aposta contra a moeda. [...] Lula, contudo, era novo o jogo. Precisava de um operador com trânsito entre os tucanos e capaz de fazer a ponte com o mercado financeiro, funcionando ainda como escudo protetor contra os economistas tradicionais do PT. Para isso, escolheu como informante e emissário pessoal um homem com o qual ainda tinha pouca intimidade. Antônio Palocci virou coordenador da campanha petista por acidente. [...] Ungido por Lula como gerente da equipe no início de 2002, Palocci teve uma ascensão meteórica dentro do PT. Trotskista na juventude, uma vez prefeito de Ribeirão Preto privatizou serviços públicos e indicou homens de negócios para a administração municipal. Entendia de economia, finanças e orçamento público. Era claro e preciso, recitava números de memória e transmitia convicção ao falar. Palocci era um elemento estranho no próprio PT. Estava muito mais disposto a trabalhar com o governo tucano do que a maioria de seus colegas de partido. Para uns, era um paraquedista. Para outros, um oportunista. Para Lula, uma fonte de tranquilidade” (SPEKTOR, 2014, p. 65).

Dentre os membros da equipe técnica de transição e, posteriormente, integrantes dos ministérios, destacam-se três nomes em especial: Dilma Rousseff (Minas e Energia), Joaquim Levy (Tesouro) e Alexandre Tombini (Banco Central)⁴⁸.

4.2 O exame da linguagem do ex-ministro Palocci

Aqui, far-se-á a análise dos pronunciamentos oficiais, artigos e entrevistas do ex-ministro Palocci, atendendo as exigências metodológicas de Sourieux e Lerat, conforme descritas na introdução do presente capítulo (os textos analisados encontram-se disponíveis em sua íntegra para consulta na seção Anexos, no final da dissertação).

4.2.1 Análise do texto: transcrição do pronunciamento do Ministro da Fazenda Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo (dois de janeiro de 2003)

Como tentativa de compreensão do texto, cabe ressaltar a natureza do documento. Por se tratar do discurso de transmissão do cargo de Ministro da Fazenda logo após a posse de Lula, em janeiro de 2003, a linguagem de Palocci assume um sinal político travestido de analítico. Assim, ao compor um balanço da história recente da política econômica nacional, o novo ministro apresenta os pontos sensíveis a serem abordados por sua futura gestão, a partir de um contraste por comparação com o passado. A título de exemplo, cita-se:

⁴⁸ A respeito do tema: “Tinha decidido formar uma equipe de bons técnicos, com visão moderna da economia e que quisessem fazer as coisas que o bom senso mandava e fugissem das mágicas e dos projetos mirabolantes. [...] A equipe econômica começava, assim, a ganhar um rosto. Constituir uma equipe com técnicos e profissionais talentosos seria a única forma de superar as dificuldades que eu esperava enfrentar ao aceitar a convocação de Lula para assumir o Ministério da Fazenda sem ter nenhuma credencial técnica na área. Eu seria sempre um médico na economia. Por isso, decidi montar uma equipe de secretários que fossem, individualmente, bem superiores a mim em termos de conhecimento de suas respectivas áreas” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 57-58).

Enfrentamos hoje um momento de grande desafio. Temos a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per-capita e da nossa secular má distribuição de renda. Retomar o crescimento econômico, simultaneamente a uma melhoria da distribuição de renda, eis o desafio do novo governo e o compromisso do Presidente Lula (PALOCCI FILHO, 2003a, § 3º).

A problemática a respeito da eficiência do gasto público também se apresenta de maneira comparativa com o passado, conforme observado nos parágrafos 5º e 6º. Outra característica relevante do texto é a concordância entre o pronunciamento de posse e o conteúdo da *Carta ao Povo Brasileiro*, especialmente no que tange ao assunto da retomada do crescimento⁴⁹ econômico. Ao longo dos trinta e nove parágrafos que compõem o documento, a vinculação entre crescimento econômico e a busca da estabilidade fiscal e monetária é uma alusão recorrente⁵⁰.

Por conseguinte, a palavra *crescimento* aparece ao todo quinze vezes ao longo do texto; *responsabilidade* onze vezes; *estabilidade* sete vezes e *inflação* seis vezes. Segue a citação que exemplifica essa construção argumentativa peculiar, que soma a busca pelo crescimento econômico com a estabilidade e a responsabilidade financeira:

⁴⁹ É cabível, nesse momento, fazer uma ressalva terminológica à luz da discussão conceitual realizada no segundo capítulo da presente dissertação. O signo *crescimento* caracteriza-se pela sua hibridez no que toca os objetivos do presente estudo. Explica-se: ambos os campos liberal e desenvolvimentista utilizam-se largamente dele. Para os primeiros, o crescimento econômico seria alcançado pela estabilidade e competitividade econômicas avindas da livre movimentação das forças de mercado. E, para os teóricos do desenvolvimentismo, através do planejamento e do fomento pelo Estado de setores estratégicos da economia. Assim sendo, interpretar-se-á na presente dissertação *crescimento* como um termo híbrido, comum aos dois campos linguísticos aqui examinados e reivindicador de qualificações.

⁵⁰ A respeito dos conflitos internos ao partido, tendo como tema a “necessidade conjuntural” das medidas ortodoxas do primeiro governo Lula, Palocci relata uma conversa que teve com o assessor especial do presidente, Marco Aurélio Garcia, que era crítico da política econômica levada em frente durante o período: “Nessa conversa, ele [Marco Aurélio Garcia] falou sobre isso e pontificou que o problema não era só a política implementada, mas o fato de nossa equipe defender estas políticas como meritórias em si, e não como uma exigência transitória determinada pelo quadro econômico grave que havíamos herdado do governo anterior. Era uma abordagem válida, mas preferi sempre apresentar as políticas como sendo necessárias, inclusive no longo prazo. O fato é que realmente penso assim. No caso do esforço fiscal, por exemplo, muitos acreditam que se o superávit fosse menor, os programas sociais seriam melhores. Penso exatamente o contrário. Se relaxarmos o esforço fiscal, em um futuro não muito distante seremos obrigados a cortar drasticamente os programas sociais porque esse comportamento levará a uma crise do endividamento. Se ao contrário, mantivermos um esforço fiscal de boa qualidade, os programas sociais vão obter maior espaço em função da própria melhoria do quadro geral do crescimento econômico decorrente. É claro, que o ideal é que não tivéssemos dívida e o superávit sequer fosse necessário. Infelizmente, não é esta a situação atual do Brasil” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 90).

A boa gestão da coisa pública requer *responsabilidade* fiscal e *estabilidade* econômica. O governo que ontem se encerrou tem méritos nesse tema, o que não nos constrange reconhecer. Porém, este não é um patrimônio exclusivo seu, assim como não o será na nossa administração. Qualquer programa econômico que busca sustentabilidade, deve ter os pilares da *responsabilidade* e da *estabilidade* como base essencial de sustentação. Reassumimos aqui o que temos dito ao longo dos últimos seis meses desde que o Presidente Lula lançou a "Carta ao Povo Brasileiro": vamos preservar a responsabilidade fiscal, o controle da inflação e o câmbio livre. *Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica*. Temos, de fato, um projeto muito mais ambicioso: reinventar o estado brasileiro e sua inserção na nossa sociedade. Preparar o país para um novo momento. Não mais uma sociedade que vive a reboque da política econômica de curto prazo, com recorrentes momentos de instabilidade, mas um estado a serviço da inclusão social e das condições necessárias à retomada do *crescimento sustentável*. Nossos problemas não são de gestão econômica de curto prazo mas sim políticos e resultam na *perversa inserção do estado na nossa sociedade*; estado esse que apresenta profundos problemas de gestão e de planejamento estratégico (PALOCCI FILHO, 2003a, § 14º-15º, grifo meu).

Ao final da passagem, Palocci aproxima-se a partir de seu diagnóstico dos postulados liberais, comentados ao longo do segundo capítulo da presente dissertação: as deficiências da economia brasileira adviriam da promiscuidade entre Estado e sociedade, decorrentes dos problemas de gestão e planejamento. Aqui, apresenta-se também outro lugar-comum dos pronunciamentos do ex-ministro (como se observará ao longo dos seus textos): a analogia entre medicina e economia. Interpretada analogicamente a um paciente enfermo, a economia brasileira necessitaria de cuidados.

As crises externas têm abalado em diversos momentos a nossa economia. Como os vírus e as bactérias, atacam nosso organismo. Adoecer ou não depende das condições do corpo humano. Se ele estiver saudável e for preparado, inclusive com cuidadosas vacinas, vai resistir aos choques externos, aos vírus e bactérias e seguirá saudável. No caso da política econômica, preparar o organismo significa um orçamento público saudável e ajustado às suas obrigações previstas. A criação de regras estáveis e claras de gestão da política econômica são a contrapartida na administração da coisa pública das prescrições médicas de exercícios moderados e boa alimentação que viabiliza uma vida mais longa e saudável aos nossos pacientes (PALOCCI FILHO, 2003a, § 23º-24º).

Assim sendo, o texto apresenta um conteúdo preponderantemente reivindicador da estabilidade (fiscal e monetária) como fiadora da retomada do crescimento econômico. Um espaço também relevante é destinado a questões de cunho social, como o flagelo da desigualdade e a busca pela justiça social. Todavia, e atentando para os fins desse estudo, não se confundirão temas ligados à justiça social com argumentos desenvolvimentistas: dessa maneira, a interpretação

utilizada para tal classificação encontra-se nas tipificações acerca do desenvolvimentismo brasileiro, elaboradas por Ricardo Bielschowsky e exploradas no segundo capítulo da presente dissertação. Conforme essas, a preocupação principal do desenvolvimentismo brasileiro seria – por óbvio – o desenvolvimento econômico. A redução da desigualdade social *viria a reboque* do crescimento da economia (única garantia do rompimento com os grilhões do subdesenvolvimento).

4.2.2 Análise do texto: discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho no XV Fórum Nacional – O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, organizado pelo Instituto Nacional de Altos (INAE) (vinte e dois de maio de 2003)

O documento, em linhas gerais, apresenta concordâncias com a argumentação prévia contida no discurso de posse do ex-ministro Palocci. As diferenças se mostram relevantes no momento em que o ex-ministro deixa de justificar as medidas duras do governo Lula e passa a propor estratégias de inserção da economia brasileira no mercado internacional. Ainda conforme Palocci, a estabilidade macroeconômica conquistada nos primeiros meses do governo e a responsabilidade fiscal teriam levado a economia brasileira a um estado de normalidade, permitindo dessa forma a utilização de estratégias de crescimento econômico que iriam além da busca pela estabilidade. Porém, segundo o ex-ministro:

Temos consciência de que o maior e mais comum dos erros no tratamento das doenças graves é interrompê-lo na metade, ao primeiro sinal de melhora do paciente. Quando se procede assim, a doença recorre com mais força, obrigando a medicações mais fortes e mais danosas ao organismo. Acontece o mesmo na economia. Por isso, a mudança qualitativa dos indicadores econômicos é fruto de um trabalho sério e responsável, que vai continuar, especialmente com as reformas em andamento no Congresso Nacional e as que a elas se seguirão. É isso que fortalecerá ainda mais a confiança dos agentes econômicos, criando condições para que as taxas de juros retrocedam no tempo e na velocidade adequados (PALOCCI FILHO, 2003b, § 8º).

Exemplifica-se mais uma vez a recorrente analogia feita por Palocci entre economia e medicina: haveria regras básicas a serem aceitas e executadas para o bom funcionamento do organismo. Contudo, dando mostras de certo ecletismo

teórico, o ex-ministro utiliza de argumentos de conteúdo econômico ortodoxo e heterodoxo no seu pronunciamento. Atendendo a um padrão que parte do liberalismo e vai ao encontro da defesa do planejamento de cores desenvolvimentistas, a argumentação palocciana se mostra como um pêndulo – indo de um lado a outro – conforme se observa nas duas passagens abaixo:

As estratégias para a retomada do crescimento vão apontar caminhos inovadores. Além de políticas horizontais de fortalecimento institucional, mudanças no sistema de crédito e melhoria da infraestrutura e da logística, são necessárias iniciativas setoriais transparentes, com contrapartidas bem definidas e limites no tempo. Enquadra-se nessas iniciativas a adoção de *políticas industriais orientadas* para impulsionar as exportações, com estímulo à produção de bens de maior valor agregado, desenvolvimento de marcas e prestação de serviços. Tais políticas deverão, também, contribuir para uma cuidadosa *substituição competitiva de importações*. Um país não pode querer fazer tudo. Mas tampouco deve ser passivo ante a possibilidade de fortalecer atividades em ramos industriais em que pode desenvolver vantagens comparativas ou estimular a criação de empregos no país. Nesse campo, vários ministérios vêm atuando, tendo à frente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (PALOCCI FILHO, 2003b, § 14º, grifo meu).

Já aprendemos o suficiente nos anos 80 para *evitar políticas tortuosas de intervenção direta do Estado* e de concessão de benefícios fiscais e creditícios para grupos empresariais escolhidos por critérios opacos, sem contrapartidas nem limites no tempo. Também já aprendemos o bastante nos anos 90 para *evitar a falta de planejamento e de políticas setoriais*, em nome de ideias genéricas sobre inserção do país na economia global, apenas com o recurso da abertura de mercado. O Brasil é complexo o suficiente para exigir *estratégias diversificadas de desenvolvimento industrial*. Tanto no sentido de aprimorar e melhorar as áreas e produtos *em que o país já tem destaque* quanto naqueles em que pode desenvolver nichos e segmentos dinâmicos (PALOCCI FILHO, 2003b, § 16º, grifo meu).

Assim, o planejamento da economia teria como objetivo o fomento a inserção estratégica do Brasil no comércio internacional de bens – contudo, atentando para os resultados da experiência de abertura econômica vivenciada ao longo dos anos 1990. Dessa forma, a política econômica defendida pelo ex-ministro Palocci, no pronunciamento por ora analisado, atenta para uma racionalidade adaptativa: o planejamento setorial objetivaria a inserção estratégica de setores brasileiros competitivos no comércio internacional. E apresenta-se a partir de uma argumentação eclética com caráter pendular: indo do liberalismo ao desenvolvimentismo – e voltando.

4.2.3 Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão (vinte e seis de junho de 2003)

Como todos sabem, a área econômica é o coração de um país. E quando o coração está forte e sadio, tudo funciona bem. Mas quando não está, as coisas ficam complicadas (PALOCCI FILHO, 2003c, § 2º).

De início faz-se necessário atentar para as características gerais do documento. O pronunciamento em cadeia televisiva e radiofônica (primeira manifestação direta do ex-ministro desde o início de 2003) é dirigido para a população (eleitores) no mês em que o governo Lula completava seis meses de duração. Sua estrutura tipográfica é mais concisa que a dos documentos analisados até aqui: trata-se de apenas dez parágrafos. E possui uma linguagem mais simples – menos técnica – no que diz respeito aos assuntos de economia.

Há seis meses, o presidente Lula assumiu o comando do Brasil. Recebeu um país economicamente frágil e altamente vulnerável. Foi um momento extremamente delicado para a nossa economia. Extremamente delicado! O dólar a quase 4 reais, o crédito externo para as nossas empresas praticamente a zero. E o pior: a inflação voltando a crescer, numa progressão espantosa. O momento não podia ser pior para um governo novo, que chegava com muita vontade de mostrar resultados e dar boas notícias. Fomos obrigados, da noite para o dia, a adiar nossos planos e a tomar medidas duras, amargas, para estancar a crise. Mas mostramos ao mundo que aqui estava um governo sério, responsável, comprometido com a mudança, sim! Mas, uma mudança segura, construída em bases sólidas e, sobretudo, verdadeiras. A pressa e a precipitação, no passado, já levaram o nosso país a grandes prejuízos e a grandes sacrifícios. E isso não queremos que volte a acontecer (PALOCCI FILHO, 2003c, § 3º-4º).

A palavra *inflação* é utilizada pelo ex-ministro sete vezes ao todo. *Crise* e *mudança*, duas vezes cada uma. O *crescimento*, tônica dos pronunciamentos anteriores, aparece apenas três vezes ao longo dos dez parágrafos que compõem o pronunciamento do ex-ministro Palocci. O sentido tomado pelo documento, dessa forma, aponta para a justificativa das ações adotadas pelo governo até o momento do pronunciamento⁵¹.

⁵¹ Em um outro momento, Palocci assinaria um artigo publicado na revista *Época* em que, também, à luz do pronunciamento ora examinado, justificava as medidas ortodoxas assumidas pelo governo do tocante à macroeconomia brasileira: “É preciso, nesse delicado assunto, não tomar a nuvem por Juno. Nosso país está saindo de uma das mais sérias crises dos últimos anos, maior até que a vivida na desvalorização do real, em janeiro de 1999. A credibilidade de nosso país teve de ser resgatada. No plano econômico o Brasil já fez tabelamentos e tablitás, moratórias externa e interna, câmbio fixo ou flutuante, macumba e vodu. Todas essas experiências nos ensinam que a

Outro aspecto relevante da fala é a apresentação das medidas de caráter microeconômico⁵² (PALOCCI FILHO, 2003c, § 7º-8º) ao grande público, como: a criação de cooperativas de crédito e do crédito popular (com juros de 2% ao mês), a adoção de medidas que facilitariam o acesso à criação de contas bancárias para indivíduos de baixa renda e a redução de tarifas públicas dos combustíveis (gasolina e gás de cozinha).

4.2.4 Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão sobre a retomada do crescimento (vinte e quatro de outubro de 2003)

O pronunciamento que faz o balanço dos nove meses do governo Lula (lançado no mês em que se completava um ano das eleições que levaram o PT ao Governo Federal) apresenta características semelhantes às do anterior. Uma linguagem simples e de fácil compreensão. Analogias entre economia e exemplos do cotidiano para alcançar mais facilmente o público geral. Um texto curto e conciso com dez parágrafos ao todo. Todavia, enquanto o pronunciamento do dia vinte e seis de junho buscava justificar as tomadas de decisão do governo no tocante a

estabilidade econômica é fruto do esforço sereno e permanente no campo fiscal e monetário. Regras claras, transparentes. Sem mágicas. Colocamos a casa em ordem no câmbio e nas contas do governo, lançamos o programa de reformas previdenciária e tributária e melhoramos sensivelmente as condições de financiamento de nossa economia, com a queda do risco país de 2.400 pontos para cerca de 800 pontos. É preciso consolidar responsavelmente esse quadro” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2003d, §3º).

⁵² A respeito da importância de medidas microeconômicas de fomento ao crescimento, o ex-ministro Palocci afirmaria em uma entrevista à revista *Veja*: “Pressionar para mexer nos juros básicos, discutir a adequação de uma política fiscal rigorosa ou a necessidade de combater a inflação e mesmo debater a autonomia do Banco Central são questões superadas na maioria dos países. Esses fatores são pressupostos da economia. Ninguém mais discute sua validade ou necessidade. Em viagem ao exterior, quando converso com alguma autoridade econômica sobre superávit primário, austeridade fiscal ou coisa parecida, fico com a impressão de que meu interlocutor não está nem compreendendo aonde quero chegar. Como se eu estivesse levantando um debate pré-histórico. Ninguém mais questiona isso. O mundo discute microcrédito, financiamento. São essas coisas concretas que levam ao crescimento e ao desenvolvimento. O resto é mero pressuposto. Aqui, ainda achamos que política monetária pertence ao campo ideológico, que ter ou não um Banco Central autônomo é uma questão ideológica. Não é nada disso. Há bancos centrais independentes em países capitalistas ou socialistas” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Veja*. 2003e. §4º).

economia, a fala do dia vinte quatro de outubro apresentaria as conquistas alcançadas até o momento.

Como todos sabem, no ano passado, a inflação voltou a crescer, causando graves problemas para todos, especialmente para as pessoas mais pobres. A alta de preços corrói os salários, reduzindo muito o poder de compra das famílias até para coisas essenciais, como roupa, comida e transporte. É importante que todos entendam que o controle da inflação é indispensável para nosso país crescer com segurança. Pois bem meus amigos. Hoje, nove meses e 24 dias depois da posse do presidente Lula, e na qualidade de seu ministro responsável pela área econômica, posso dizer a vocês, com absoluta segurança, que vencemos essa batalha (PALOCCI FILHO, 2003f, § 3º-4º).

A “conquista da estabilidade”, traduzida por Palocci em seu pronunciamento como o controle da inflação, a baixa dos juros e a estabilidade do dólar (PALOCCI FILHO, 2003f. § 5º-7º) é o tema central da fala. Conforme o ex-ministro, nesse ambiente sadio, tanto empresas quanto a população teriam a oportunidade inédita de “planejar o seu futuro com mais segurança e tranquilidade”. Seguindo a argumentação palocciana, a retomada do crescimento – que deveria acontecer nos anos subsequentes – estaria garantida pelo cumprimento das promessas feitas pelo governo quanto da conquista da estabilidade econômica⁵³, conforme é observável na citação a seguir (onde mais uma vez o ex-ministro resgata a chave argumentativa da estabilidade, competitividade e crescimento):

Enfim, meus amigos, o Brasil está pronto agora para *voltar a crescer*. A partir de agora, como acontece nos países de economia madura e desenvolvida, cada vez mais as empresas vão ganhar por sua *competência, qualidade de serviços e volume de vendas*. Este sim é o ambiente saudável para crescer e desenvolver o Brasil, onde o lucro justo é obtido às custas do investimento e do trabalho. O governo está cumprindo a sua promessa de garantir a estabilidade econômica (PALOCCI FILHO, 2003f, § 9º, grifo meu).

⁵³ Dessa maneira, é observável, no pronunciamento do dia vinte e quatro de outubro de 2003 aqui examinado, a concordância com a argumentação palocciana anterior, como se verifica na passagem a seguir retirada de uma entrevista concedida pelo ex-ministro à revista *Veja*: “*Veja – Fala-se muito em fase dois da economia. Ela virá? Palocci – Existe a fase dois, mas não existe o plano B. A política econômica é exatamente esta que estamos praticando, e vamos continuar com ela até que, arrumada a casa, entremos na fase dois, que vem a ser a fase do crescimento, do desenvolvimento, da geração de empregos, do aumento da renda. É isso que estamos perseguindo. A fase agora é a de controlar a inflação, reduzir ao máximo a instabilidade, produzir o máximo de credibilidade, arrumar as contas do governo. Isso feito, entraremos na fase dois, de menor aperto monetário. A fase dois é uma decorrência da fase um. O problema é que há setores que querem inverter as coisas. Querem chegar à etapa do desenvolvimento, do crescimento e dos empregos sem o ônus da primeira etapa. É preciso entender que não haverá uma ruptura entre uma fase e a seguinte, não cortaremos uma fita inaugural, não haverá um dia D de passagem para a etapa do desenvolvimento. Ela virá como resultado do sucesso da sociedade brasileira na fase dos ajustes*” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Veja*, 2003e, §5º).

4.2.5 Análise do texto: entrevista à revista *Exame* – “Os pilares não podem mudar”, por André Lahóz, Cláudia Vassallo e Eduardo Onieque (vinte e cinco de março de 2004)

A entrevista⁵⁴ concedida pelo ex-ministro Palocci à revista *Exame*, logo nos primeiros meses do segundo ano do governo Lula é bastante elucidativa quanto ao ambiente político em que Palocci estava imerso durante o período. Com efeito, os dois temas centrais em torno dos quais os questionamentos dos repórteres orbitam são: a unidade política acerca do projeto econômico capitaneado por Palocci; e a possibilidade de uma mudança nos rumos do trajeto econômico escolhido.

Nesse sentido, o ex-ministro chama a atenção para o fato de 2004 ser um ano marcado por eleições municipais. Por conseguinte, a efervescência do debate mais ideologizado e o aumento de denúncias de cunho ético seriam sintomas naturais de um ano eleitoral. A partir desse humor político, a probabilidade de um “plano B” começaria a ser aventada. Esse consistiria em persuadir o presidente Lula a mudar o trajeto da política econômica assumida pela Fazenda desde janeiro de 2003. Contudo, o ex-ministro advoga pela unidade do partido enquanto governo, embora acolha as divergências internas como algo esperado em uma agremiação como o PT. E, assumindo cores ortodoxas⁵⁵, argumenta:

Temos de relativizar o ambiente de confusão. O PT favorece o debate aberto, que muitas vezes parece conflituoso. Não considero negativa a pressão para que o governo faça algo melhor. Governo que não enfrenta esse tipo de pressão tende à letargia. É diferente quando o discurso empregado diz que a economia tem de mudar. O Brasil se financiou no passado de três maneiras: com inflação, com o aumento do endividamento e com aumentos de carga tributária. Já sabemos o que acontece no fim do filme. O povo paga uma conta extraordinária por essas invenções. Por isso não tem o Plano Lula ou o Plano Palocci. O que tem é um ajuste clássico na

⁵⁴ Não foi encontrado nenhum pronunciamento direto ou discurso proferido por Antônio Palocci durante o ano de 2004 junto à página oficial do Ministério da Fazenda. Portanto, para suprir essa lacuna, examinar-se-ão como peças de linguagem do ex-ministro entrevistas concedidas a veículos de comunicação durante o período, bem como um artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, assinado em coautoria com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

⁵⁵ Em uma outra ocasião, em entrevista concedida a jornalista Miriam Leitão, do jornal *O Globo*, Palocci abordaria o mesmo tema: “Se olharmos as 200 heterodoxias mundiais, talvez 180 sejam brasileiras. O que estamos fazendo hoje é clássico: cuidando da inflação, das contas externas, deixando o câmbio flutuar. Precisamos ser persistentes; parar de acreditar que mágicas apressam o crescimento. O Brasil é muitas vezes tentado a invenções: tabela, tablita, banda, diagonal endógena, macumba, vodu” (PALOCCI FILHO. In: *Jornal O Globo*, 2004b, §6º).

economia, coisa simples, sem invenções. E essa maneira clássica de fazer é mais lenta, mais sofrida, mais angustiante. Mas ela é também a mais consistente (PALOCCI FILHO. In *Revista Exame*, 2004a, § 7º).

Ainda conforme Palocci, enquanto 2003 teria sido um ano de fortes ajustes, 2004 deveria ser um ano onde o investimento seria o fiador do crescimento econômico. Assim, as reformas de caráter microeconômico⁵⁶ viriam na esteira da austeridade fiscal assumida pelo governo Lula, complementando-a. Entre essas reformas, o enxugamento da burocracia e a facilitação para o registro de novas empresas teriam uma posição de destaque. Contudo, o plano para essas transformações no ambiente de negócios brasileiro teria como pedra de toque um apelo à racionalidade dos agentes:

Uma segunda coisa que faremos contra a burocracia será combater a informalidade por meio do estímulo ao empreendedorismo. Do jeito que as coisas funcionam hoje, o cidadão olha o custo de se formalizar e não se arrisca. Estamos criando a figura da empresa-cidadão, menor ainda do que a microempresa. Sabe qual é o imposto que essa empresa formada por uma pessoa só vai pagar? Nenhum. Somente se ela tiver uma renda grande no seu negócio vai recolher imposto de renda (PALOCCI FILHO. In: *Revista Exame*, 2004a, § 14º).

O tema que é assunto do último questionamento levantado pelos repórteres da revista (mas que esteve presente durante toda a entrevista de uma maneira às vezes velada, outras, explícita) diz respeito à natureza ou possibilidade de uma mudança de rumos na Fazenda: o chamado “Plano B”. Quanto a isso, Palocci assevera no décimo sétimo parágrafo do documento:

Não sou daqueles que acham que ninguém pode dar opinião. Só uma coisa precisa ficar bem clara: os pilares da política econômica não podem ser alterados. Isso quer dizer que continuaremos orientados pelo superávit, pela preocupação em colocar a dívida em ordem, em trabalhar pelo sistema de metas de inflação, em ter câmbio flutuante, em seguir a Lei de

⁵⁶ Chamando atenção para o caráter das reformas microeconômicas, e o impacto social das mesmas, o ex-ministro exporia em outra ocasião (em dezembro de 2004): “O Brasil já cresceu a 8% e não distribuiu nada. O governo tomou uma série de medidas, inclusive na área econômica e isso está acontecendo agora. Desoneramos os produtos da cesta básica de PIS e Cofins, o que significa menos 9,25% de imposto. Não é pouca coisa. Isso aumenta a renda efetiva das pessoas. O consumo em supermercados, a renda e a massa salarial estão crescendo. Tiramos o imposto do consumo popular, o que tem um efeito de combate à pobreza. É muito difícil de medir, mas já está acontecendo. Quatro milhões de pessoas passaram a ter conta bancária por causa da eliminação de taxas para os trabalhadores de baixa renda. No crédito em consignação, já se emprestaram R\$ 12 bilhões com as taxas de juros caindo à metade. Essas pessoas saíram das mãos de agiotas. Os gastos com a agricultura familiar passaram de R\$ 2 bilhões por ano para R\$ 4,5 bilhões. Por causa desse conjunto de ações há um quadro de melhoria nesse momento, que vai ser captado daqui a um ano, um ano e meio” (PALOCCI FILHO. In: *Jornal Correio Braziliense*, 2004c, §4º).

Responsabilidade Fiscal. Essas questões não podem mudar (PALOCCI FILHO. In: *Revista Exame*, 2004a, § 17º).

4.2.6 Análise do texto: entrevista à revista *Época*: o desafio de Palocci, por Gustavo Krieger e Ricardo Grinbaum (dois de julho de 2004)

Por não se tratar de um texto de própria autoria, o discurso (entendido como a palavra em curso) do ex-ministro Palocci no documento que aqui se analisa é constrangido pelo percurso escolhido pelos repórteres que empreenderam a entrevista: Gustavo Krieger e Ricardo Grinbaum. Contudo, ainda é possível extrair das respostas do ex-ministro alguns fragmentos que compõem a sua linguagem e que fazem eco à linha de raciocínio adotada por Palocci desde que assumira a pasta da Fazenda em janeiro de 2003.

Nesse sentido, encontram-se contidas na fala do ex-ministro: a vinculação entre estabilidade e retomada do crescimento⁵⁷, a defesa do ajuste fiscal de longo prazo, a defesa da coesão interna do governo Lula e as recorrentes alusões à relação entre medicina e economia. Também, é nítida a interpretação dada aos fatos por Palocci a respeito de uma troca de etapas na política econômica nacional. As conquistas do ajuste de 2003 estariam sendo sentidas em 2004. Contudo, conforme a interpretação do ex-ministro, isso teria tido um custo político nos primeiros momentos do governo Lula:

Tive receio de que o ajuste fosse mais custoso que o planejado. Demos uma dose forte de corte de gastos, juros e superávit primário. Foram três medidas fortes, ao mesmo tempo. Sabíamos que isso produziria uma queda no PIB. Se a receita tivesse de ser acentuada, essa perda de produto seria maior, e mais longa. Nesse primeiro semestre, houve, sim, receios e dúvidas. Hoje, os ganhos da política econômica começam a chegar aos trabalhadores e às famílias. Até o início deste ano, isso não era sentido. Estávamos corrigindo o rumo das coisas, mas o cidadão não tinha emprego nem renda. O povo entendeu, mas era difícil para ele dizer que estava sendo beneficiado (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2004d, § 7º).

⁵⁷ Acerca do tema, o ex-ministro exporia que: “O Brasil conseguiu reunir três fundamentos que raramente são agrupados. O fiscal de boa qualidade, inflação sob controle e boas contas externas. Nos últimos 30 anos não tivemos a conjunção desses três fundamentos fortes ao mesmo tempo. Todas as crises que o país enfrentou nos últimos dez anos tiveram consequências graves porque não tínhamos contas externas sólidas. Em abril, sofremos uma pressão externa, mas, como as contas externas estavam favoráveis, o país passou por ela” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2004d, §24º).

Ao ser questionado pelos repórteres acerca de qual teria sido o episódio mais difícil até o momento à frente do Ministério da Fazenda, Palocci cita o mês de maio de 2003. Segundo o ex-ministro, esse foi o ponto mais delicado do ano devido à pressão realizada pelo Congresso e também por membros do governo⁵⁸ Lula pela redução da taxa de juros. Conforme Palocci, desde o início do mandato de Lula, em janeiro de 2003, o Banco Central teria uma autonomia em “segredo” (não constando em nenhuma lei). Ainda de acordo com o ex-ministro, essa teria sido “uma tentativa, com autorização do presidente, para mostrar ao país que isso funciona” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2004d, § 14º).

Encaminhando-se para o término da entrevista, Palocci responde ao questionamento acerca da ruptura entre as bandeiras históricas defendidas pelo PT e as decisões e políticas levadas em frente pelo governo Lula (o assunto do arrefecimento progressivo de temas defendidos pelo partido, ao passo que esse se “profissionalizava”, foi brevemente abordado no terceiro capítulo da presente dissertação). A partir da ótica do ex-ministro:

Se o PT evoluir nos seus programas, será bom para o país. Lembro que, nas primeiras campanhas que fizemos para prefeituras, a gente propunha estatizar o transporte coletivo até em cidades onde não havia transporte coletivo. Há uma distância entre o partido que se iniciou no processo de luta e o que foi governando, aprendendo (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2004d, § 29º).

4.2.7 Análise do texto: “A rota do desenvolvimento” – artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (vinte e três de julho de 2004)

Primeiramente cabe ressaltar que o texto aqui analisado é assinado em coautoria com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Também faz-se necessário

⁵⁸ Contudo, na mesma entrevista, Palocci reafirma a unidade interna ao governo, conforme é observável na citação a seguir: “Uma coisa é certa: este governo não tem uma divisão entre monetaristas e desenvolvimentistas. As políticas monetárias e de desenvolvimento estão sendo feitas em conjunto. É natural que existam tensões entre a área econômica e a área política. A área política tem de aprovar reformas no Congresso. Lá, encontra um conjunto de demandas. A área econômica tem de reduzir as demandas, especialmente em tempos de restrição no Orçamento. Foi esse equilíbrio entre a demanda política e a restrição orçamentária que provocou algumas dificuldades. Mas isso nunca dividiu o governo ou fez com que tivéssemos uma corrente monetarista e outra desenvolvimentista. Eu não sou fiscalista, não sou monetarista. Não sou nem economista” (PALOCCI FILHO. In: *Revista Época*, 2004d, §20).

dizer que a política econômica ortodoxa levada em frente pelo governo Lula, logo após a sua posse e ao longo do ano de 2003, não demoraria a criar desconfortos tanto em relação aos setores produtivos que criticavam as altas taxas de juros impostas pelo Banco Central quanto por parte da militância do PT, que observava a contradição entre as bandeiras historicamente defendidas pelo partido em relação à economia e às políticas do governo.

Além dos setores produtivos e da militância partidária, o governo Lula também teve que lidar com divergências internas (conforme abordado no terceiro capítulo da presente dissertação, uma das principais características do Partido dos Trabalhadores sempre foi a sua forte dinâmica interna, expressa em suas correntes políticas). As medidas duras na economia acabariam por criar atritos entre os que queriam restringir o acesso ao Tesouro e aqueles que tentavam alcançá-lo para poder colocar em prática as políticas públicas do primeiro governo Lula⁵⁹. Assim sendo, explicitamente por essas razões, um artigo publicado e assinado por ambos os ministros mais importantes do primeiro governo Lula em um jornal de grande tiragem em todo o território nacional exige atenção, como tentativa de criação de um consenso político interno ao governo.

Os resultados da política econômica austera levada em frente ao longo de 2003 seriam sentidos apenas no início do ano seguinte. Com um PIB de crescimento modesto (0,5%), o governo Lula sofreria duras críticas tanto da oposição quanto da base aliada. Contudo, o crescimento dos anos posteriores e a redução das taxas de inflação teriam – conforme a linguagem palocciana – na austeridade de 2003 uma sólida fundação. Em boa medida, esse é o vetor do texto por ora examinado, como é observável nas passagens a seguir:

A economia brasileira está crescendo há mais de três trimestres consecutivos e a taxa de investimento já se encontra também em processo de retomada. A produção industrial acumula uma expansão de 6,5% de janeiro a maio último, comparativamente ao mesmo período de 2003, e uma

⁵⁹ Acerca do tema, cabe a leitura de uma passagem contida no livro de memórias do ex-ministro, onde o mesmo explicita a sua relação com o então Ministro da Casa Civil José Dirceu e as diferenças entre os dois cargos ocupados por ambos no que se refere ao tema indicado: “Zé Dirceu tendia a defender a expansão dos programas e projetos e o relaxamento da política monetária. Nada mais natural e legítimo. Eram ângulos de ação quase opostos entre si e que traziam dificuldades de relacionamento em função da natureza distinta, e às vezes contraditória, das responsabilidades de cada um. Numa analogia bastante simplória, enquanto um precisava impedir a qualquer custo que se chegasse ao cofre, o outro tinha a inglória missão de abri-lo” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 78).

expansão de 2,8% em 12 meses, segundo o IBGE. A produção de bens de capital, um importante indicador dos investimentos, acumula expansão de 22,5% neste ano e de 13,2% em 12 meses. O desempenho exportador brasileiro tem sido notável, acumulando o volume recorde de US\$ 43,3 bilhões no primeiro semestre deste ano e saldo também recorde de US\$ 15,05 bilhões no mesmo período. As importações também aumentaram em 25%, comparativamente ao primeiro semestre de 2003. Com isso, a corrente de comércio do país deu um salto de 24,3% do PIB, em 2003, para 26% neste ano, com previsão de fechar 2004 em torno de 26,5%. Em maio último, a conta de transações correntes do país encontrava-se positiva em US\$ 6,4 bilhões, no período de 12 meses, o melhor resultado já apurado pelo Banco Central. Com esses números saudáveis no setor externo, o país pôde resistir sem maiores traumas às turbulências recentes no mercado internacional, especialmente à mudança no patamar de preços do petróleo. A política econômica do governo do presidente Lula está produzindo os resultados almejados, retomando o crescimento. Muito há por fazer ainda, mas a rota está dada (PALOCCI FILHO; DIRCEU, 2004, § 3º-5º).

Outro componente característico do texto examinado está contido entre os parágrafos 6º e 7º. No primeiro, o documento afirma serem a conquista da estabilidade e a retomada do crescimento uma realização de todos: governo, congresso e sociedade. Enquanto que no sétimo parágrafo é aventada a simbiose das correntes econômicas liberal e desenvolvimentista dentro do governo Lula, tendo como principal figura de decisão e articulação o ex-presidente da República:

O desafio dos próximos dois anos e meio de mandato do presidente Lula é prosseguir e aprofundar o caminho do desenvolvimento. Neste governo não existem clivagens do passado, entre "monetaristas" e "desenvolvimentistas" e outras classificações do gênero. Existem debates, visões às vezes diferenciadas, como é natural em qualquer governo; mas existe, sobretudo, ação comum decidida pelo presidente da República. E as ações têm formado um todo consistente (PALOCCI FILHO; DIRCEU, 2004, §7º).

4.2.8 Análise do texto: pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão (vinte e oito de fevereiro de 2005)

O tema central do pronunciamento orbita no entorno do saldo positivo das contas externas do país. Conforme o ex-ministro, o comunicado tem como objetivo salientar a não renovação dos compromissos entre o Tesouro Federal e o Fundo Monetário Internacional⁶⁰. Nas suas palavras, após "anos dependendo dos

⁶⁰ A respeito do assunto, cabe a leitura de uma passagem das memórias do ex-ministro onde o mesmo comenta o tema: "O desempenho positivo da balança comercial por anos seguidos mais a

empréstimos do Fundo Monetário Internacional, nosso País, finalmente, tem conseguido equilibrar as suas contas [...], colocando a sua economia em ordem, e não mais precisando da ajuda do FMI” (PALOCCI FILHO, 2005a, §1º).

A brevidade do documento (são apenas cinco parágrafos) coloca em evidência a sua pontualidade: a capacidade da economia nacional de voltar a crescer deve-se ao ajuste fiscal empreendido no governo Lula até então. Segundo Palocci:

Como todos sabem, o presidente Lula assumiu o governo em janeiro de 2003 num momento de grave crise econômica. A inflação estava fora do controle, o Brasil estava sem crédito internacional e havia uma descrença sobre a capacidade do governo honrar a sua dívida futura. Nestes dois anos e três meses realizamos um forte ajuste na economia para ampliar a poupança do governo e, com consciência, aumentar a capacidade de honrar os nossos compromissos, externos e internos. Ao mesmo tempo, agimos com firmeza no controle da inflação. Todas essas medidas tiveram ampla repercussão no mundo inteiro, dando confiança e credibilidade ao novo governo do Brasil. E com a credibilidade e a confiança em alta, foi possível voltar a crescer (PALOCCI FILHO, 2005a, §3º).

Dessa maneira, o pronunciamento do ex-ministro Palocci nos primeiros meses de 2005 vem a reafirmar um ciclo que estaria em movimento desde os primeiros dias de governo Lula. As políticas de caráter ortodoxo no campo macroeconômico visariam à estabilidade de contas em primeira instância. Somadas a essas, reformas microeconômicas voltadas para a melhora do ambiente de negócios caracterizariam, *grosso modo*, a forma de operar da administração Palocci. Assim sendo, o ex-ministro reitera:

O ano de 2004 foi um grande ano para o nosso País: o Brasil cresceu 5,2%, a maior taxa dos últimos 10 anos. A indústria cresceu 8,3%. Produzimos mais de dois milhões de veículos, 42 milhões de celulares, nove milhões de aparelhos de TV. Praticamente todos os números da economia em 2004 foram recordistas. E tudo isso significou uma forte geração de empregos: foram mais de dois milhões de novos empregos com carteira assinada em todo o país nesses últimos dois anos. As nossas exportações, nos últimos doze meses, atingiram o recorde histórico de mais de 100 bilhões de dólares. Mas não podemos esquecer que se conseguimos tudo isso, foi com grande esforço e responsabilidade fiscal. Portanto, o controle do orçamento e dos gastos públicos continuará sendo feito com disciplina e transparência.

redução do risco-país até atingir os níveis mais baixos desde que é mesurado, já como consequência da melhoria das condições macroeconômicas do Brasil, criaram as condições necessárias para o Tesouro Nacional renegociar títulos brasileiros com juros mais baixos e prazos mais longos. Isso permitiu a devolução antecipada dos recursos emprestados pelo FMI e o pré-pagamento das obrigações com os países do Clube de Paris. Em uma inversão histórica de papéis, em meados de 2006 o Brasil passaria de grande devedor à condição de credor de moeda estrangeira” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 175).

É isso que garantirá a continuidade do equilíbrio econômico necessário para o Brasil crescer (PALOCCI FILHO, 2005a, §4º).

4.2.9 Análise do texto: discurso do Ministro Antônio Palocci no Seminário Banco Central do Brasil – 40 Anos (trinta de março de 2005)

Ao longo dos vinte e dois parágrafos que compõem o documento, fruto da exposição do ex-ministro Palocci no evento que marcaria os quarenta anos da criação do Banco Central, a política monetária brasileira e, em especial, a *inflação* possuem uma posição central. Na linguagem trazida por Palocci em seu pronunciamento, a implantação do regime de metas de inflação (em 1999) tem um peso institucional positivo. Esse avanço, como outras reformas, adviriam de respostas institucionais ao longo processo inflacionário experimentado no Brasil “que por tanto tempo corroe as bases da nossa economia”⁶¹. Por conseguinte, e indo de encontro ao argumento anterior, o ex-ministro aponta mais uma vez para uma relativa “autonomia” do Banco Central empreendida desde o início do governo Lula, como uma estratégia deliberada na busca de uma maior consolidação da estabilidade monetária:

Reafirmamos a importância de se assegurar o espaço para atuação do Banco Central na utilização dos mecanismos que estão disponíveis para alcançar a meta de inflação. Nesse sentido, a política monetária tem sido complementada pelo forte compromisso do governo com o equilíbrio fiscal, compromisso esse reafirmado periodicamente com o cumprimento, e mesmo em alguns momentos a superação das metas fiscais brasileiras. Durante os dois últimos anos o Banco Central teve autonomia efetiva na gestão da política monetária e os bons resultados obtidos são uma conquista de toda a sociedade. A consolidação do novo desenho institucional, com a consolidação da autonomia operacional do Banco Central ainda depende de maior aprofundamento das discussões e de seu entendimento dentro da própria sociedade [...] (PALOCCI FILHO, 2005b, §10º-11º).

⁶¹ Em outro momento, já ao final de 2005, Palocci refletiria a respeito do bom momento vivido pela economia brasileira no período e argumentaria com cores ortodoxas: “E por que a nossa economia vai bem? Fundamentalmente, porque a sociedade brasileira, seus governantes, seus líderes políticos e empresariais, nossos trabalhadores e organizações comunitárias, após trinta anos de descontrolado inflacionário, fizeram uma escolha preferencial e definitiva pela estabilidade, pela continuidade das políticas de longo prazo, pela responsabilidade fiscal e, em última instância, pela responsabilidade social. O Brasil aprendeu, a um custo muito elevado, como bem sabemos, que não existe um atalho ‘inflacionista’ para o desenvolvimento. Aliás, aprendeu mais: aprendeu que não existem caminhos milagrosos para o desenvolvimento” (PALOCCI FILHO, 2005c, § 5º).

Somadas à consolidação da estabilidade fiscal e monetária, as contas externas expressas tanto na balança comercial favorável quanto nas transações correntes comporiam, conforme Palocci, um momento ímpar na história econômica brasileira. Contudo, as políticas austeras empreendidas pelo governo Lula e capitaneadas por Palocci encontrariam sua justificativa no argumento que equaciona conjuntamente a estabilidade econômica com a ampliação de políticas sociais, em uma fórmula que, ao final, tende a buscar o crescimento econômico⁶²:

O aumento do emprego vem ocorrendo com uma sensível recuperação da renda do trabalhador, muito por conta do sucesso no controle da inflação, que recuou para 7,6% em 2004, ante 12,5% em 2002. Isso propiciou um aumento da massa salarial que, em conjunto com a ampliação do volume de crédito e de seu acesso pelos segmentos mais pobres da população, tem incentivado o consumo de bens pelas famílias. Essa conjugação de fatores foi coroada pelo crescimento de 5,2% do PIB em 2004, a maior taxa desde 1994. E esses resultados, extremamente positivos, aumentam a responsabilidade do governo na sintonia cautelosa dos instrumentos de política econômica, de forma a garantir a qualidade e sustentação desse crescimento por um longo tempo, permitindo, assim, ampliar as políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais e regionais (PALOCCI FILHO, 2005b, §20º-21º).

4.2.10 Análise do texto: discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci no seminário internacional "Bolsa Família: Dois Anos Superando a Fome e a Pobreza no Brasil" (vinte um de outubro de 2005)

Destoando de todos os pronunciamentos, discursos e entrevistas do ex-ministro Palocci até agora examinados na presente dissertação, a fala de vinte um de outubro de 2005, no seminário comemorativo dos dois anos de lançamento do programa Bolsa Família, tem como ponto central a importância do gasto público em políticas sociais e é articulado a partir de dois eixos argumentativos: a) a importância

⁶² Sobre esse assunto, em discurso proferido junto à Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), o ex-ministro Palocci reafirmaria as bases da busca pelo crescimento econômico, de bases preponderantemente ortodoxas, especialmente no que diz respeito à política macroeconômica: "Neste contexto, o crescimento que vivemos hoje pode não ser o mais acelerado no curto prazo, mas é aquele que gera as condições para sua própria continuidade, sem criar desequilíbrios que afetem o crescimento de amanhã. Não sou avesso a críticas ou ao debate de alternativas. É salutar debater sempre se os ritmos e doses das políticas são adequados ou devem ser ajustados. Mas não podemos atropelar um processo de estabilidade duramente construído, principalmente em troca de políticas velhas, testadas e reprovadas pela nossa história econômica" (PALOCCI FILHO, 2005c, § 18º).

dos investimentos sociais para o crescimento econômico no longo prazo – sendo que aqui, o ex-ministro opera uma defesa do programa Bolsa Família –; e b) o erro que geralmente se comete ao contrapor equilíbrio fiscal e gastos sociais.

Conforme Palocci, é notável – a partir de pesquisas empíricas voltadas à área do desenvolvimento econômico – a conciliação entre melhores condições sociais, em especial, no que diz respeito a serviços de saúde e educação da população em geral, e o maior crescimento das economias estudadas⁶³. Ainda segundo o ex-ministro, os esforços fiscais levados em frente pelo governo Lula desde o ano de 2003, somados às reformas microeconômicas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios no Brasil, não contraporiam esse diagnóstico favorável às políticas sociais, antes, complementariam o mesmo:

Também temos nos concentrado em medidas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da eficiência da economia. A nova lei de falências, as reformas dos códigos de processos, a transformação de impostos cumulativos em impostos sobre valor agregado são exemplos de medidas que têm fortalecido nossa economia. A reforma do sistema de defesa da concorrência, a abertura do mercado de resseguros, o cadastro positivo são novas medidas, atualmente em análise pelo Congresso Nacional, que, tenho certeza, irão ampliar ainda mais a capacidade de crescimento do nosso PIB. Indo além dos objetivos econômicos, a agenda de reformas implementada nos últimos anos também se tem caracterizado por uma clara preocupação com a redução das desigualdades sociais. É nesse contexto que se inserem medidas como a simplificação da abertura de contas bancárias para famílias de baixa renda, o programa de microcrédito e até mesmo medidas de natureza tributária, como a desoneração de PIS e Cofins de produtos da cesta básica. Trata-se de medidas voltadas para a população de baixa renda, mas que têm um claro impacto positivo sobre eficiência e o crescimento econômico (PALOCCI FILHO, 2005d, §8º-9º).

Dessa forma, por suas características, o programa Bolsa Família seria uma singularidade da história brasileira no que toca o assunto de políticas sociais: voltado quase que exclusivamente às camadas mais pobres da população brasileira, o programa conseguiria, a partir de seus requisitos de participação, incrementar o

⁶³ Neste sentido, Palocci afirmaria que: “Por essa razão, o programa Bolsa Família – que consolidou e ampliou significativamente o alcance dos diversos programas de transferência de renda – é um marco importante para o Brasil. Esse programa combina uma política compensatória com uma política estrutural de combate à pobreza, ao transferir renda para as famílias de menor poder econômico e ao condicionar esta transferência à frequência escolar das crianças e ao atendimento de padrões mínimos de saúde. Mais de 40% da desigualdade de renda no mercado de trabalho brasileiro estão correlacionados com a desigualdade nos indicadores de escolaridade. Estimular o aumento da escolaridade é o mecanismo mais eficaz para reduzir uma das principais razões estruturais de nossa desigualdade de renda. Além disso, essa transferência melhora o padrão de vida das famílias mais carentes do nosso país” (PALOCCI FILHO, 2005d, § 12º).

vínculo das famílias mais carentes com a assistência de saúde e educação pública. E isso, através de indicadores de escolaridade e de acompanhamento médico das crianças de cada núcleo familiar beneficiado.

Seguindo sua linha argumentativa, o ex-ministro aponta que no curto prazo sempre existirão arbitrariedades quando houver a alocação dos recursos do governo entre políticas públicas e a criação de poupança “necessária para garantir uma trajetória sustentável para a dívida pública” (PALOCCI FILHO, 2005d, §16º). Contudo, e ainda conforme as informações contidas no pronunciamento, no médio e no longo prazo o equilíbrio fiscal seria a única garantia sólida para os investimentos em programas sociais.

De nada adianta ampliar as despesas públicas no curto prazo além do nível compatível com a manutenção do equilíbrio fiscal se o custo dessa política for a criação de um ambiente de instabilidade que inviabiliza o crescimento econômico no longo prazo. Ao contrário, a trajetória virtuosa é aquela na qual a gestão consistente das finanças públicas e da política macroeconômica cria condições para o crescimento sustentado da economia e na qual as reformas institucionais e a boa gestão da política social criam condições para que o crescimento seja cada vez mais acelerado. É essa trajetória que viabiliza uma ampliação consistente e estável dos investimentos sociais (PALOCCI FILHO, 2005d, §18º).

Estou seguro de que, no futuro, uma avaliação retrospectiva do atual momento vai identificar em programas como o Bolsa Família um marco não apenas da política social, mas da política de desenvolvimento do Brasil, um país que mostrou que é possível, ou melhor, que é necessário conciliar equilíbrio fiscal e prioridade social, um país que começa a consolidar uma trajetória sustentável de crescimento econômico com justiça social (PALOCCI FILHO, 2005d, §22º).

No decorrer do presente capítulo buscou-se o exame dos pronunciamentos, artigos e entrevistas do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. Para tal, foram utilizados como pressupostos metodológicos os postulados elaborados por Sourioux e Lerat (2002). Nesses, a técnica do exame de textos caracteriza-se como um amálgama entre o matematismo da análise de conteúdo e a reflexividade da análise de discurso. O resultado que se esperava obter era, a partir da análise dos documentos estudados, alcançar uma compreensão da linguagem palocciana através de um aspecto conceitual.

Observou-se, por meio do exame dos discursos, artigos e entrevistas do ex-ministro Palocci, um vetor comum a todos eles: a defesa das políticas de estabilidade fiscal e monetária como fiadoras de um crescimento econômico sustentável no longo prazo. Dessa maneira, a linguagem palocciana acusa

ecletismos: um mescla de argumentos liberais e desenvolvimentistas. Contudo, essa se expressa a partir de um comportamento pendular, mas com uma maior predominância de signos classificados como ortodoxos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antônio Palocci Filho é, por diversos motivos, uma figura controversa. Contudo, sua importância como primeiro Ministro da Fazenda de um governo de esquerda democraticamente eleito no Brasil é axiomática. Caberia a Palocci apresentar, pelas vias de sua linguagem, o mercado (sujeito oculto, apesar de estar sempre presente no estudo que aqui se encerra) ao Partido dos Trabalhadores e vice-versa. Dessa maneira, destaca-se mais uma vez suas características de formação: tratou-se, aqui, sobre um político no Ministério Fazenda e não de um economista no meio político. Assim sendo, sua linguagem econômica nasce de um cérebro político. Diante disso, foi proposto o exame dos discursos, artigos e entrevistas oficiais do ex-ministro Palocci ao longo do período em que este esteve no comando da pasta da Fazenda durante o primeiro governo Lula.

Dessa maneira, com o intuito de instrumentalizar um ferramental conceitual capaz de permitir a análise da linguagem do ex-ministro, fez-se um resgate do debate teórico brasileiro acerca do papel do Estado e da gradação da intervenção do mesmo na economia, bem como se explorou um breve histórico da formação e trajetória do Partido dos Trabalhadores.

Observou-se que, ao longo do século XX, o Brasil construiu-se como um país de economia capitalista e industrializada. Durante as décadas de 1930 e 1940, o país passaria por profundas transformações sociais e econômicas. A progressiva urbanização e industrialização seriam apenas equiparadas às mudanças vividas no universo político. Contudo, diante dessas transformações, surgiriam formas de interpretar a realidade brasileira da época, bem como receituários de como superar os atrasos materiais e sociais historicamente existentes. Às portas do ocaso da Era Vargas, o debate entre intervencionistas e liberais ganharia vulto. A contenda orbitava no entorno do papel do Estado brasileiro, em específico, sobre as suas funções e poderes tomando como ponto de referência a economia nacional. Esse embate de interpretações seria melhor vocalizado (em um primeiro momento) por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin.

Em linhas gerais, o enfrentamento de intervencionistas e liberais no Brasil fez parte de um debate macroteórico que se observava no mesmo período em

praticamente todo o mundo ocidental. Dessa maneira, as vozes de Simonsen e Gudin fariam eco aos postulados de Keynes e Hayek. Dadas as devidas proporções, o debate, lá e cá, tinha o mesmo personagem principal: o Estado. O enredo da peça tratava da dúvida hamletiana sempre presente a respeito da gradação e profundidade da intervenção estatal na economia.

A contenda reverberaria pelos anos seguintes. Por conseguinte, o intervencionismo brasileiro dos anos 1930 e 1940 seria captado e reinterpretado pelos teóricos cepalinos no final da década de 1940 e início dos anos 1950, dando origem ao que foi conhecido como a corrente de pensamento desenvolvimentista. Tornando-se hegemônica nos anos seguintes, a heterodoxia desenvolvimentista desenharia os traços da industrialização brasileira desde o início dos anos 1950 até a década de 1980. Dentre os mais ilustres teóricos dessa corrente, encontram-se Celso Furtado e Roberto Campos (em sua primeira fase). Contudo, o modelo sofreria constantes desgastes a partir do início da década de 1970. Assim sendo, o Regime Militar instaurado a partir do movimento civil-militar de 1964 sustentar-se-ia (entre outros motivos) sobre o crescimento econômico calcado no modelo de intervenção planejadora e encontraria sua exaustão conjuntamente com a falência deste. Isto posto, esse processo de ascensão e declínio da heterodoxia no Brasil abriria um novo espaço para a retomada (neo)liberal nos anos 1980 e 1990.

Consubstanciadas a esse percurso do debate político-econômico brasileiro, encontram-se as raízes e a formação do Partido dos Trabalhadores. Oriundo de movimentos como o novo sindicalismo, dos grupos organizados de esquerda, das Comunidades Eclesiais de Base e de diversos outros movimentos sociais reivindicativos, o PT é criatura de seu tempo. Dois fatores foram decisivos para a criação de condições ao lançamento do partido: I) a ampliação e reestruturação das relações trabalhistas, oriundas das transformações sociais e econômicas das décadas de 60 e 70; e II) o processo lento e gradual de redemocratização política nos anos subsequentes.

Operando como uma alternativa à esquerda, a agremiação ganharia espaço ao final dos anos 1970 - ainda como movimento social - e início dos anos 1980 - já como partido político - fazendo oposição ao Regime Militar, advogando contra os dramas sociais e trabalhistas vividos no Brasil da época – cabe citar as greves de 1978 e 1979 como exemplo sintomático desse *caldo político*. O terceiro capítulo da presente dissertação buscou abordar essas dinâmicas sociais e institucionais que

deram origem ao PT. Conjuntamente a estas, a seção por ora comentada também se ocupou de resgatar brevemente a ascensão dos *moderados* (agrupados ao entorno do Campo Majoritário) dentro da estrutura de mando do partido.

Dadas as suas raízes orgânicas (uma exceção à regra da formação dos partidos políticos brasileiros), a dinâmica interna ao PT acabaria por caracterizá-lo como um partido clivado por uma plethora de grupos políticos. Essas *tendências* formariam um *minissistema político* no seio do partido desde o seu lançamento oficial, em fevereiro de 1980. Contudo, diante do comportamento centrífugo das tendências mais à esquerda, os líderes moderados (entre eles, Lula) viram-se confrontados com a necessidade de criar um amplo pacto envolvendo a Articulação e a Democracia Radical (ambas as tendências petistas de centro). Esse amplo acordo tinha vistas à manutenção e a expansão do partido dentro do cenário político nacional. Nascia então o Campo Majoritário, no ano de 1995.

Somados ao processo de criação desse *pacto de governabilidade* entre os moderados, os eventos políticos que se seguiram à abertura democrática tratariam de transformar o PT em um *player* político de peso. As experiências administrativas e legislativas dos anos 1980 e 1990, conjuntamente com a expansão eleitoral (disciplina produzida pela competição) do PT, levariam à profissionalização do partido (PANEBIANCO, 1990) e à parlamentarização cirúrgica da burocracia partidária (RIBEIRO, 2010). O que nos termos trazidos por Katz e Mair (1995) foi chamado de um robustecimento do *party in public office*. Ou seja, os políticos profissionais passariam a comandar o partido através do controle de postos de mando estratégicos, como a Comissão Executiva Nacional.

Por sua vez, ao longo do quarto capítulo ocupou-se do exame empírico dos discursos, artigos e entrevistas do ex-ministro Palocci. Observou-se a partir do método de pesquisa utilizado, um comportamento característico que trespasa a argumentação do ex-ministro: um comportamento pendular que alcança tanto o universo argumentativo liberal quanto o desenvolvimentista. A principal conjugação conceitual encontrada foi a soma entre *estabilidade e crescimento econômico*. As preocupações de cunho social também se fazem presentes na linguagem palocciana, contudo encontram-se subordinadas à noção de conquista do crescimento econômico através da estabilidade fiscal e monetária. O pêndulo palocciano, dessa forma, parte do campo semântico liberal passando pelo social-democrata, indo até o domínio dos signos desenvolvimentistas (e retornando).

A *retórica da ruptura* tecida por Palocci diz respeito a essa transmutação de um Partido dos Trabalhadores que passa a ser governo em 2003 e necessita operar também com signos do mercado. Nesse encontro, coube a Palocci "fazer as apresentações". Contudo, conforme abordado no terceiro capítulo da presente dissertação, o partido encontrava-se no ano 2003 em um longo percurso de abrandamento de posições historicamente defendidas desde a sua fundação. *Grosso modo*, o mercado passou a *não ser mais negado* pelo PT a partir da vitória dos moderados no 10º Encontro Nacional, em 1995. O Campo Majoritário (grupo de Lula, Dirceu e Palocci, entre outros) teve um papel central nessa tomada de direção assumida pela agremiação. Tratava-se de pavimentar o caminho do partido para o Palácio do Planalto. Contudo, fugindo de uma visão normativa, aceita-se na dissertação aqui apresentada essa transformação do PT antes como um sinal de adaptabilidade política do que de degeneração partidária.

Como dito no princípio do presente estudo, o Brasil mudou. Ao fim do último século, o país tornar-se-ia uma democracia capitalista industrializada. O sistema político oriundo da reabertura dos anos 1980 prova ser o mais sólido modelo democrático que se experimentou no Brasil até o atual momento. Ao longo dessa trajetória, o Partido dos Trabalhadores teve um papel-chave: ao reinventar a si mesmo, conquistou a oportunidade de protagonizar um período da história de nossa jovem democracia.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. **Maquiavel** – política e retórica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AMARAL, Oswaldo E. **A Estrela Não é Mais Vermelha** – as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

ARIDA, Persio (Org.). **Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia** – uma defesa das regras do jogo. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

BOBBIO, Norberto. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo** – metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARAVALL, José María; PRZEWORSKI, Adam. Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma abordagem social-democrata. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 36 (2), 1993. 171-207.

CARDOSO, Fernando H. Estado, Mercado, Democracia: Existe uma Perspectiva Latino-Americana? In: SOLA, Lourdes (Org.). **Estado, Mercado e Democracia: Política e Economia Comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 19-34.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O Desafio de Ser Governo: o PT na prefeitura de São Paulo**. Paz e Terra: São Paulo, 1995.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1970.

HEILBRONER, R. L. **A Formação da Sociedade Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. **Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party**. 1995. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/cgi/content/abstract/1/1/5>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

KECK, Margaret. **A Lógica da Diferença – O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KERVEGAN, Jean-François. Existirá uma Filosofia Liberal? Observações sobre as obras de J. Rawls e F. Hayek. In: **Filosofia Política 6**. Porto Alegre: L&PM, 1991.

KEYNES, John Mainard. O fim do *laissez-faire*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). São Paulo: Ática, p. 106-126. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M (Org.) **Political Parties and Political Development**. Princeton University Press: Princeton, 1966. p. 177-200.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática – o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo – gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <www.fpabramo.org>. Acesso em: 01 mar. /2015.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MELLO, Fernando Collor de. Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL, Brasília. 15 de março de 1990.

MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de um Partido – 1979 – 1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PALOCCI FILHO, Antônio. Análise do Texto: Entrevista à Revista *Época*: **O Desabafo de Palocci**. Por Gustavo Krieger e Ricardo Grinbaum (dois de julho de 2004d). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Artigo publicado na Revista *Época*: **Também quero crescer** – as condições para baixar os juros estão sendo criadas (Vinte e seis de maio de 2003d). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. /2013.

PALOCCI FILHO, Antônio; DIRCEU, José. **A rota do desenvolvimento** – artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo (vinte e três de julho de 2004e). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

PALOCCI FILHO, Antônio. **Discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho no XV Fórum Nacional** – O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) (vinte e dois de maio de 2003b). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. /2013.

_____. **Discurso do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, no Seminário Internacional “Bolsa Família: 2 anos superando a fome e a pobreza do Brasil”** (vinte um de outubro de 2005d). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Discurso do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, no jantar anual da Federação Brasileira das associações de Bancos – FEBRABAN** (primeiro de dezembro de 2005 c). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Discurso do ministro Palocci no Seminário Banco Central do Brasil – 40 Anos** (trinta de março de 2005 b). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Entrevista à Revista Exame: **Os Pilares não podem mudar**. Por André Lahóz, Cláudia Vassallo e Eduardo Onieque (vinte e cinco de março de 2004a). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Entrevista à Revista Veja: **Histeria não baixa juro**s. Por Eurípedes Alcântara e André Petry (Vinte e seis de maio de 2003e). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Entrevista ao jornal Correio Braziliense. **Não vai ter moleza** (vinte e quatro de dezembro de 2004c). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. Entrevista ao jornal O Globo: **Reformas para consolidar o rumo**. Por Míriam Leitão (vinte e dois de dezembro de 2004b). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e TV** (vinte e seis de junho de 2003c). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Pronunciamento do Ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e televisão sobre a retomada do crescimento** (vinte e quatro de outubro de 2003f). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Pronunciamento do ministro Antônio Palocci em cadeia de rádio e TV** (vinte e oito de fevereiro de 2005a). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

_____. **Sobre Formigas e Cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. **Transcrição do pronunciamento do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo** (dois de janeiro de 2003a). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido**: organização y poder em los partidos políticos. Madri: Alianza Editorial, 1990.

PARETO, Vilfredo. Tratado de Sociologia Geral. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1984.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. A Economia na Política II. **A Razão**, Santa Maria, 09 jul. 1998.

PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O pensamento político de Roberto Campos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PREBISCH, Raúl. **The economic development of Latin America** – and its principal problems. United Nations Department of Economic Affairs, Lake Success, New York, 1950.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao Governo** – a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: Edufscar, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico** – história da ideia de mercado. Bauru: Edusc, 2002.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOURIOUX, Jean-Louis; LERAT, Pierre. **Análise de texto** – Método geral e aplicação no direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SPEKTOR, Matias. **18 Dias** – Quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

VOLPON, Tony. **A Globalização e a Política** – de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

ANEXOS

Anexo A – Transcrição do pronunciamento do ministro da Fazenda, Antônio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo (02/01/2003)

A troca de governo que hoje se processa em nosso país, com o toque de civilidade e profissionalismo que a caracterizou durante toda a transição e, em particular, com as atitudes do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é um motivo de grande orgulho para todos nós brasileiros. Mais do que a produtiva colaboração entre representantes deste Ministério, dos que saem e dos que entram, temos a certeza de ter contribuído para solidificar ainda mais a democracia brasileira, fortalecendo o quadro institucional do nosso país.

Ministros da Fazenda nem sempre são portadores de boas novas. Nem são tampouco, obrigatória e inversamente, portadores de más notícias. Ministros da Fazenda são, por dever do ofício, forçados a trabalhar com o cálice nem sempre doce dos números e do realismo renitente, talvez até irritante para os mais apressados. Nações, entretanto, não são construídas apressadamente. Precisam de sólidos alicerces, de pedra sobre pedra, de estabilidade, de regras claras, de solidez institucional.

Enfrentamos hoje um momento de grande desafio. Temos a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per capita e da nossa secular má distribuição de renda. Retomar o crescimento econômico, simultaneamente a uma melhoria da distribuição de renda, eis o desafio do novo governo e o compromisso do Presidente Lula.

As dificuldades com que nos defrontamos, entretanto, não são poucas. Nosso país continua com seus crônicos problemas nas contas públicas e uma baixa taxa de investimento, público e privado. A relação dívida/PIB durante o ano passado chegou aos maiores valores na história recente do país, atingindo níveis preocupantes quando se consideram os prêmios de risco dos títulos da dívida pública.

Vivemos o paradoxo de um estado que muito gasta e a poucos beneficia. Nos últimos oito anos, assistimos o crescimento do gasto público de cerca de 6% reais ao ano, sem incluir os gastos com juros da dívida pública. Apenas o gasto com funcionalismo passou de menos de 40 bilhões em 1994 para mais de 80 bilhões de reais em 2002 sem que isso significasse uma efetiva melhoria na estrutura funcional e de gestão do Estado.

Gastamos muito e, pior ainda, gastamos cada vez mais, sem, no entanto, beneficiar aquela parcela da população que de fato necessita de auxílio público. Sem contar a previdência, gastamos com transferências e na oferta de bens públicos básicos, como saúde e educação, cerca de 80 bilhões de reais ao ano, sendo 30 bilhões o volume destinado aos programas compensatórios e assistenciais. E, no entanto, temos hoje exatamente a mesma desigualdade de renda que tínhamos em 1970.

Somos inapelavelmente um dos países mais desiguais do mundo há muitas décadas. Temos ainda hoje 15% da população vivendo com uma renda que nem mesmo supre suas necessidades alimentares básicas. E a pobreza no Brasil tem cor e tem idade. Crianças e negros, eis a maioria dos brasileiros sem direitos fundamentais em um país que se deseja moderno, mas que ainda não se encontrou com a modernidade. Um país que ainda recusa direitos básicos que mesmo em outros países em desenvolvimento foram conquistados há décadas.

Temos um compromisso inegociável com a retomada do crescimento. Entretanto, como dissemos no recente relatório da transição, não iremos provocar bolhas de crescimento econômico a partir de uma permissividade perigosa com a inflação. Vamos buscar as reformas que se fazem necessárias para uma retomada sólida e sustentável do crescimento econômico.

Infelizmente, não basta crescer para combater a pobreza com a urgência que nossos graves problemas sociais exigem, sendo inadiável a redução da nossa desigualdade. Reduzir a pobreza extrema dos atuais 15% da população para 5%, por exemplo, requer um crescimento da renda por brasileiro de 3% ao ano durante 25 anos. O mesmo impacto pode ser obtido com uma redução de apenas de 10% na nossa desigualdade de renda.

Reduzir a desigualdade é parte essencial dos objetivos da política de transferência do governo. Assim foi com os países do norte da Europa no começo do século vinte, assim foi com vários países em desenvolvimento na segunda metade do século que se encerrou. É certo que ainda faltam recursos para as políticas sociais no Brasil. Porém, é preciso notar que a insuficiência de renda agregada dos extremamente pobres corresponde a apenas 1% da renda nacional, 5% dos gastos sociais e menos de 1/3 dos gastos federais com programas de transferência tais como a Previdência Rural e o Bolsa Escola, entre outros.

Temos hoje um leque disperso e difuso de programas sociais, incluindo alguns programas modernos e inovadores. Falta-nos, entretanto, uma avaliação sistemática e, principalmente, coordenação dos programas em vigor. É imprescindível garantir que os recursos destinados a combater a pobreza e a fome, o trabalho infantil e a subnutrição sejam recebidos por quem de direito. É inescapável a adoção de controles de eficácia dos programas existentes e dos que serão implementados pelo novo governo de modo a garantir que os recursos disponíveis sejam eficazes no enfrentamento dos nossos graves problemas sociais. O Presidente Lula tem a firme determinação de mobilizar o país para combater imediatamente a fome, o flagelo que nos cobre de vergonha e violenta todas as nossas gerações.

Nosso projeto de reformas ainda tem despertado dúvidas e interpretações diversas. Sobre essas dúvidas, quero pedir minhas desculpas se não temos sido suficientemente claros. Vamos voltar aos nossos temas, com a insistência e o didatismo que tais questões exigem. Temos consciência de que, assim como na conquista do amor profundo ou da amizade verdadeira, a credibilidade de um projeto político exige paciência, persistência, diálogo permanente e ambiente de confiança. No período entre a eleição e a posse da nova administração foi inevitável alguma ansiedade com as possíveis mudanças a serem implementadas por um projeto de governo que tem nas reformas, sua face mais imediata.

O tema da transição para um novo modelo despertou, em alguns, perguntas sobre o período esperado dessa transição: quando finalmente iríamos iniciar o conjunto de políticas que garantam a retomada do crescimento, a geração de empregos e a adoção de políticas mais eficazes no enfrentamento dos nossos graves problemas sociais? Em outros, o tema da transição despertou ansiedade sobre o que viria depois dessa fase inicial. Especulou-se sobre o fim dos superávits primários, o fim das metas de inflação e do regime de câmbio flutuante ou a adoção de medidas não convencionais e inventivas na condução da política macroeconômica.

A essas legítimas perguntas respondemos de forma inequívoca: o novo regime já começou. A boa gestão da coisa pública requer responsabilidade fiscal e estabilidade econômica. O governo que ontem se encerrou tem méritos nesse tema, o que não nos constringe reconhecer. Porém, este não é um patrimônio exclusivo seu, assim como não o será na nossa administração. Qualquer programa econômico que busca sustentabilidade, deve ter os pilares da responsabilidade e da estabilidade como base essencial de sustentação. Reassumimos aqui o que temos dito ao longo dos últimos seis meses desde que o Presidente Lula lançou a "Carta ao Povo Brasileiro": vamos preservar a responsabilidade fiscal, o controle da inflação e o câmbio livre.

Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica. Temos, de fato, um projeto muito mais ambicioso: reinventar o estado brasileiro e sua inserção na nossa sociedade. Preparar o país para um novo momento. Não mais uma sociedade que vive a reboque da política econômica de curto prazo, com recorrentes momentos de instabilidade, mas um estado a serviço da inclusão social e das condições necessárias à retomada do crescimento sustentável. Nossos problemas não são de gestão econômica de curto prazo mas sim políticos e resultam na perversa inserção do estado na nossa sociedade; estado esse que apresenta profundos problemas de gestão e de planejamento estratégico.

Assim, a transição do modelo que temos para o que queremos e que o país reivindica é a superação das dificuldades de curto prazo. Um país como o Brasil só terá estabilidade econômica duradoura quando conquistar crescimento sustentável e estabilidade social. Se fechará assim o período de transição. Com um novo projeto de país e de Estado em pleno desenvolvimento.

Temos hoje um aparelho de estado que gasta muito e gasta mal. Gastamos muito com nosso funcionalismo e há categorias com salários defasados. Gastamos muito com a máquina pública e a sociedade pouco recebe dos muitos tributos diretos ou indiretos arrecadados. Sociedade que hoje nos exige uma gestão moderna e eficaz dos recursos públicos de modo a garantir a execução das nossas obrigações constitucionais com políticas sociais, acesso a bens meritórios básicos da cidadania, como saúde e educação, assim como o investimento público em infraestrutura.

Para isso é preciso trilhar o caminho das reformas e da construção de um futuro promissor. Não podemos mais conviver com armadilhas no orçamento que devam ser administradas todos os anos. É preciso desarmá-las e é compromisso deste governo a responsabilidade fiscal e a gestão cuidadosa da coisa pública sendo nossa prioridade o enfrentamento da questão social.

Desarmar as armadilhas significa alcançar o equilíbrio permanente das contas públicas. Não podemos conviver com uma gestão orçamentária que promete mais do que permitem as receitas públicas. Promessas essas que terminaram, na nossa história, por gerar taxas elevadas de inflação, dívidas crescentes para as gerações futuras, ou, ainda, renegociações traumáticas do passivo público.

É nossa meta o ajuste definitivo das contas públicas de modo a garantir à sociedade a confiança necessária na capacidade do governo em arcar com seus compromissos previamente assumidos. Honrando o passado garantimos à sociedade nosso compromisso inabalável de honrar nosso futuro. Dessa forma, será possível viabilizar um financiamento com menores taxas de juros do passivo público. Além disso, o ajuste das contas públicas permitirá focar nosso esforço na construção de longo prazo, na montagem de um aparelho de estado moderno e responsável das suas obrigações sociais.

Temos um percurso longo e difícil a ser percorrido. Os atuais desequilíbrios das contas públicas têm que ser enfrentados com vigor e determinação. É essencial um ajuste programado do orçamento público. Para tanto estamos comprometidos com a reforma da previdência pública como prioridade deste governo. Além disso, dissemos na campanha, dissemos na transição e dizemos agora: faremos o superávit primário que for necessário de modo a garantir de forma inequívoca a sustentabilidade da dívida pública. Esta é a forma mais direta de reduzir o risco Brasil e as taxas de juros de modo a viabilizar a retomada do crescimento. Nas próximas semanas, o Ministério da Fazenda irá divulgar nossas metas econômicas. Essas metas deixarão claro nosso compromisso com uma gestão responsável e consistente do orçamento.

Como médico interessado em economia, tenho atuado há 14 anos diante das questões fiscais e econômicas acumulando experiência em administração pública. Aprendi que o tecido econômico tem que ser observado de forma similar ao tecido humano. Existem as febres, os medicamentos e a reação do organismo. Saber acompanhar e ler os sinais vitais, ajustar as terapias, antes de tudo, prevenir sempre e remediar na justa medida do necessário. Isso requer, além de ciência, um pouco de arte. Vale para a medicina, vale também para a economia.

As crises externas têm abalado em diversos momentos a nossa economia. Como os vírus e as bactérias, atacam nosso organismo. Adoecer ou não depende das condições do corpo humano. Se ele estiver saudável e for preparado, inclusive com cuidadosas vacinas, vai resistir aos choques externos, aos vírus e bactérias e seguirá saudável.

No caso da política econômica, preparar o organismo significa um orçamento público saudável e ajustado às suas obrigações previstas. A criação de regras estáveis e claras de gestão da política econômica são a contrapartida na administração da coisa pública das prescrições médicas de exercícios moderados e boa alimentação que viabiliza uma vida mais longa e saudável aos nossos pacientes.

Nosso país hoje não aceita mais conviver com escamoteamento de obrigações não cumpridas, rompimento de contratos e surpresas na condução da política econômica. Buscamos um regime democrático firmemente instituído em que as regras de condução da política econômica sejam claramente estabelecidas com credibilidade e responsabilidade da ação pública.

Eis, senhoras e senhores, um compromisso inalienável da nova administração: compromisso com a credibilidade e responsabilidade da condução da política econômica. Nosso desafio: a construção de um país mais justo em que seja retomada nossa trajetória histórica de crescimento econômico. Essa retomada requer reformas inadiáveis que garantam a consistência das contas públicas.

Como tem reafirmado seguidamente o Ministro da Previdência Ricardo Berzoini, a reforma da previdência pública tem como objetivo garantir nosso compromisso com o ajuste das contas públicas não apenas no presente mas também no futuro. É inadiável uma reforma que estabeleça para os novos funcionários públicos regras de aposentadoria similares aos dos demais trabalhadores brasileiros. Não mais podemos conviver com uma sociedade com duas classes de trabalhadores. É necessário ainda um regime de transição para este novo sistema que, sem ferir princípios constitucionais, permita restabelecer o controle democrático do orçamento, com a definição da prioridade dos gastos públicos nas diversas áreas que se fazem necessárias nesse projeto de um país mais justo e com melhores oportunidades para todos.

A reforma da previdência será complementada com a lei de Responsabilidade Monetária Para tanto, trabalharemos com o congresso para a aprovação da emenda do artigo 192 da constituição federal. Em seguida encaminharemos ao congresso projeto de lei propondo a autonomia operacional do Banco Central. A boa gestão da política monetária requer regras claras e autonomia para cumpri-las. Temos compromisso com a manutenção tanto das metas de inflação quanto do regime de câmbio flutuante.

Vivemos um momento difícil em decorrência das dificuldades enfrentadas ano passado, com a consequente depreciação cambial e a pressão momentânea nos índices de preços. Trata-se de um choque temporário. É parte inseparável da responsabilidade pública deste governo a preservação da estabilidade dos preços e a adoção de medidas de política monetária que garantam a convergência dos índices de inflação às metas já definidas pelo CMN. O Banco Central terá liberdade para adotar

as medidas adequadas para administrar a convergência da taxa de inflação às metas programadas para os próximos anos.

Reafirmamos também nosso compromisso com a transparência e controle da gestão dos bancos públicos e demais órgãos de fomento. Os bancos públicos serão submetidos à supervisão do Banco Central. A coisa pública pertence a sociedade e temos o dever de garantir absoluta clareza no uso dos recursos públicos, tratando de forma transparente os custos assim como os beneficiários dos programas executados.

Nossa sociedade não aceita mais medidas discricionárias temporárias e ineficazes na condução da política econômica. O governo deve ter com a política pública a responsabilidade e seriedade que a sociedade nos exige. Negociaremos reformas, pois reformas são exigidas pelo país. Porém, reformas que definam novas regras de condução da gestão pública, assim como períodos de transição para as novas regras sem surpresas e medidas inesperadas de modo a consolidar a credibilidade do nosso projeto. Regras estáveis na condução da política econômica, ausência de surpresas ou medidas discricionárias são aspectos importantes para garantir a estabilidade necessária à expansão do investimento privado e à retomada do crescimento econômico.

Essencial é a reforma do sistema de garantias e segurança jurídica de modo a permitir a expansão do nosso ainda restrito mercado de crédito privado. A nova lei de falência e a medida referente à alienação fiduciária são instrumentos importantes na construção de uma institucionalidade que assegure o cumprimento de garantias creditícias e que permita tanto a redução dos atuais spreads bancários quanto a expansão do volume de crédito privado.

Temos um imenso país. Porém, como no mito de Prometeu, um imenso país atrelado com grilhões à rocha da estagnação e da desigualdade. Libertar as amarras que nos condenam a um crescimento medíocre e a uma desigualdade inaceitável, eis o nosso desafio e compromisso. Nossa sociedade se destaca pela criatividade e caráter empreendedor. Canalizar esse espírito de construção e renovação garantindo uma institucionalidade que atrele o benefício privado ao bem-estar social deve ser um objetivo central da nossa ação. Instituições importam e o correto desenho das regras que norteiam a ação privada assim como a ação do governo têm papel central em permitir soltar as amarras que hoje restringem a economia brasileira e permitir uma retomada do crescimento econômico com maior justiça social.

Há muitos anos, João Cabral de Melo Neto retratou, com sua habitual precisão, a dureza de um retrato de grande parte do Brasil relegado à margem da versão que se acreditava e se impunha oficial do nosso país.

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequenta-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.

Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra.
uma pedra de nascença, entranha a alma.

Hoje, nos orgulhamos de ter um presidente que foi educado pela pedra e que apesar de toda a dureza de seu aprendizado destacou como aspecto central de sua campanha o encontro com a generosidade, com a construção de um país mais justo; construção democrática, legitimada pela negociação de um amplo pacto social.

Longa e difícil foi a história do nosso presidente. Custou-lhe décadas de determinação fazer com que nosso país se encontrasse com sua história e assumisse o enfrentamento de nossos grandes desafios. Através da negociação, da sua firmeza de caráter e determinação, do seu olhar generoso com a multiplicidade de faces do nosso país, nosso presidente conseguiu construir o consenso sobre a necessidade inadiável de enfrentar a questão social como tema central de uma

Política de Estado. Um país para todos, com credibilidade inquestionável na condução da política econômica e reformas que resolvam as armadilhas construídas na nossa história. Enfrentar com grandeza, determinação e eficácia o desafio que o país nos impõe, eis o compromisso inegociável assumido por nosso presidente, e obrigação primordial e irredutível da nossa administração.

O governo que ontem se encerrou teve como mérito um ajuste, ainda que parcial, das contas públicas brasileiras. O tratamento transparente e objetivo das dívidas do nosso passado permite hoje um enfrentamento claro dos nossos desafios. A seriedade e responsabilidade na gestão da coisa pública é uma herança inegável da condução da política econômica do Ministro Pedro Malan e sua equipe. Nossa administração se diferencia da que nos antecedeu no projeto de país, expressa tanto na nossa agenda de reformas quanto na forma em que as encaminharemos, o pacto social. A diferença entre nossos governos, entretanto, não pode ofuscar a seriedade e a moralidade com que o Ministro Malan geriu a coisa pública condicionado pela agenda do seu governo. E essa herança teremos a satisfação de preservar e entregá-la ainda mais consolidada no futuro.

Pois esse é nosso projeto e nosso compromisso. Que no futuro tenhamos como centro da política pública um novo desenho de inserção do Estado que promova maior inclusão social e estejamos finalmente livres da discussão sobre política econômica como aspecto mobilizador da opinião pública. Que a equipe econômica tenha o espaço que lhe cabe em qualquer economia moderna: auxiliares técnicos, cuidando da boa gestão econômica. Que estejamos discutindo não a taxa de juros ou as metas fiscais mas sim como conseguir promover uma melhor qualidade do emprego e como melhorar ainda mais nosso sistema de saúde. Que a extrema pobreza e a fome não façam mais parte de uma realidade que nos entristece e nos envergonha. E então teremos um país ao encontro do seu destino; em que a Educação pela Pedra não mais será o cotidiano de milhões, porém, finalmente, a lembrança de um passado definitivamente restrito ao domínio da história.

Anexo B – Discurso do ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho no XV Fórum Nacional - O Novo Governo, Novas Prioridades e Crescimento Sustentado, organizado pelo Instituto Nacional de altos Estudos (INAE) (22/05/2003)

O Brasil apresenta um crescimento muito baixo há mais de duas décadas. Convivemos com surtos de expansão econômica seguidos de pressões inflacionárias ou crises externas. Há mais de duas décadas nosso setor produtivo vive apreensivo, constrangido pelas restrições de crédito; altas taxas de juros no mercado de crédito privado e incerteza sobre a demanda futura. O potencial de crescimento da economia brasileira ficou, assim, fortemente deprimido, justamente num período de grande expansão da economia mundial, impulsionada pelo aumento expressivo do comércio internacional.

As taxas de crescimento do comércio no mundo foram de 7,5% ao ano entre 1984 e 2002, enquanto as do comércio brasileiro foram de 4,6% ao ano, no mesmo período. A participação do país no fluxo de comércio internacional recuou, neste período, de 1,39% para 0,97% do total, conforme mostram dados do IPEA. Nas últimas duas décadas, o Brasil esteve relativamente à margem da principal fonte de geração e transferência de riquezas entre nações, que foi o comércio mundial.

Para que nosso país volte a crescer de forma sustentável nos próximos anos, precisaremos implementar uma estratégia de desenvolvimento em forte nexos com o comércio internacional, aumentando a participação do Brasil na corrente de comércio mundial. Para isso, o país precisa enfrentar adequadamente os desequilíbrios e a volatilidade observada da economia. Construir alicerces estáveis para retomar uma trajetória sustentável de crescimento é um dos principais desafios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de nossa gestão no Ministério da Fazenda.

Alguns dos desafios são por todos conhecidos, como o ajuste permanente das contas públicas. Disciplina fiscal, infelizmente, não fez parte da tradição de política econômica até bem pouco tempo. O Estado brasileiro, durante décadas, contraiu compromissos maiores, que se revelaram incompatíveis com os recursos disponíveis. Tampouco soube alocar os recursos de forma eficiente, do que dão mostras os indicadores de fraco desempenho educacional que vêm sendo captados por pesquisas recentemente realizadas no âmbito governamental e não governamental.

A atual política econômica se concentra em criar o equilíbrio macroeconômico necessário para que se restabeleçam as condições para elevação do investimento, tanto privado quanto público, de modo a sustentar taxas de crescimento da economia de, pelo menos, 4,5% ao ano. Estivemos, por isso mesmo, concentrados em arrumar a casa, especialmente do ponto de vista fiscal. O ajuste de longo prazo das contas públicas é vital para que o setor público desarme a armadilha do endividamento novo para cobrir dívida velha, num círculo vicioso que levou a dívida líquida do setor público a atingir 62% do PIB no ponto mais alto das tensões do ano passado.

Para escapar da armadilha resultante da elevada relação dívida/PIB, temos executado uma política fiscal sólida, que prosseguirá nos próximos anos. Pretendemos que o atual nível da relação dívida/PIB, de 54,2% do PIB no mês de março, caia para valores inferiores a 40% no longo prazo, reduzindo a vulnerabilidade da economia a choques domésticos e externos. Isso já está sendo feito sem recorrer a um aumento da carga tributária, que se expandiu a exatos 10 pontos de porcentagem do PIB desde 1995, atingindo 35,86% do PIB em 2002.

Desde a posse, o governo cumpriu cada um dos compromissos que assumiu. Disse que começaria por manter o respeito aos contratos e assim foi feito. Disse que buscaria um nível de superávit primário necessário para tornar sustentável a dívida pública e assim se deu. Disse que não seria leniente com a inflação e também está sendo coerente com isso. Agora a confiança dos agentes econômicos está se consolidando. Mas o governo não trata com triunfalismo a melhora generalizada dos indicadores, como a expressiva queda do risco país, a valorização dos títulos da dívida interna e externa brasileira, a reversão da forte desvalorização da moeda nacional e o progressivo recuo dos índices de inflação.

Temos consciência de que o maior e mais comum dos erros no tratamento das doenças graves é interrompê-lo na metade, ao primeiro sinal de melhora do paciente. Quando se procede assim, a doença recorre com mais força, obrigando a medicações mais fortes e mais danosas ao organismo. Acontece o mesmo na economia. Por isso, a mudança qualitativa dos indicadores econômicos é fruto de um trabalho sério e responsável, que vai continuar, especialmente com as reformas em andamento no Congresso Nacional e as que a elas se seguirão. É isso que fortalecerá ainda mais a confiança dos agentes econômicos, criando condições para que as taxas de juros retrocedam no tempo e na velocidade adequados.

As reformas em discussão no Congresso vão dar mais solidez a esse processo e ao fortalecimento das contas públicas. Sem as mudanças no sistema previdenciário, especialmente no Regime Próprio do Servidor Público, o Estado perderia, em poucos anos, a capacidade de honrar o pagamento das aposentadorias e pensões. Sem uma racionalidade maior do sistema tributário, também perderia a capacidade de ordenar o crescimento econômico, bastando olhar o efeito perverso dos impostos cumulativos sobre a produção e os bens exportáveis. Ao mesmo tempo, as reformas são fundamentais para se buscar maior equidade social. A reforma previdenciária reduz privilégios sem afetar os que ganham menos e a reforma tributária alivia o peso dos impostos indiretos sobre as famílias de menor renda, além de tornar constitucional o direito à renda mínima.

O Brasil já conheceu fases de crescimento sem distribuição de renda e períodos de estagnação com aumento de desigualdades. O sentido das reformas e das políticas de renda do governo é buscar a inclusão dos milhões de excluídos, de modo que o país volte a crescer equilibradamente. Esta é a perspectiva que integrará o novo ciclo de expansão da economia brasileira. Isso certamente ocorrerá nos próximos anos.

A estabilidade macroeconômica e as reformas são a base para a retomada do crescimento e da distribuição de renda. Com elas o governo poderá criar as condições para deixar de ser o maior absorvedor da poupança privada disponível. Diminuindo seus déficits crescentes, o governo poderá tornar-se um fator de incentivo ao aumento dos níveis de poupança e de investimento privado. Poderá também recompor a sua capacidade de investir, de modo a melhorar a educação pública e ampliar o acesso das camadas mais necessitadas da população aos serviços sociais básicos, como a saúde pública.

Além das reformas que já se encontram no Congresso, o governo também impulsiona outras mudanças fundamentais para favorecer a estabilidade e o crescimento. A reforma do sistema de crédito e a votação da lei de falências serão passos importantes para se reduzir os spreads bancários e dar maior segurança legal aos contratos, de modo a que se barateie significativamente o crédito e se estimule a concessão de empréstimos pelo sistema bancário, favorecendo o investimento e a produção. Nesse sentido, as instituições públicas de fomento e os bancos públicos serão estimulados a ampliar o financiamento das atividades produtivas, com especial atenção para as pequenas e médias empresas, as cooperativas, os assentamentos de trabalhadores rurais e o microcrédito. Entretanto, mesmo isso é insuficiente. O Brasil precisa dispor de poupança de longo prazo, acessível às empresas por meio de um mercado de capitais ativo. Hoje, os investimentos das empresas são feitos basicamente com recursos próprios, na medida em que os juros são muito onerosos e o mercado de capitais, limitado. Resolver essas questões é um desafio maior dos próximos anos. As reformas vão ajudar a abrir caminho para isso.

A estabilidade econômica é indispensável e sem ela não se vai longe. Mas a maior lição aprendida pelas economias latino-americanas na última década, na qual se acentuou a vulnerabilidade dos países a choques externos, é que a retomada do desenvolvimento não surge espontaneamente da estabilidade. Requer políticas que precisam ser construídas a cada dia, com uma visão estratégica. É o que vem acontecendo, por exemplo, no setor elétrico do país. O Ministério das Minas e Energia está conduzindo um importante trabalho de reorganização do setor por meio de um trabalho interministerial integrado e de um diálogo franco com os agentes envolvidos. Busca-se uma regulação e regras estáveis, além de um horizonte adequado de remuneração do investimento no longo prazo, tanto dos agentes privados quanto do setor público, evitando que os consumidores sejam os únicos a pagar pelos desacertos de um processo de privatização conturbado e sem regras claras. Estamos criando as condições para que o investimento volte a fluir neste setor vital para a retomada do crescimento econômico. Na hora de o país crescer com força, não pode faltar energia. Aprender com os erros do passado é uma necessidade. Repeti-los seria trágico.

As estratégias para a retomada do crescimento vão apontar caminhos inovadores. Além de políticas horizontais de fortalecimento institucional, mudanças no sistema de crédito e melhoria da infraestrutura e da logística, são necessárias iniciativas setoriais transparentes, com contrapartidas bem definidas e limites no tempo. Enquadra-se nessas iniciativas a adoção de políticas industriais orientadas para impulsionar as exportações, com estímulo à produção de bens de maior valor agregado, desenvolvimento de marcas e prestação de serviços. Tais políticas deverão, também, contribuir para uma cuidadosa substituição competitiva de importações. Um país não pode querer fazer tudo. Mas tampouco deve ser passivo ante a possibilidade de fortalecer atividades em ramos industriais em que pode desenvolver vantagens comparativas ou estimular a criação de empregos no país. Nesse campo, vários ministérios vêm atuando, tendo à frente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Não é razoável, por exemplo, que alguns setores industriais tenham, sozinhos, déficits comerciais anuais de alguns bilhões de dólares, sem que se busque explorar caminhos para a

produção local, adensamento e inovação das cadeias produtivas. O fato de se ter déficit elevado em um dado setor não impõe obrigatoriamente uma política de substituição de importações. Feita sem critério, a substituição pode produzir um efeito contrário ao desejado, criando subsídios insustentáveis e ineficiências. Ocorre, porém, que em alguns setores, pelo conteúdo tecnológico envolvido, o déficit tende a crescer aceleradamente. Além disso, o país dispõe de uma produção significativa de bens finais em diversas áreas. Por isso, discutiremos alternativas eficazes sobre onde e como tomar iniciativas que favoreçam a produção local de componentes, insumos e bens finais, tanto para o mercado interno quanto para exportações.

Já aprendemos o suficiente nos anos 80 para evitar políticas tortuosas de intervenção direta do Estado e de concessão de benefícios fiscais e creditícios para grupos empresariais escolhidos por critérios opacos, sem contrapartidas nem limites no tempo. Também já aprendemos o bastante nos anos 90 para evitar a falta de planejamento e de políticas setoriais, em nome de idéias genéricas sobre inserção do país na economia global, apenas com o recurso da abertura de mercado. O Brasil é complexo o suficiente para exigir estratégias diversificadas de desenvolvimento industrial. Tanto no sentido de aprimorar e melhorar as áreas e produtos em que o país já tem destaque quanto naqueles em que pode desenvolver nichos e segmentos dinâmicos.

Da mesma forma, o Brasil é um país com diferenças regionais importantes, que requerem políticas dedicadas. Por isso, o governo propôs no processo da reforma tributária a constituição de um novo fundo de desenvolvimento regional, que se somará aos fundos já existentes, de modo a induzir o crescimento econômico das regiões, consideradas as diferenças marcantes que existem em nosso país. A alternativa, como vimos nos últimos anos, é uma guerra fiscal entre as unidades da Federação em que todos acabam perdendo. A definição dessas políticas será um rico processo de interação federativa porque, como disse o presidente Lula, não será a tecnocracia isolada em Brasília que determinará como e que regiões vão se desenvolver.

Para que sejam sustentáveis, as políticas setoriais e regionais precisam se apoiar na produção, absorção e difusão de tecnologia. O Brasil forma 6 mil doutores por ano, mas há duas décadas o registro de patentes está estagnado. O país tem feito um esforço relevante em ciência básica, com resultados expressivos em áreas de fronteira, como a do genoma, mas temos também de encarar o desafio de aproximar a ciência e a tecnologia dos cidadãos, para oferecer-lhes bens e serviços melhores. A busca da inovação deve ser uma constante nas empresas e nos institutos públicos, com ênfase na pesquisa aplicada. É neste terreno que o governo, com a atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia, poderá melhor induzir as atividades. Desenvolver esse ambiente pró-inovação é fundamental para atrair investimento estrangeiro com forte conteúdo tecnológico; impulsionar a empresa nacional de base tecnológica e oferecer os estímulos corretos para a produção, difusão e absorção de tecnologia, tanto na indústria e nos serviços como na agricultura e na pecuária. É o que poderá diversificar nossa base exportadora e dar-lhe maior musculatura para competir no mundo.

Uma notável exceção no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade tem sido a produção agrícola. Nesta etapa de finalização dos trabalhos de da safra de verão, o último relatório indica que a produção brasileira de grãos deverá alcançar cerca de 115 milhões de toneladas na safra 2002/03, representando uma expansão de 19,1% em relação ao ano anterior. Esse desempenho excepcional deve-se à combinação de três fatores: ganhos de produtividade, aumento da área plantada e normalidade das condições climáticas.

Tenho dito que só gostaria que cometêssemos erros novos na economia. No tocante às responsabilidades do Ministério da Fazenda, se os cometer buscando estimular o desenvolvimento do país, não seria de lamentar. É preciso correr riscos – sempre calculados e com espaços para reorientações – para que o país dê um passo à frente. Estamos preparando esse caminho em conjunto com os demais ministérios. Sob a firme determinação do presidente Lula, vamos percorrê-lo.

Anexo C – Pronunciamento do Ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV (26/06/2003)

Boa noite,

Para os que ainda não me conhecem, eu sou Antonio Palocci, ministro da Fazenda do governo Lula. Estou aqui hoje para falar um pouco sobre a nossa economia.

Como todos sabem, a área econômica é o coração de um país. E quando o coração está forte e sadio, tudo funciona bem. Mas quando não está, as coisas ficam complicadas.

Há seis meses, o presidente Lula assumiu o comando do Brasil. Recebeu um país economicamente frágil e altamente vulnerável. Foi um momento extremamente delicado para a nossa economia. Extremamente delicado! O dólar a quase 4 reais, o crédito externo para as nossas empresas praticamente a zero. E o pior: a inflação voltando a crescer, numa progressão espantosa. O momento não podia ser pior para um governo novo, que chegava com muita vontade de mostrar resultados e dar boas notícias. Fomos obrigados, da noite para o dia, a adiar nossos planos e a tomar medidas duras, amargas, para estancar a crise.

Mas mostramos ao mundo que aqui estava um governo sério, responsável, comprometido com a mudança, sim! Mas, uma mudança segura, construída em bases sólidas e, sobretudo, verdadeiras. A pressa e a precipitação, no passado, já levaram o nosso país a grandes prejuízos e a grandes sacrifícios. E isso não queremos que volte a acontecer.

Hoje, seis meses depois, posso dizer que a situação já é outra. O risco Brasil, que chegou a 2400 pontos, caiu para menos de 800. Com isso, o crédito para as nossas empresas no exterior voltou. O dólar está equilibrado. Tudo isso porque a inflação brasileira, que em dezembro do ano passado era projetada a 40% ao ano, hoje está projetada na faixa dos 7% ao ano para os próximos 12 meses. O nosso primeiro grande desafio, portanto, foi vencido.

Ao mesmo tempo, vitórias importantes na agricultura e nas exportações, com recorde de produção e de vendas no exterior, estão contribuindo também, e muito, para fortalecer a nossa economia. Sei que temos ainda muitos problemas no crescimento econômico, mas o esforço feito pelo governo e por toda a sociedade para controlar a crise pela qual passamos, começa a produzir resultados. Por isso mesmo, o governo, neste momento, já está em condições de tomar medidas que levem o país ao crescimento.

Ontem mesmo, um pacote de medidas anunciadas pelo Presidente deixa isso muito claro. A partir de agora, todas as pessoas terão direito a ter uma conta bancária, bastando para isso apenas a carteira de identidade. E mais: o presidente autorizou, entre outras medidas, a criação de uma rede nacional de cooperativas de crédito e uma grande linha de crédito popular, a juros de 2% ao mês.

O governo também está empenhado em reduzir o preço das tarifas públicas e dos combustíveis. Quantas vezes, neste país, já se viu o preço da gasolina cair, como agora? E isso estamos, também, fazendo com o gás de cozinha.

A trajetória da inflação é de queda, volto a afirmar. E na última terça-feira, o governo deixou isso muito claro, ao fixar metas de inflação mais baixas para os próximos dois anos. Para conseguirmos isso, foi preciso muito sacrifício de todo o povo nesses primeiros seis meses. Mas foi exatamente esse sacrifício que fez a inflação recuar, criando as condições para que o Banco Central começasse a reduzir a taxa básica de juros. E é isso que é importante que todos entendam: para que os juros continuem caindo, não depende da vontade do Banco Central. Depende do esforço de todos, do governo e de toda a sociedade. Os empresários, em especial os grandes, têm muita responsabilidade nesse processo. Ao planejarem seus negócios, ao decidirem seus preços, devem olhar para a inflação futura, que está em queda, e não para o passado. Quanto mais rapidamente os índices de preço recuarem, mais veloz será a queda da taxa de juros.

Enfim, se esse é um país de todos, é importante que todos, nesse momento, participem desse esforço. Este governo, reafirmo, cumprirá a sua tarefa, mantendo a economia estável, a inflação sob controle e usando todos os mecanismos possíveis para retomar o crescimento econômico, única forma de voltar a gerar os empregos que o Brasil tanto precisa.

Boa noite e muito obrigado.

Anexo D – Artigo publicado na revista Época: "Também quero crescer" (26/05/2003)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu na quarta-feira um grupo de dez dos maiores empresários brasileiros para falar sobre investimento em infraestrutura para o crescimento econômico. O presidente propôs parcerias entre o governo e empresários para que importantes investimentos sejam feitos com a mobilização de capitais nacionais e também com a atração de recursos externos.

O encontro ocorreu no mesmo dia em que o Copom decidiu manter inalterada a taxa básica de juros, a Selic, em 26,5% ao ano. Um cidadão brasileiro desinteressado em embates políticos poderia perguntar, legitimamente: não existe aí uma contradição? Como crescer se o juro é reconhecidamente alto para empréstimos de longo prazo e para o capital de giro, especialmente de pequenas empresas?

É preciso, nesse delicado assunto, não tomar a nuvem por Juno. Nosso país está saindo de uma das mais sérias crises dos últimos anos, maior até que a vivida na desvalorização do real, em janeiro de 1999. A credibilidade de nosso país teve de ser resgatada. No plano econômico o Brasil já fez tabelamentos e tablitas, moratórias externa e interna, câmbio fixo ou flutuante, macumba e vodú. Todas essas experiências nos ensinam que a estabilidade econômica é fruto do esforço sereno e permanente no campo fiscal e monetário. Regras claras, transparentes. Sem mágicas. Colocamos a casa em ordem no câmbio e nas contas do governo, lançamos o programa de reformas previdenciária e tributária e melhoramos sensivelmente as condições de financiamento de nossa economia, com a queda do risco país de 2.400 pontos para cerca de 800 pontos. É preciso consolidar responsabilmente esse quadro.

Tenho dito que derrotamos a ameaça de descontrole inflacionário, mas que a inflação ainda inspira grandes cuidados. A inflação é o principal fator de corrosão da renda das famílias que menos ganham e também a grande ameaça à retomada do desenvolvimento sustentável. A melhora da distribuição de renda e emprego, com políticas sociais e de educação decididas, é inseparável da retomada do crescimento. No momento, o Copom julgou necessário manter as taxas de juros, mas está claro que as condições para uma reversão das mesmas estão sendo criadas.

Nossa atenção está concentrada, agora, em definir políticas inovadoras que tornem o país mais competitivo no mundo. Na última década a vulnerabilidade externa do país aumentou muito fortemente, sem que tivéssemos ampliado nossa presença no mercado internacional, com exceção dos extraordinários progressos obtidos no agronegócio. O Brasil chegou a ter 1,39% do comércio internacional em 1984, mas caiu para 0,97% em 2002. A última década mostrou, porém, que os países que mais cresceram sustentavelmente foram aqueles que com inflação sob controle aumentaram seu fluxo de comércio, gerando saldos comerciais importantes e fortalecendo suas reservas internacionais.

O presidente Lula tem insistido na idéia de que chegou a hora de deixarmos de culpar o mundo por nossas fragilidades. O buraco de quase US\$ 190 bilhões que construímos em nossas contas correntes entre 1985 e 2002 não pode ser debitado na conta do Banco Mundial ou do FM1, mas de nós mesmos. Eis por que estamos tão fortemente comprometidos com as reformas em discussão no Congresso e com as demais que virão.

O desafio maior, agora, além do fortalecimento de nossa infraestrutura quanto à energia e à logística, é construir uma firme combinação de políticas industriais com políticas tecnológicas que contribuam para ampliar e qualificar nossa pauta de exportações.

É neste desafio que se move agora o governo. Ministérios das áreas de infraestrutura, da economia e do desenvolvimento formulam caminhos e estratégias. Condições de financiamento público e privado, além da necessária articulação com os interlocutores do mundo empresarial e trabalhista, estão em curso. A política econômica do governo Lula tem os dois pés fincados no presente da estabilidade e os dois olhos bem abertos para um futuro de crescimento.

Anexo E – Entrevista à revista Veja: "Histeria não baixa juros" (26/05/2003)

Eurípedes Alcântara e André Petry

Veja – Nunca uma reunião do Copom foi cercada de tanta pressão pela queda dos juros. Isso prejudica?

Palocci – É inadequado. Qualquer pessoa do governo pode e deve ter opinião sobre a taxa de juros, mas o que não se deve fazer é insinuar, na base da pressão, que o Copom tem de fixar esta ou aquela taxa em determinada reunião. Não ajuda em nada histeria às vésperas das reuniões do Copom. Todos estamos de acordo, governo e sociedade, que juro alto é danoso para a economia. Os juros vão baixar, mas não com gritaria nos dias que antecedem essas reuniões. As taxas de juro vão baixar porque estão sendo criadas no Brasil as condições necessárias para que isso ocorra. Não vamos conviver com taxas altas indefinidamente. Mas repito que não faremos nada por pressão política e também não deixaremos de fazer nada apenas porque houve pressão. Vamos fazer o que temos de fazer, tecnicamente. A política econômica tem um rumo definido, e não vamos abrir mão desse rumo. Quem duvidar pode pagar para ver.

Veja – Então o vice-presidente José Alencar fez exatamente o que não deveria?

Palocci – Tenho ótimas relações com José Alencar. O que ele diz fora do governo diz dentro também. Ontem mesmo (quarta-feira), pela manhã, conversamos amigavelmente. Mas acho que, nesse caso, ele exagerou. Exatamente porque fez pressão sobre uma reunião que estava por acontecer.

Veja – Como se derrubam os juros?

Palocci – Eu quero juros mais baixos. O presidente Lula também. Todo mundo quer. A questão, porém, é que os juros são sempre, em qualquer economia, decorrência do quadro geral do país. Não estão na esfera do desejo. É um problema complexo, que tem implicações históricas. O Brasil não possui uma boa história econômica. Os investidores lá fora não esquecem uma moratória de um ano para o outro. Por isso, precisamos de tempo e, nesse tempo, teremos de ser firmes e irredutíveis para provar cabalmente que, a partir de agora, seriedade e estabilidade vão imperar. Daí porque, por exemplo, o respeito aos contratos é tão importante.

Veja – O debate econômico no Brasil parece ter melhorado de qualidade. O senhor percebe isso?

Palocci – Penso justamente o contrário. O debate em alguns setores é primitivo. Pressionar para mexer nos juros básicos, discutir a adequação de uma política fiscal rigorosa ou a necessidade de combater a inflação e mesmo debater a autonomia do Banco Central são questões superadas na maioria dos países. Esses fatores são pressupostos da economia. Ninguém mais discute sua validade ou necessidade. Em viagem ao exterior, quando converso com alguma autoridade econômica sobre superávit primário, austeridade fiscal ou coisa parecida, fico com a impressão de que meu interlocutor não está nem compreendendo aonde quero chegar. Como se eu estivesse levantando um debate pré-histórico. Ninguém mais questiona isso. O mundo discute microcrédito, financiamento. São essas coisas concretas que levam ao crescimento e ao desenvolvimento. O resto é mero pressuposto. Aqui, ainda achamos que política monetária pertence ao campo ideológico, que ter ou não um Banco Central autônomo é uma questão ideológica. Não é nada disso. Há bancos centrais independentes em países capitalistas ou socialistas.

Veja – Fala-se muito em fase dois da economia. Ela virá?

Palocci – Existe a fase dois, mas não existe o plano B. A política econômica é exatamente esta que estamos praticando, e vamos continuar com ela até que, arrumada a casa, entremos na fase dois, que vem a ser a fase do crescimento, do desenvolvimento, da geração de empregos, do aumento da renda. É isso que estamos perseguindo. A fase agora é a de controlar a inflação, reduzir ao máximo a instabilidade, produzir o máximo de credibilidade, arrumar as contas do governo. Isso feito, entraremos na fase dois, de menor aperto monetário. A fase dois é uma decorrência da fase um. O problema é que há setores que querem inverter as coisas. Querem chegar à etapa do desenvolvimento, do crescimento e dos empregos sem o ônus da primeira etapa. É preciso entender que não haverá uma ruptura entre uma fase e a seguinte, não cortaremos uma fita inaugural, não haverá um dia D de passagem para a etapa do desenvolvimento. Ela virá como resultado do sucesso da sociedade brasileira na fase dos ajustes.

Veja – O governo de Fernando Henrique pensava do mesmo modo, não?

Palocci – Acho que há várias diferenças. O rigor fiscal que o governo do PT está adotando tem mais qualidade. Não penaliza a sociedade e corta na carne as despesas do próprio governo. Isso é um avanço, e não um aprofundamento da política econômica anterior. Além disso, no governo passado, imaginava-se que, arrumada a casa e cumprida a primeira etapa, o crescimento viria naturalmente, como que por gravidade. Nós achamos que, enquanto a casa está sendo arrumada, é preciso pensar em ordenar o crescimento que virá depois. Ou seja: temos de ter um projeto energético, pois, se faltar energia, para o desenvolvimento. Temos de definir os setores que merecem investimentos públicos do BNDES. Não falo apenas de setores lucrativos, mas daqueles que têm papel estratégico no desenvolvimento do país, ou que são capazes de garantir um ciclo mais longo de desenvolvimento, ou das microempresas, que têm papel relevante na economia. Temos de ordenar para que, chegada a hora de alavancar o desenvolvimento, o país esteja preparado para dar o salto.

Veja – Os grupos que desejam inverter as fases, começando pela segunda etapa sem antes cumprir a primeira, existem dentro do próprio governo, não?

Palocci – É verdade, existem aqui e ali. Não existe nada organizado, não vivemos uma divisão interna como houve no governo anterior, em que se opunham Pedro Malan e José Serra. Isso não existe no governo atual. É verdade, no entanto, que nem todos estão pensando do mesmo modo e ainda há setores do PT que não acreditam, embora já devessem estar acreditando fielmente, na orientação que estamos dando à política econômica do governo.

Veja – Por quê?

Palocci – Durante a campanha, o PT fez uma inflexão muito intensa e toda a sociedade brasileira viu isso. Só que alguns companheiros interpretaram essa inflexão, particularmente quando lançamos a Carta ao Povo Brasileiro, como se fosse uma jogada eleitoral. Na ocasião, eu me lembro de companheiros falarem comigo, darem tapinhas nas costas e dizerem: "Bela jogada essa, hein?". Na época, eu já dizia: "Esperem para ver, não é jogada nenhuma, o que está dito ali é para cumprir". É o que estamos fazendo: cumprindo o que dissemos na campanha. Descemos, inclusive, a detalhes. Até a reforma da Previdência está no programa de campanha.

Veja – Se o Brasil entrar num círculo virtuoso de crescimento, o que mudará na política monetária?

Palocci – O que estamos fazendo agora é para arrumar a casa e, portanto, não vamos mais tarde desarrumá-la. O que quero dizer é que a política de austeridade fiscal, por exemplo, de controle severo das contas públicas, não é uma política de emergência ou passageira. Ela veio para ficar. Neste governo, queremos austeridade fiscal do primeiro ao último dia. Os demais instrumentos de política monetária, como a política de câmbio, a política de juros, enfim, vieram para ficar. Não estamos fazendo jogo de cena, nem vamos desarrumar a casa depois. Isso seria uma loucura.

Veja – Por que essa tarefa coube logo ao PT?

Palocci – Tivemos a honra de ganhar a eleição, mas há um detalhe interessante: só a esquerda é capaz de fazer certas reformas no Brasil. Estou convencido de que para o Brasil, incluindo aí o povo brasileiro e também o mercado brasileiro, é melhor ter um governo de esquerda que um governo de centro. Isso porque a esquerda tem uma interlocução social, tem uma legitimidade social que lhe dá condições objetivas de reformar. O governo anterior quis, com sinceridade, fazer a reforma da Previdência. Mas não conseguiu. Nós faremos.

Anexo F – Pronunciamento do Ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e televisão sobre a retomada do crescimento (24/10/2003)

Meus amigos e minhas amigas,

Na qualidade de ministro da Fazenda, quero conversar nesse momento com vocês um pouco sobre o nosso passado, mas, sobretudo, sobre nosso futuro.

Temos repetido muito, e vamos continuar repetindo sempre, que o maior desafio deste governo, nestes seus primeiros meses, era, sem dúvida, estabilizar a economia e criar as condições para cumprir aquele que é o nosso objetivo principal: gerar empregos e promover a distribuição de renda.

Como todos sabem, no ano passado a inflação voltou a crescer, causando graves problemas para todos, especialmente para as pessoas mais pobres. A alta de preços corrói os salários, reduzindo muito o poder de compra das famílias até para coisas essenciais, como roupa, comida e transporte. É importante que todos entendam que o controle da inflação é indispensável para nosso país crescer com segurança.

Pois bem meus amigos. Hoje, nove meses e 24 dias depois da posse do presidente Lula, e na qualidade de seu ministro responsável pela área econômica, posso dizer a vocês, com absoluta segurança, que vencemos essa batalha.

A inflação está finalmente controlada, os juros estão em baixa e o dólar estável. O risco país encontra-se em torno de 600 pontos, depois de ter atingido 2.400 pontos, no ano passado. Isso é muito importante, porque o risco país determina o custo dos empréstimos para o governo e para as empresas brasileiras. Quanto mais alto o risco país, mais altos são os juros que pagamos pelos empréstimos lá fora. Quanto mais caro o custo do dinheiro lá fora, maiores são os juros aqui dentro. E quanto maiores os juros aqui dentro, maior a dívida e a desconfiança no país. Felizmente posso dizer a vocês neste momento que esse perverso círculo vicioso foi quebrado.

Veja, isso não quer dizer que todos os nossos problemas já foram resolvidos. Mas significa que começaremos sim a viver um tempo novo daqui para frente. Isso foi possível porque o governo tomou medidas para colocar as finanças do país em ordem. Durante muitos anos, o governo brasileiro gastou mais do que podia. Por isso, nos últimos anos, o governo foi perdendo sua capacidade de investir em Educação, em Saúde, em Segurança Pública e também na Infraestrutura do país.

Hoje, o mundo inteiro já percebe o quanto o Brasil mudou. Um bom exemplo disso é que o índice da bolsa de valores brasileira, onde são vendidas todos os dias ações das nossas empresas, não para de crescer. Este é um fato importante, porque significa que os investidores já perceberam que os próximos anos serão de tranquilidade, de crescimento e de grandes oportunidades em nosso país. As empresas brasileiras, aos poucos, também começam a retomar os seus investimentos, porque sem o risco da inflação e com os juros em queda, todos já podem planejar o seu futuro com mais segurança e tranquilidade.

Vivemos um novo momento, repito: o fim do ano se aproxima e com certeza já teremos um natal um pouco melhor para o comércio, e um ano novo com muito mais esperança para o povo brasileiro.

Enfim, meus amigos, o Brasil está pronto agora para voltar a crescer. A partir de agora, como acontece nos países de economia madura e desenvolvida, cada vez mais as empresas vão ganhar por sua competência, qualidade de serviços e volume de vendas. Este sim é o ambiente saudável para crescer e desenvolver o Brasil, onde o lucro justo é obtido às custas do investimento e do trabalho. O governo está cumprindo a sua promessa de garantir a estabilidade econômica.

Tenham certeza disso. Agora é preciso que os empresários respondam com o investimento de recursos que levem ao aumento das exportações, das ofertas de emprego e do consumo. Se queremos, verdadeiramente, transformar este país num país de todos, é importante que todos façam a sua parte.

Muito obrigado e boa noite.

Anexo G – Entrevista à revista Exame: "Os pilares não podem mudar" (25/03/2004)

Por André Lahóz, Cláudia Vassallo e Eduardo Oinegue

Desde que assumiu o Ministério da Fazenda, não se pode dizer que Antônio Palocci tenha conhecido dias tranquilos. Há a pressão dos colegas e dos aliados por verbas, o debate em torno da qualidade do trabalho que ele comanda, e o tal plano B, que não existe no papel, mas é defendido por muitos de seus pares em Brasília. O plano B consiste em convencer o presidente Lula a mudar a política econômica. Palocci já havia se habituado a esse jogo, mas surgiu um dado novo nos últimos dias, quando aliados do governo passaram a defender não apenas mudanças na condução dos trabalhos na Fazenda. Eles querem a cabeça do próprio ministro. Na sexta-feira, 19, ao voltar de uma viagem ao exterior, Palocci recebeu EXAME para uma entrevista. Disse que o momento político desfavorável não tem força suficiente para alterar sua pressão arterial (de 11 por 7), nem para alterar a política econômica, mas pede: "Chega de intrigas, me deixem trabalhar". Eis a entrevista:

EXAME - Há algum tempo, o problema do governo Lula eram os radicais do PT, que confrontavam os racionais, ala representada pelo senhor e pelo ministro José Dirceu. Agora, em vez de debate ideológico, o governo enfrenta denúncias de corrupção envolvendo um ex-assessor seu e um ex-assessor de Dirceu, acusados de patrocinar uma patifaria. O que está acontecendo na Esplanada?

Palocci - O que está acontecendo chama-se eleição. Num ano essencialmente político, as tensões, pressões e reivindicações são maiores, e de certa forma se ampliam no governo do PT, um partido que sempre foi muito aberto, democrático, tolerante com o debate político. Muitos políticos estão mais emocionados. O importante é que o Brasil tem instituições fortes e maduras. Se há denúncias no campo ético, os órgãos responsáveis devem investigar. O governo não pode ficar paralisado por isso. O presidente Lula espera ação dos integrantes do ministério. O mundo de hoje é muito competitivo, não tolera e não aceita países que patinam em vez de tomar decisões.

EXAME - O senhor se refere às denúncias como se fossem fruto da politicagem, não indicação de irregularidade. Mas há depoimentos e gravação sustentando as acusações contra os ex-auxiliares.

Palocci - No que se refere à denúncia sobre o contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech, a tal que envolve um ex-assessor meu, garanto que é apenas politicagem. Não há irregularidade. Tive uma conversa muito clara com o presidente da Caixa, o Jorge Matoso, pessoa de extrema seriedade, de grande competência técnica. Ele informa que, da porta do banco para dentro, o contrato cuja lisura está em discussão na imprensa ocorreu dentro dos procedimentos normais. Se alguém fez alguma coisa errada do lado de fora da Caixa, o Ministério Público e a Polícia Federal vão apurar.

EXAME - Que recado o senhor mandaria ao empresário que agora está se perguntando se a denúncia vai chegar ao José Dirceu ou ao Palocci?

Palocci - Peço encarecidamente a todos: chega de intrigas, me deixem trabalhar. A mim, ao José Dirceu e aos demais integrantes do governo. Ninguém está livre de ter um ex-auxiliar envolvido em alguma história imprópria. Se eu tiver de me preocupar com o que estão fazendo agora aqueles que serviram a meu lado no passado, não conseguirei trabalhar. Para que eu possa me concentrar naquilo que realmente interessa, vou ignorar discussões de natureza avessa à minha pasta. Recomendo o mesmo aos empresários. Concentrem-se nas suas atividades. O agente econômico que se deixar paralisar por denúncias vai ficar para trás.

EXAME - O empresário não fica parado porque quer. Ele teme que as denúncias respinguem na economia e prejudiquem seu negócio.

Palocci - Respeito o temor do setor produtivo, preocupado com um tipo de conturbação do cenário que pode jogar expectativas para trás. Isso pode fazer com que a retomada do crescimento seja mais claudicante, quando ela poderia se dar de maneira mais vigorosa. Embora admita que os ruídos políticos possam prejudicar uma retomada mais vigorosa, não acho que sejam mais fortes do que o processo econômico em si.

EXAME - Mesmo quando políticos da base aliada pedem a sua cabeça e um grupo de colegas de ministério pressiona por mais verbas?

Palocci - Houve duas referências à parte superior do meu corpo nos últimos dias. Uma foi feita pelo presidente do PL, o deputado Valdemar Costa Neto, que pediu a minha demissão. Trata-se de uma posição de confronto em relação à política econômica. Esse tipo de declaração tem de ser tratada no campo da política. Quem não é aliado não é aliado. A outra declaração falando sobre o meu pescoço partiu do senador Tasso Jereissati, que defendeu minha permanência no governo. Acho que estou no lucro. Agora, quanto aos colegas de ministério, não me preocupa quando cobram liberação de verbas ou melhoria de posições no plano econômico. Do ponto de vista pessoal, apesar dos comentários, minha pressão arterial continua 11 por 7. Quando aceitei o ministério, sabia a dimensão do desafio que iria enfrentar. O problema é que o excesso de falação cria um ambiente ruim. Surgem os questionamentos que colocam em dúvida os próprios indicadores nacionais. Precisamos evitar isso.

EXAME - De que forma o governo vai evitar isso, se não consegue sequer montar um discurso ordenado, que evite confrontos e acusações internas?

Palocci - Temos de relativizar o ambiente de confusão. O PT favorece o debate aberto, que muitas vezes parece conflituoso. Não considero negativa a pressão para que o governo faça algo melhor. Governo que não enfrenta esse tipo de pressão tende à letargia. É diferente quando o discurso empregado diz que a economia tem de mudar. O Brasil se financiou no passado de três maneiras: com inflação, com o aumento do endividamento e com aumentos de carga tributária. Já sabemos o que acontece no fim do filme. O povo paga uma conta extraordinária por essas invenções. Por isso não tem o Plano Lula ou o Plano Palocci. O que tem é um ajuste clássico na economia, coisa simples, sem invenções. E essa maneira clássica de fazer é mais lenta, mais sofrida, mais angustiante. Mas ela é também a mais consistente.

EXAME - Um terço do governo Lula já se foi. Falta pouco mais de dois anos para acabar o mandato. Como viabilizar o espetáculo do crescimento num prazo tão curto?

Palocci - O primeiro ano do governo foi marcado por uma política de fortes ajustes, sem os quais estaríamos convivendo com inflação elevada e economia caótica. As medidas adotadas tiveram ação saneadora, mas não produziram grandes notícias. Elas devem surgir agora. Este é o ano de favorecer investimentos. Se o governo fizer isso, o país tem tudo para voltar a apresentar taxas de crescimento altas no próximo período.

EXAME - O que o senhor chama de taxa alta de crescimento?

Palocci - Acredito que algo em torno de 5% nos recolocque num patamar de crescimento adequado. Se puder ser mais, melhor.

EXAME - Para quando o senhor prevê essa taxa de crescimento?

Palocci - Não faço previsões. Minha tarefa é trabalhar para que o cenário se concretize. Muitas vezes o Brasil se consome em grandes debates, como esse que discute se o crescimento de 2004 vai ser de 3,4% do PIB ou 3,6%. Ou quem sabe 3,7%. O número fechado não importa. O importante é que nos concentremos em dar ao empresário segurança para investir.

EXAME - Infelizmente, ministro, fica a sensação ruim de que o governo não está dando conta dessa missão.

Palocci - É muito mais complexo ordenar a agenda do crescimento do que a agenda do ajuste. As discussões do ano passado foram duras, mas tudo se resolvia rapidamente. Decidir aumentar o superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB consumiu duas reuniões do governo. Já para colocar de pé o projeto de estímulo à construção civil investimos três meses de diálogo dentro e fora do governo. Temos de cuidar do crédito, do spread bancário, do mercado de capitais, da construção civil, dos contratos, das leis de falência, do marco regulatório. A lista é extensa. Mas o Brasil pode ficar tranquilo. Não falta competência técnica à equipe montada pelo presidente Lula. E, ainda que não no volume desejado, o governo tem mais dinheiro no orçamento de 2004, e poderá investir três vezes mais do que investiu em 2003.

EXAME - O governo tem mais dinheiro em caixa porque a carga tributária atingiu um patamar europeu. De acordo com um estudo recente, apenas os dinamarqueses recolhem mais impostos sobre salários do que os brasileiros. Como justificar isso?

Palocci - Não escondemos que a carga tributária está num nível alto. Ao chegar ao governo, no entanto, o presidente Lula assumiu dois compromissos. Um, de não aumentar a carga. O outro, de

modificar a qualidade dos impostos, para poder reduzi-los no médio e longo prazos. Estamos cumprindo o prometido. Isso em si é uma boa notícia. Todos os ajustes feitos pelo governo federal nos últimos dez anos baseavam-se em pacotes tributários. O nosso foi o primeiro ajuste feito sem pacote tributário. No médio prazo, não é possível reverter o quadro e baixar a carga porque existe uma dívida pública que precisa ser rolada.

EXAME - Há outro ponto que atravanca o desenvolvimento, mas que não tem ligação com a necessidade de financiamento do Estado. É a burocracia. Qual é a explicação para o governo não ter feito nada sobre isso até agora?

Palocci - Temos um trabalho já em fase de conclusão que envolve órgãos do governo federal, além de estados e municípios. A idéia é simplificar os registros necessários à abertura de uma empresa. Queremos montar um sistema pelo qual a Receita Federal e as Juntas Comerciais criem um sistema único no país inteiro. A Receita trabalha nisso e já assinou convênio com 14 estados. Os demais também entrarão. Em seguida, serão assinados convênios com todos os municípios.

EXAME - O empresário poderá resolver tudo num único lugar?

Palocci - Ele não precisará ir a lugar algum. Fará a abertura da empresa via internet, de casa. Precisarão de apenas meia hora. Logo após o cadastramento, o novo empresário já começará a operar mediante um registro provisório. Depois, enviará os papéis à junta comercial e ganhará um número definitivo. Uma segunda coisa que faremos contra a burocracia será combater a informalidade por meio do estímulo ao empreendedorismo. Do jeito que as coisas funcionam hoje, o cidadão olha o custo de se formalizar e não se arrisca. Estamos criando a figura da empresa-cidadão, menor ainda do que a microempresa. Sabe qual é o imposto que essa empresa formada por uma pessoa só vai pagar? Nenhum. Somente se ela tiver uma renda grande no seu negócio vai recolher imposto de renda.

EXAME - É bom saber que abrir uma empresa ficará mais ágil, e que os pequenos poderão se formalizar. Mas e crédito para essa gente toda?

Palocci - Não desconhecemos que exista uma relação direta entre taxa de juro e crédito, dívida pública e crédito. Mas é possível estudar formas de estimular o empréstimo. Atualmente, os agentes financeiros trabalham baseados num instrumento que rastreia os maus pagadores. Não existe no país um instrumento que informe quem são os bons pagadores, com poder de até induzir a redução do spread bancário. Essa nova lista, de cunho positivo, pode promover a disputa no sistema de crédito. Quem não quer ter em sua carteira um bom cliente? O novo sistema deverá ficar pronto em dois meses, no máximo. Outra mudança em estudo atinge o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

EXAME - O que vai mudar?

Palocci - Vamos fortalecer o órgão, propor que o mandato de seus membros suba de dois para quatro anos e mudar o ângulo da avaliação. Atualmente, o julgamento a respeito das fusões e aquisições é feito após a transação ter sido concretizada. E assim surgem situações como a da Nestlé e da Garoto. Independentemente do mérito da decisão em torno do destino da Garoto, a decisão levou dois anos e meio para sair. Vamos inverter isso. As empresas pedirão autorização para fazer determinada aquisição, e o sistema vai ter 90 ou 120 dias para responder sim ou não.

EXAME - Existe alguma chance de o Brasil conhecer uma nova política econômica, o tal plano B, com o velho Palocci?

Palocci - Não sou daqueles que acham que ninguém pode dar opinião. Só uma coisa precisa ficar bem clara: os pilares da política econômica não podem ser alterados. Isso quer dizer que continuaremos orientados pelo superávit, pela preocupação em colocar a dívida em ordem, em trabalhar pelo sistema de metas de inflação, em ter câmbio flutuante, em seguir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas questões não podem mudar.

Anexo H – Entrevista ao jornal O Globo: "Reformas para consolidar o rumo" (22/12/2004)

Miriam Leitão

O ministro Antonio Palocci anda sempre com umas folhas nas quais estão organizadas as medidas de mudanças microeconômicas que tem adotado e que vai ainda adotar ou propor ao Congresso. Ele acha que, com elas, vai limpando o complexo ambiente de negócios no país. São medidas "de pouca visibilidade", mas que considera fundamentais. "Precisamos parar de acreditar em soluções mágicas", diz, reforçando que o Brasil está pagando hoje por decisões erradas no passado. Para Palocci, está se fazendo o certo ao cuidar da inflação, das contas externas, e ao deixar o câmbio flutuar.

O que o senhor tem feito para garantir que 2005 seja mesmo um bom ano?

PALOCCI: Estamos fazendo uma agenda bem detalhada de todas as medidas que já tomamos e do andamento das medidas no Congresso e das que estão em preparação. São quatro áreas: mercado de crédito, de capitais, seguro e poupança de longo prazo. Outras áreas são a de redução do custo de solução de conflitos, a melhoria da qualidade da tributação e também do ambiente de negócios. No total, algumas dezenas de medidas legais e de gestão. Mandamos um projeto de lei sobre pequena empresa mais amplo do que o Simples porque vale para os três níveis de governo.

Será revisto o limite do Simples?

PALOCCI: Se esse projeto der certo, vamos fazer uma reforma no Simples para ele também ser os três níveis de governo. Temos disposição de rever o limite do Simples.

A valorização do real não causará problemas?

PALOCCI: O dólar cai no mundo inteiro, não é uma valorização verde-e-amarela. O câmbio flutuante está prestando um serviço ao país e às empresas de maneira efetiva. Temos agora uma política de compra de reservas. Mas não para tentar fazer o dólar chegar num ponto. Seria um erro.

E se as importações crescerem?

PALOCCI: Isto é país crescendo. As exportações também estão crescendo.

Por que um país que está tão bem tem um risco-país pior do que o da Colômbia?

PALOCCI: Um preço que pagamos por anos de política fiscal frágil. Se olharmos as 200 heterodoxias mundiais, talvez 180 sejam brasileiras. O que estamos fazendo hoje é clássico: cuidando da inflação, das contas externas, deixando o câmbio flutuar. Precisamos ser persistentes; parar de acreditar que mágicas apressam o crescimento. O Brasil é muitas vezes tentado a invencionices: tabela, tablita, banda, diagonal endógena, macumba, vodu.

Como a lei trabalhista não muda, o mercado encontra seu caminho da forma mais agressiva para os trabalhadores: mais da metade deles está na informalidade. O governo do PT não tem tido coragem de enfrentar isso e o ministro do Trabalho diz que a reforma não será feita. E aí?

PALOCCI: Eu me espantei com essa reportagem e fui perguntar ao ministro Berzoini se havia decisão de adiamento da reforma. Ele disse que não, que primeiro está sendo feita a reforma sindical e no Fórum está sendo discutida a trabalhista. O governo tem que colocar a pauta da informalidade.

O país cresceu este ano, mas o que vem depois? Não há marco regulatório, a logística continua estrangulada... O senhor pode fazer o melhor trabalho, mas sem que haja outras mudanças o projeto não será realizado.

PALOCCI: Você está sendo muito rude com o governo. Seria um erro se o governo fizesse isso. As reformas não podem parar. Um país como o Brasil precisa fazer sistematicamente melhoras no seu ambiente de negócios. Vamos fazer uma reforma industrial. A discussão que eu encontrei aqui era: de um lado os que queriam a velha política e, de outro, os que tinham horror a ela. Agora, a mensagem que queremos dar é: não peça proteção ao governo, nem tributos menores só para você, pense que a sua empresa será mais competitiva se investir em inovação; e vamos financiar isso.

E a outra visão de política industrial: melhorar as condições da economia e quem for bom cresce?

PALOCCI: Eu acredito nisso. Um governo não faz crescimento econômico; às vezes, atrapalha. O melhor que faz é propor reformas, melhorar o ambiente de negócios e dar mais segurança à economia. Este ano, o crescimento do investimento, Formação Bruta de Capital Fixo, está três vezes maior do que o do PIB. A Construção Civil empregou 100 mil trabalhadores recentemente depois de anos de queda. A consignação em folha de pagamento é uma coisa simples, mas deu segurança ao contrato e por isso os juros caíram à metade. Isso mostra que juro não cai no grito; juro cai quando se toma as medidas que melhoram o ambiente de crédito, os contratos.

Há quem diga que o governo reajustou a tabela do Imposto de Renda abaixo da inflação, e quem diga que nem deveria ter reajustado, pois a prioridade tem que ser o gasto com quem precisa. Qual posição é mais razoável?

PALOCCI: Acho mais importante o Bolsa Família do que a redução de tributos dos 7,5% que pagam IR. Eles não são ricos, porque a renda mais alta é muito concentrada. Não acho que tem que ter correção segundo a inflação, indexar a tabela. De tempos em tempos, pode-se ajustar a tabela.

O grande mandato da sociedade brasileira ao PT foi que reduzisse a desigualdade e a pobreza. Mas os programas sociais têm sido criticados por todos: falta eficiência, controle e foco.

PALOCCI: Redução de desigualdades é resultado de uma série de medidas, inclusive na área econômica. O crédito em folha protege a renda do trabalhador, a conta simplificada no banco levou ao mercado bancário quatro milhões de pessoas, o microcrédito também, quando reduzimos o imposto sobre alguns alimentos nós aumentamos a renda efetiva dos mais pobres. Se somar isso ao Bolsa Família, é um conjunto grande de medidas que terá efeito grande. A geração de 1,8 milhão de empregos, o melhor resultado em 12 anos. Este governo ao fim dos quatro anos terá feito uma redução da pobreza e da desigualdade. Erramos; nunca recuso crítica. Ao dar renda a 6,5 milhões de famílias, é difícil que não ocorra algum erro, mas é preciso querer corrigir.

Anexo I – Entrevista ao jornal Correio Braziliense: "Não vai ter moleza" (24/12/2004)

Do Correio Braziliense

Em visita ao Correio Braziliense, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reiterou a defesa dos fundamentos da política econômica e reforçou a necessidade de manutenção do superávit primário (receitas maiores que despesas, sem gastos com juros) em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. "Não me venham falar em mexer no primário. Não vai ter moleza. Se eu fraquejar nisso, acabou". Palocci entende que o superávit é fundamental para um ambiente macroeconômico estável, que estimule investimentos.

Segundo o ministro, em 2005 o país tem condições de crescer mais do que preveem vários analistas. "Muitos acham que podemos crescer 3,5%. Acredito que um pouco mais de 4% é possível, mas vamos ter que trabalhar mais do que neste ano". Para Palocci, o Brasil passará em pouco tempo para o clube dos países considerados seguros para investidores internacionais. "Eu apostaria em 2006 para conseguirmos a classificação de investment grade, a melhor categoria das agências de risco. Mas, sendo ano eleitoral, o mercado vai cair na pressão", disse.

O ministro, o diretor presidente do jornal, Álvaro Teixeira da Costa, e o diretor gerente, Evaristo de Oliveira, visitaram a nova redação do Correio, que será inaugurada em janeiro. Palocci afirmou que mais do que nunca, vai precisar do Correio porque não só sua filha adolescente, mas toda a família está encantada com morar em Brasília. "Também estou virando um cidadão brasiliense", confidenciou.

O QUE ANTONIO PALOCCI DISSE

Distribuição de renda

"O Brasil já cresceu a 8% e não distribuiu nada. O governo tomou uma série de medidas, inclusive na área econômica e isso está acontecendo agora. Desoneramos os produtos da cesta básica de PIS e Cofins, o que significa menos 9,25% de imposto. Não é pouca coisa. Isso aumenta a renda efetiva das pessoas. O consumo em supermercados, a renda e a massa salarial estão crescendo. Tiramos o imposto do consumo popular, o que tem um efeito de combate à pobreza. É muito difícil de medir, mas já está acontecendo. Quatro milhões de pessoas passaram a ter conta bancária por causa da eliminação de taxas para os trabalhadores de baixa renda. No crédito em consignação, já se emprestaram R\$ 12 bilhões com as taxas de juros caindo à metade. Essas pessoas saíram das mãos de agiotas. Os gastos com a agricultura familiar passaram de R\$ 2 bilhões por ano para R\$ 4,5 bilhões. Por causa desse conjunto de ações há um quadro de melhoria nesse momento, que vai ser captado daqui a um ano, um ano e meio".

Imposto de Renda

"Só 7,5% da população economicamente ativa paga Imposto de Renda. Não queremos reduzir os descontos com saúde e educação. Hoje, quem ganha mais pode descontar mais. O que nós queremos é aproximar os valores para que quem ganha menos possa descontar tanto quanto quem ganha mais. Se você comparar com o resto do mundo, o Imposto de Renda no Brasil é baixo em relação aos outros tributos. O Brasil não tem um IR alto. Fui criticado por falar isso, mas vou continuar falando. Dessas brigas eu gosto. Temos que discutir a realidade. Com o modelo atual, não estamos distribuindo renda".

Medidas de desoneração

"Fizemos um pit-stop. Acho que temos que continuar fazendo um esforço para reduzir tributos. Mas temos que ficar com um olho na sardinha e outro no gato. Todo mundo pede menos tributo e mais despesa. Temos que equilibrar. Nosso compromisso é de não subir a carga tributária. Em 2003, apesar de todas as contas feitas, a carga caiu para 34,88% do PIB. Em 2004, tem gente falando em 40% do PIB. Duvido. Não sei nem se subiu porque o PIB está subindo mais do que a arrecadação. Agora, precisamos observar o efeito das 21 medidas tomadas neste ano para estimular o crescimento e a poupança. Vamos ver se podemos adotar outras medidas. Se houver espaço, vamos fazer mais. É bom para a economia ir cortando impostos".

Superávit primário

“Se você reduzir o esforço fiscal, só vai se beneficiar no próprio ano. No seguinte, perde. Gera desentendimento, mas não no conceito. Não tem nenhum ministro dizendo para acabar com isso porque está atrapalhando. Cada um quer levar um pedacinho, isso é normal. Alguns podem até pedir um pedaço quando vê o tamanho do superávit. Aí eu respondo: “Você quer ver o tamanho da dívida”? Não tem jeito”.

País seguro

“É possível nos tornarmos um investment grade (países mais seguros para investir) em alguns anos, mas se ficar num acordo com o FMI não é nem considerado (investment grade). É muito difícil saber quando poderíamos virar investment grade. É preciso saber se o mundo vai ajudar, se vamos conseguir manter todos os instrumentos atuais intactos. Acho que o Brasil vai caminhar rápido. O último estudo que eu vi, no ano passado, calculava que o Brasil poderia ser investment grade em 2008. Só que ele previa para 2006 uma realidade que está acontecendo agora. Hoje, é um cálculo conservador. Nossa dívida vai cair uns 6% do PIB, fechando em 52% do PIB este ano. Se 2006 não fosse ano eleitoral, eu apostaria em 2006 para conseguirmos a classificação. Sendo ano eleitoral, o mercado vai cair na pressão”.

Crescimento

“No início do ano, eu achei que o crescimento seria de 4,5%. Vai superar os 5,3%. Vai ser muito difícil repetir esse desempenho no ano que vem. Muitos acham que podemos crescer 3,5%. Eu acho que um pouco mais de 4% é possível, mas vamos ter que trabalhar mais do que neste ano. Alguns falam que o desempenho vai ser menor porque devemos exportar menos. Mas, se isso acontecer, o consumo interno vai ser maior e o mercado interno é 60% do PIB. Essa relação vai se acomodando. O crescimento está forte”.

Empresas e bancos

“Pela primeira vez em muitos anos, a rentabilidade das principais empresas está ganhando de lavada dos bancos, o que é um fato forte. Isso considerando as maiores, sem a Petrobras. A Petrobras sozinha ganha dos bancos juntos”.

Previsões

“Em abril, alguns institutos estavam em dúvida se o Brasil estava em recessão ou completa estagnação, e o Brasil estava crescendo a 7% do ano. Se você for considerar esse tipo de debate, o Brasil já acabou há uns 10 anos. Eu ganho todas as apostas de previsões com os economistas do ministério. Porque eu não faço”.

Investimentos

“O empresário que quer investir quer ter certeza de que a situação vai continuar boa por mais alguns anos. Ele pode até aplicar um pouco de dinheiro, mas para pôr tudo que precisa, quer mais garantias. Ele não aposta. Por isso é que eu insisto tanto nesse negócio de fazer superávit primário. Não me venham falar em mexer no primário. Não vai ter moleza. Isso é algo que eu preciso deixar claro. Se eu fraquejar amanhã nisso, acabou. Os empresários vão dizer: ‘Já entendi. Agora o PT quer um pouquinho mais de votos e vai amolecer’. Aí os empresários se retraem e guardam o dinheiro. Eu respeito o debate, mas preciso garantir o bom ambiente. O nível de investimento está bom. Eu me encontrei com quase todos os setores do aço e disse que eles têm que investir”.

Contribuição dos bancos

“Aí não tem muita mágica. Os bancos têm regras prudenciais para aplicar recursos. O processo está lento, mas está melhorando. É preciso garantir uma tendência de queda visível da dívida pública. Os bancos têm que ver que no longo prazo a moleza vai diminuir. A política econômica tem que dar sinais fortes na realidade. Por isso, eu fico insistindo em fazer um resultado fiscal para cair a dívida. Não vamos mexer no primário. Quando houver confiança de que a política econômica se manteve por dois, três anos, as pessoas vão voltar a pôr o dinheiro aqui. Elas já acreditaram umas dez vezes antes e, nas últimas dez vezes, era mentirinha. Na hora H, puxavam o tapete delas”.

FMI

“Sair do FMI é importante, mas é preciso medir a decisão em termos práticos. Você sai e fica sozinho no mar. Se você está pronto para velejar, veleja. Se não estiver pronto, vai pegar um mar bravo”.

Déficit nominal

“No ano passado, foi 5,1% do PIB. Neste ano, deve fechar em 2,5% do PIB, que é um nível de Maastricht (exigido na União Européia). O nominal é discutido”.

Brasília

“Eu avisei a minha família que tenho um tempo para morar aqui e depois vamos embora. A minha filha adolescente disse que eu poderia ir, mas ela ficaria. Está apaixonada pela cidade. Virou brasiliense. Eu também gosto bastante de Brasília. Também estou virando um cidadão brasiliense”.

Críticas dentro do governo

“As críticas, às vezes, dão trabalho. Mas o presidente Lula entrou sempre na discussão. A opção de política não pode ser do ministro. Se não é do presidente, não funciona. Não existe no governo nenhuma contraposição à política econômica. Quem lida com saúde até entende a necessidade de fazer um superávit, mas quer mais dinheiro para a saúde. Na minha relação com o José Dirceu (ministro-chefe da Casa Civil), todas as dificuldades são nesse plano. Ele fala: ‘O Congresso está pedindo isso’. Eu digo: Mas Zé, isso custa o dobro. Não dá. Aí ele diz: ‘Bom, vê se você consegue alguma coisa’. Isso é normal e sai na imprensa porque o PT é muito transparente. Ele nunca propôs ao presidente um outro projeto econômico”.

Área social

“Quando o presidente unificou os programas sociais, a intenção era dar um choque de gestão na área social, que é muito difícil e conflituosa. Acho que vamos caminhar para isso. Há vários formatos para utilizar melhor os recursos. O Patrus está fazendo um convênio com os municípios e vai, até janeiro, divulgar uma nova sistemática de acompanhar e fiscalizar os gastos”.

Vinculação de recursos

“O Brasil pode ter um nível de vinculação das receitas, mas não tão rígido como hoje. A vinculação para a saúde varia com o PIB. Quando saiu o PIB do segundo trimestre, fizemos um corte de R\$ 1,6 bilhão na saúde. Aí, saiu o PIB do terceiro trimestre e liberamos R\$ 700 milhões. Não faz sentido. O ministro da Saúde não sabe com quanto pode contar e não tem como fazer um bom trabalho de planejamento. Precisamos mudar a forma de discutir a questão”.

Previdência

“O Fernando Henrique fez a reforma da Previdência na área privada. Nós fizemos na área pública. A terceira reforma é de gestão, de tapar os ralos. Não precisa tirar nenhum direito do trabalhador. É preciso gastar melhor, combater fraudes e picaretagens. A Previdência é uma máquina muito permeável a distorções. O grande ganho institucional deste governo pode ser a reforma na gestão da Previdência”.

Anexo J – Entrevista à revista Época: "O Desabafo de Palocci" (02/08/2004)

GUSTAVO KRIEGER e RICARDO GRINBAUM

Na quarta-feira, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, lançou um desafio a um de seus assessores mais próximos, o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa. O médico Palocci propôs ao economista Lisboa a parceria em um livro. Eles fariam um estudo científico, comparando os ciclos da economia com os do corpo humano. "Vou comparar os gráficos do risco Brasil com os do meu peso", provocou o ministro, que mantém um rigoroso registro de cada alteração na balança. Palocci não revela o peso, mas diz que a curva está sob controle há alguns meses. A cintura do ministro encolhe na medida inversa em que a economia do país cresce. Outra briga, contra os cabelos brancos, é mais inglória. O ministro atribui os fios grisalhos que passou a ostentar à tensão dos primeiros meses de governo.

Poucas horas depois de lançar o desafio do "risco balança" a Lisboa, Palocci recebeu a reportagem de ÉPOCA. A conversa aconteceu no mesmo momento em que o diretor do Banco Central, Luiz Augusto Candiota, anunciava seu pedido de demissão. Embora lamentasse a saída de Candiota ("Pedi para ele ficar no governo"), Palocci estava bem-humorado. Era nítida sua sensação de alívio com os recentes indicadores da economia. Relaxado, Palocci aceitou falar sobre os tempos difíceis que lhe renderam os cabelos brancos e fez revelações sobre o governo. Contou que, mesmo antes da posse, ele e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabiam que 2003 seria um ano perdido. Sabiam que a economia encolheria, embora a previsão oficial fosse de um crescimento de 2,8%.

Palocci revelou que teve o apoio do presidente Lula para conduzir, em silêncio, uma "experiência de autonomia do Banco Central". Costurado no Palácio do Planalto, o acordo deu à diretoria do BC o poder absoluto de decidir as taxas de juros. Ao ministro Palocci sobrou o papel inglório de defender a autonomia informal do BC das pressões do próprio governo. 'Eu segurava o rojão', contou Palocci. O ministro defendeu o BC, mesmo quando foi surpreendido pelo tom "salgado" de algumas atas do Comitê de Política Monetária sobre inflação e juros.

Desses combates ficaram várias cicatrizes, comentou Palocci. As mais graves foram sofridas em abril e maio do ano passado. "Foi o meu pior momento no governo", disse. Naquela altura, os juros estavam altos e os resultados da política econômica teimavam em não aparecer. A inflação não caía e até o presidente Lula questionava quando as coisas iriam melhorar. Hoje, a situação é bem diferente. Palocci disse que a economia passa por seu melhor momento em décadas e fala em "dez anos de crescimento". Mas que ninguém se engane. A carga tributária não vai cair nem o aperto fiscal vai diminuir. "Não vamos afrouxar", advertiu Palocci.

ÉPOCA - O que branqueou seus cabelos? A economia brasileira?

Antônio Palocci - Bom, aqui se trabalha muito. O dia vai além das horas normais de trabalho... Estamos vivendo um momento positivo, e as coisas acontecem. Difícil foi no início do ano passado, quando houve muita demora para os indicadores econômicos melhorarem, apesar das medidas duras que tomamos. Cortamos R\$ 14 bilhões de orçamento, aumentamos juros, superávit e até abril nada reagia. Os cabelos brancos apareceram naquela época.

ÉPOCA - Qual o pior momento que o senhor viveu no governo?

Palocci - Foi o primeiro semestre do ano passado. Especialmente até maio. Tomamos as medidas mais duras possíveis, mas os indicadores demoraram muito a reagir. Havia uma situação externa desfavorável. O debate interno no governo se tornou conflituoso. As pessoas queriam que o Banco Central reduzisse os juros, mas a inflação não tinha reagido. Nós seguramos o bastão, contra tudo e contra todos.

ÉPOCA - Em algum momento, o senhor teve medo?

Palocci - Tive receio de que o ajuste fosse mais custoso que o planejado. Demos uma dose forte de corte de gastos, juros e superávit primário. Foram três medidas fortes, ao mesmo tempo. Sabíamos que isso produziria uma queda no PIB. Se a receita tivesse de ser acentuada, essa perda de produto seria maior, e mais longa. Nesse primeiro semestre, houve, sim, receios e dúvidas. Hoje, os ganhos da política econômica começam a chegar aos trabalhadores e às famílias. Até o início deste ano, isso

não era sentido. Estávamos corrigindo o rumo das coisas, mas o cidadão não tinha emprego nem renda. O povo entendeu, mas era difícil para ele dizer que estava sendo beneficiado.

ÉPOCA - Qual foi o papel de Lula na sustentação da política econômica?

Palocci - Foi fundamental. Mais do que possa parecer. O presidente Lula é muito racional, embora sempre tenha os olhos voltados para a parcela mais pobre da população. Nas decisões mais duras, sempre consultei o presidente. Não daria certo sem a participação dele.

ÉPOCA - Logo depois de eleito e com tantas promessas, como foi para o presidente apoiar essas decisões duras de cortes nos investimentos?

Palocci - Não foi fácil. Imagine um partido que foi construído na demanda social assumir o governo e ter de fazer um forte ajuste. Não era o que sonhávamos, mas era o necessário.

ÉPOCA - O principal objetivo do Plano Real foi acabar com a inflação. Mas nossa inflação, embora tenha caído muito, ainda é uma das maiores.

Palocci - De fato, os países desenvolvidos têm inflação entre 1% e 2% ao ano, enquanto no Brasil ela deverá terminar 2004 em torno de 7%. Embora tenha caído bastante nesta década, ainda é possível reduzi-la mais. O ideal é que o país cresça mais de 3,5% ao ano, por um período prolongado, sem inflação. Ainda há trabalho para fazê-la cair mais.

ÉPOCA - Quando o governo era criticado por não ter 'a cara do PT', o senhor e o presidente sabiam que era verdade.

Palocci - Estava claro para nós. Nossa dúvida era saber por quanto tempo o governo não teria a cara do emprego, do crescimento... Que não teria de início, era certo. Na transição, conversei muito com o presidente Lula sobre o tamanho do ajuste que teríamos de fazer e o custo que esse ajuste teria. A recessão do primeiro semestre de governo estava dada pela crise de 2002. O presidente viu que faria um primeiro período de governo, que para nós variava entre um e dois anos, de forte ajuste e perda de PIB. Para nós, era certo que o PIB de 2003 seria muito pequeno ou negativo.

ÉPOCA - Mesmo antes de tomar posse?

Palocci - Antes de tomar posse. Assumimos com uma previsão de ajuste forte e de crescimento de 2,8% no PIB, que herdamos do governo passado. Disseram que nós tínhamos prometido um PIB de 2,8%. Não prometemos nada. Isso foi colocado no Orçamento pelo governo passado, antes da crise de 2002. A cada mês, precisávamos ajustar a expectativa: 'Olha, esses 2,8% de crescimento no PIB talvez sejam 2%, talvez seja 1,5%, talvez seja 1%, talvez não seja nada...'. Nossa conta, desde o início, variava entre uma queda de 0,3% no PIB e um crescimento de, no máximo, 0,3%.

ÉPOCA - O senhor estava preparado para passar um ano apanhando?

Palocci - A única dúvida é se seria só um ano...

ÉPOCA - Qual foi o episódio mais difícil que o senhor já enfrentou à frente do ministério?

Palocci - Foram vários.... Tenho as cicatrizes para provar. Nas costas, nos braços (*mostra marcas imaginárias*)... O pior foi em maio do ano passado. A pressão para que o Banco Central reduzisse os juros foi uma guerra. Henrique Meirelles (*presidente do BC*) e eu, com o apoio do presidente Lula, tínhamos decidido fazer uma experiência de autonomia do Banco Central. Desde janeiro do ano passado o BC é autônomo, embora isso não esteja na lei. Foi uma tentativa, com autorização do presidente, para mostrar ao país que isso funciona. Em maio, metade do governo pedia a queda dos juros, sem falar nos parlamentares. Era o governo cobrando do governo a queda nos juros. Conversei com o Meirelles. Ele se sentia muito pressionado, mas tinha convicção de que não poderia baixar as taxas naquele momento. Eu disse: 'Faça o que tiver de ser feito e eu vou segurar o rojão aqui'. Foi o mês de uma pressão enorme.

ÉPOCA - O senhor foi surpreendido quando o Copom parou de baixar os juros no fim do ano passado?

Palocci - Eu não sabia. Esperava que baixasse um pouco mais. E as atas do Copom vieram salgadas. Quando li, pensei: 'Infelizmente, vamos ter mais algum tempo de dificuldades, segurando as pressões'. Mas o pior foi em maio do ano passado. Porque ali, não havia ainda queda na inflação e a pressão era brutal.

ÉPOCA - O presidente devia estar mais pressionado que ninguém, não?

Palocci - Ele manifestava preocupação, mas nunca cobrou uma mudança na política econômica. Vinha e perguntava: 'Quando vai melhorar?'. Havia uma tensão nessas horas.

ÉPOCA - O debate interno no governo e no PT foi muito forte?

Palocci - Foi duro. Eu não esperava mesmo que a bancada de 90 deputados do PT olhasse com satisfação iniciar o governo cortando gastos sociais na dimensão em que foram cortados ou aumentando os juros.

ÉPOCA - Hoje, o senhor recebe convites para estar em palanques eleitorais?

Palocci - Muitos.

ÉPOCA - Mas há um ano...

Palocci - Há um ano? Ainda bem que não houve eleição....

ÉPOCA - O ministro José Dirceu aparece como um contraponto seu no governo, defendendo o desenvolvimento e a queda nos juros. Essa oposição existe?

Palocci - Uma coisa é certa: este governo não tem uma divisão entre monetaristas e desenvolvimentistas. As políticas monetárias e de desenvolvimento estão sendo feitas em conjunto. É natural que existam tensões entre a área econômica e a área política. A área política tem de aprovar reformas no Congresso. Lá, encontra um conjunto de demandas. A área econômica tem de reduzir as demandas, especialmente em tempos de restrição no Orçamento. Foi esse equilíbrio entre a demanda política e a restrição orçamentária que provocou algumas dificuldades. Mas isso nunca dividiu o governo ou fez com que tivéssemos uma corrente monetarista e outra desenvolvimentista. Eu não sou fiscalista, não sou monetarista. Não sou nem economista.

ÉPOCA - Mas, e quando o assunto é a taxa de juros?

Palocci - A questão dos juros não agrada a ninguém. Nunca ouvi falar que juro alto é legal. Havia uma tensão maior nisso, até porque o PT, no passado, focou muito nesse debate. Mas o importante é o resultado na inflação e no crescimento. O Brasil cresce fortemente, controla a inflação, mas com os juros ainda altos. Esse é o desafio. Precisamos desvendar algo além do aparente na política monetária para poder baixar um pouco mais os juros. Sem fazer algumas reformas essenciais, sem mudar a tributação, vai ser difícil. É preciso avançar. Os tributos, por exemplo. Há algumas perversidades no sistema tributário, mas é preciso cautela para desmontá-las. Senão, o custo de curto prazo é muito perigoso. Agora, temos espaço para fazer mudanças. Antes, tínhamos de segurar o rojão. O pavio estava ligado e tínhamos de segurar na ponta.

ÉPOCA - Que efeitos terá o pacote de desoneração, a ser anunciado nos próximos dias?

Palocci - Estamos aproveitando o bom momento em que o crescimento está trazendo um aumento na arrecadação para fazer alguma redução. Não na própria Cofins ou nos impostos em geral, mas em itens que fazem diferença. Se não podemos reduzir a carga tributária, como seria desejável, vamos pelo menos mexer na qualidade do imposto.

ÉPOCA - Mas é possível prever uma queda no volume da carga tributária?

Palocci - Não acho possível no curto prazo, por dois motivos. O primeiro é a pressão dos gastos sociais, que são grandes. O outro é a pressão fiscal. No médio e longo prazo, é possível, mas acho difícil que este governo reduza a carga tributária.

ÉPOCA - O crescimento da economia é real ou o país está apenas se recuperando do desastre de 2003?

Palocci - Já temos indicadores superiores a 2003 e até melhores que os da última retomada na economia, entre 2000 e 2001. O Brasil conseguiu reunir três fundamentos que raramente são agrupados. O fiscal de boa qualidade, inflação sob controle e boas contas externas. Nos últimos 30 anos não tivemos a conjunção desses três fundamentos fortes ao mesmo tempo. Todas as crises que o país enfrentou nos últimos dez anos tiveram consequências graves porque não tínhamos contas externas sólidas. Em abril, sofremos uma pressão externa, mas, como as contas externas estavam favoráveis, o país passou por ela.

ÉPOCA - O que colocaria este crescimento em risco?

Palocci - Não ter perseverança. O maior erro que o Brasil cometeu em outros momentos foi achar que tudo está bem, então pode gastar e não é preciso mais esforço fiscal. Afrouxa os controles, aí a inflação volta.

ÉPOCA - Então, mesmo com crescimento, o aperto continua?

Palocci - O aperto vai ser menor. Sou criticado quando digo que nosso compromisso com o aperto fiscal tem de ser um compromisso de dez anos. Isso não quer dizer que teremos sempre o mesmo nível de restrição. A cada ano, a restrição será menor, mas vai continuar forte. Não dá para relaxar e fazer déficit fiscal.

ÉPOCA - Se o ajuste fiscal vai continuar, como cumprir as promessas de investimentos na área social?

Palocci - Há uma combinação de fatores. As necessidades sociais de um país em recessão são diferentes das necessidades de um país que esteja crescendo 5% ao ano. O crescimento alivia a demanda social. Além disso, o crescimento aumenta a arrecadação.

ÉPOCA - Mas há promessas que não serão cumpridas, como dobrar o valor do salário mínimo.

Palocci - Não sei se a questão fundamental de um governo é cumprir, ponto a ponto, tudo aquilo a que ele se propôs para o país. O importante é criar um desenho novo para o Brasil. Nós tivemos uma média de 2,3% ao ano de crescimento do PIB nos últimos dez anos. Se dobrarmos essa média, com melhor distribuição de renda, já teremos um país mudando.

ÉPOCA - Depois do governo Lula, o PT nunca mais fará campanha do mesmo jeito, não?

Palocci - Se o PT evoluir nos seus programas, será bom para o país. Lembro que, nas primeiras campanhas que fizemos para prefeituras, a gente propunha estatizar o transporte coletivo até em cidades onde não havia transporte coletivo. Há uma distância entre o partido que se iniciou no processo de luta e o que foi governando, aprendendo.

ÉPOCA - Diante dessa evolução, o senhor consegue imaginar o que teria acontecido se o PT tivesse chegado ao poder já nas eleições de 1989?

Palocci - Certamente Lula teria sido um presidente melhor do que o que tivemos então (*Fernando Collor*). Mas, sem dúvida nenhuma, em 2002 o partido estava mais preparado para assumir o poder. O PT é um partido de forte oposição. Mesmo no governo... Mas a polêmica tem sempre um lado sadio. Até quando é contra mim. Quando os setores mais radicais do PT me atacavam, era pedindo crescimento econômico. Não vamos combater isso. Vamos combater quem propõe maluquices.

ÉPOCA - *Por falar em maluquices, como o senhor se sentiu ao ver resgatadas pela imprensa antigas fotos do tempo de deputado, protestando com gestos contra o pequeno aumento no salário mínimo?*

Palocci - Bom, para quem já foi trotskista... o mundo dá voltas e a gente aprende. O governo traz lições importantes, como não perder o compromisso com o emprego, a renda. Se isso acontecer, teremos perdido tudo. Mas a forma de desenvolver esse trabalho teve de passar por alta de juros, por cortes orçamentários. Essa é a realidade.

ÉPOCA - *E fazer o papel de vilão, dentro e fora do governo, não o incomoda?*

Palocci - Incomodava bastante, até que o presidente Lula começou a me comparar com a mãe dele, o que me deixou muito honrado. Muitas vezes, o debate no governo está animado, todo o mundo planejando gastos e eu falo: 'Desculpem, mas vou estragar a festa'. Nas últimas vezes que falei, o presidente disse: 'Você faz o que a minha mãe fazia. A menina pedia tudo e ela dizia o que era possível'. Não é uma missão das mais agradáveis, mas era necessária. Quando o presidente me chamou para ser ministro da Fazenda, eu disse: 'Por favor, então, me tire de qualquer lista de candidaturas para os próximos dez anos'.

Anexo K – Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo: "A rota do desenvolvimento está dada" (23/07/2004)

Antônio Palocci Filho e José Dirceu

O Brasil retomou, inequivocamente, o caminho do crescimento econômico. Os indicadores mais recentes não deixam margem para dúvidas e, o que é mais importante, os bons resultados da indústria, do comércio e da agricultura chegaram aonde mais importa: a geração de empregos e a renda dos trabalhadores.

Encerrado o primeiro semestre, o sistema formal de empregos constatou a criação de 1,03 milhão de postos de trabalho no período. O desempenho do mês de junho, com expansão de 0,86% ante o mês anterior, e o saldo semestral foram recordes desde 1992, segundo as estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o que levou o Ministério do Trabalho a rever a previsão de criação de 1,3 milhão de empregos formais -isto é, com carteira de trabalho assinada- para 1,8 milhão neste ano. Antes disso, a taxa de desemprego medida pelo IBGE nas nove regiões metropolitanas pesquisadas já havia registrado uma queda de 0,9 ponto percentual em maio, recuando de 13,1% para 12,2%. A renda ainda não se recuperou, mas já diminuiu a intensidade da queda.

A economia brasileira está crescendo há mais de três trimestres consecutivos e a taxa de investimento já se encontra também em processo de retomada. A produção industrial acumula uma expansão de 6,5% de janeiro a maio último, comparativamente ao mesmo período de 2003, e uma expansão de 2,8% em 12 meses, segundo o IBGE. A produção de bens de capital, um importante indicador dos investimentos, acumula expansão de 22,5% neste ano e de 13,2% em 12 meses.

O desempenho exportador brasileiro tem sido notável, acumulando o volume recorde de US\$ 43,3 bilhões no primeiro semestre deste ano e saldo também recorde de US\$ 15,05 bilhões no mesmo período. As importações também aumentara, em 25%, comparativamente ao primeiro semestre de 2003. Com isso, a corrente de comércio do país deu um salto de 24,3% do PIB, em 2003, para 26% neste ano, com previsão de fechar 2004 em torno de 26,5%.

Em maio último, a conta de transações correntes do país encontrava-se positiva em US\$ 6,4 bilhões, no período de 12 meses, o melhor resultado já apurado pelo Banco Central. Com esses números saudáveis no setor externo, o país pôde resistir sem maiores traumas às turbulências recentes no mercado internacional, especialmente à mudança no patamar de preços do petróleo. A política econômica do governo do presidente Lula está produzindo os resultados almejados, retomando o crescimento. Muito há por fazer ainda, mas a rota está dada.

Essa é uma conquista importante de todos. Do Congresso Nacional, que aprovou as reformas propostas pelo governo, melhorando-as como fez recentemente no projeto da Lei de Falências. Do povo brasileiro, que teve a sabedoria de partilhar com o governo federal e os governos estaduais e municipais os esforços do processo de transição para a estabilização, em 2003. Do próprio governo federal, que, entre outras ações fundamentais, manteve o Orçamento e as contas em equilíbrio, reorganizou e dinamizou os gastos sociais e promoveu o acesso ao crédito barato para os trabalhadores e a população de menor renda do país.

O desafio dos próximos dois anos e meio de mandato do presidente Lula é prosseguir e aprofundar o caminho do desenvolvimento. Neste governo não existem clivagens do passado, entre "monetaristas" e "desenvolvimentistas" e outras classificações do gênero. Existem debates, visões às vezes diferenciadas, como é natural em qualquer governo; mas existe, sobretudo, ação comum decidida pelo presidente da República. E as ações têm formado um todo consistente.

É bom que se diga que estamos, sem preconceitos nem condições, implementando reformas que se encontravam paradas havia anos no Congresso Nacional. E são reformas de largo alcance, como é o caso da reforma tributária, que precisa ser pacientemente negociada, pactuada com a sociedade -e que precisa, também, ser cuidadosamente implementada, dada a profundidade das alterações.

Um dos maiores equívocos, a nosso ver, cometidos por alguns agentes econômicos e forças políticas é enxergar uma intenção não declarada do governo de aumentar a carga tributária. Em alguns casos, tomam um aspecto da reforma, como é o caso do PIS e da Cofins, e fazem projeções desmesuradas de aumento da carga. O aumento de arrecadação da Receita Federal no primeiro semestre foi, em grande parte, resultado da própria melhoria da economia, oferecido pelo crescimento, e o salto de arrecadação do PIS e da Cofins em junho reflete a entrada dos recursos oriundos da tributação do produto importado, para equalizar com o produto nacional, conforme sempre reivindicou o empresariado brasileiro.

Ao governo não interessa o aumento da carga tributária. O governo tem uma agenda a cumprir em termos de desoneração da contribuição da folha das empresas e de simplificação do ICMS, com a unificação da legislação e redução das alíquotas, e vai perseguir essa agenda. A continuidade da reforma tributária, que deve ser buscada por toda a sociedade, levará à necessária simplificação dos impostos, menor peso e maior equidade da incidência tributária, com redução da informalidade.

Entendemos a preocupação dos agentes econômicos e sociais. Partilhamos dessas preocupações e também não escondemos as dificuldades de acomodação, como no caso da consideração de alternativas para o pagamento da diferença do Plano Real aos aposentados. Em qualquer caso, nossos compromissos e nossas responsabilidades de manter o equilíbrio das contas públicas continuam de pé.

A administração federal olha para a frente e está comprometida com a construção de um novo padrão de governança pública e de afirmação do desenvolvimento econômico e social do país. Raras vezes em sua história o Brasil teve uma combinação tão favorável de fatores vitais: a inflação sob controle, as contas públicas em ordem e as contas externas superavitárias. Assegurar e aprofundar essas importantes conquistas nos dará a possibilidade de produzir o desenvolvimento sustentável por uma década inteira e até mais.

Essa trajetória implica buscar uma redução consistente do nível de endividamento público, mediada por taxas de crescimento do PIB cada vez mais consistentes. Implica buscar a maior eficiência possível no ordenamento do gasto público, como estamos perseguindo no gasto social. Implica políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico que o país não teve nos últimos anos, para induzir a inovação e o investimento privado. Implica recuperar a capacidade de investimento do Estado, de forma eficiente e adequada aos princípios da responsabilidade fiscal, consolidando-os conforme o projeto de Lei de Parcerias Público-Privadas, encaminhado pelo governo ao Congresso. Implica reformas institucionais que aprofundem, em diversas áreas da microeconomia, as melhores condições para estimular o investimento privado.

Nesse período pré-eleitoral, exacerbações, incompreensões, disputas e debates acerbos certamente vão ocorrer. Não há como não reconhecer que isso já influencia o ambiente político atual. É natural que assim seja, e não pretendemos ditar regras de comportamento.

Queremos apenas reafirmar que a rota do Brasil está traçada. Que a musculatura econômica do país continuará a melhorar nos próximos meses com a intensificação do crescimento. E queremos também reafirmar a nossa convicção de que o Congresso Nacional saberá conjugar o calendário político com o esforço de aprovação das reformas ainda remanescentes na pauta do Parlamento e na agenda do país.

Anexo L – Pronunciamento do ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV (28/02/2005)

"Meus amigos, minhas amigas,

É com grande satisfação, que em nome do presidente Lula, comunico nesse momento ao povo brasileiro um fato da maior relevância. Depois de tantos e tantos anos dependendo dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional, nosso País, finalmente, tem conseguido equilibrar as suas contas e sua balança de pagamentos, colocando a sua economia em ordem, e não mais precisando da ajuda do FMI. Nessa próxima quinta-feira, dia 31 de março, se encerra o nosso último compromisso. E já informamos ao Fundo que ele não será renovado.

Não poderíamos, entretanto, jamais deixar de reconhecer a grande importância da ajuda do FMI em momentos muito difíceis da história do nosso País. Mas era fundamental, para o crescimento do Brasil, fortalecer a nossa economia, superando esse longo ciclo de dependência financeira, para seguir o nosso destino, que é o de ser uma grande e forte nação.

Como todos sabem, a presidente Lula assumiu o governo em janeiro de 2003 num momento de grave crise econômica. A inflação estava fora do controle, o Brasil estava sem crédito internacional e havia uma descrença sobre a capacidade do governo honrar a sua dívida futura. Nestes dois anos e três meses realizamos um forte ajuste na economia para ampliar a poupança do governo e, com consciência, aumentar a capacidade de honrar os nossos compromissos, externos e internos. Ao mesmo tempo, agimos com firmeza no controle da inflação. Todas essas medidas tiveram ampla repercussão no mundo inteiro, dando confiança e credibilidade ao novo governo do Brasil. E com a credibilidade e a confiança em alta, foi possível voltar a crescer.

O ano de 2004 foi um grande ano para o nosso País: o Brasil cresceu 5,2%, a maior taxa dos últimos 10 anos. A indústria cresceu 8,3%. Produzimos mais de dois milhões de veículos, 42 milhões de celulares, nove milhões de aparelhos de TV. Praticamente todos os números da economia em 2004 foram recordistas. E tudo isso significou uma forte geração de empregos: foram mais de dois milhões de novos empregos com carteira assinada em todo o país nesses últimos dois anos. As nossas exportações, nos últimos doze meses, atingiram o recorde histórico de mais de 100 bilhões de dólares. Mas não podemos esquecer que se conseguimos tudo isso, foi com grande esforço e responsabilidade fiscal. Portanto, o controle do orçamento e dos gastos públicos continuará sendo feito com disciplina e transparência. É isso que garantirá a continuidade do equilíbrio econômico necessário para o Brasil crescer.

Em 2005, o ritmo vai continuar forte, com mais crescimento e mais geração de empregos. Enfim, credibilidade internacional, independência financeira, crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, é tudo o que o Brasil precisa para melhorar a sua distribuição de renda, reduzir a pobreza e as injustiças sociais. Porque, no final das contas, É esse o grande objetivo do governo do presidente Lula.

Boa noite e muito obrigado."

Anexo M – Discurso do ministro Palocci no Seminário Banco Central do Brasil – 40 Anos (30/03/2005)

Bom dia a todos. Caro ministro Henrique Meirelles, presidente do Banco Central do Brasil, meu parceiro na política econômica brasileira; caro doutor Timothy Geithner, presidente do Federal Reserve de Nova Iorque, a quem agradecemos a gentileza da sua presença e sua participação entre nós; doutor Malcolm Knight, presidente do BIS, a quem agradecemos também a sua visita ao Brasil, a sua participação e sua colaboração permanente com o nosso País; professor Dionísio Dias Carneiro, em nome do qual cumprimentamos todos os palestrantes de hoje.

Queria fazer um cumprimento especial a todos os ex-presidentes do Banco Central que aqui estão: Antonio Lemgruber, Arminio Fraga, Carlos Brandão, Fernando Milliet, Fernão Bracher, Francisco Gros, Paulo Ximenes, Pedro Malan, Persio Arida, Wadico Buchi, por terem aqui comparecido e abrilhantado essa comemoração dos 40 anos do Banco Central. A história é marcada pela presença de cada um de vocês, que só fez engrandecer essa instituição. Penso que, quando o presidente Henrique Meirelles resolveu convidá-los quis dar essa dimensão de dividir com todos a grandeza do Banco Central, na medida em que a construção de uma instituição dessa importância é feita por homens e mulheres que se dedicam, no dia-a-dia, ao seu trabalho institucional. Nesse sentido, cumprimento a todos os servidores e servidores do Banco Central.

É uma grande honra participar deste evento em comemoração aos 40 anos de criação do Banco Central.

Nesses quarenta anos, foram criadas e aperfeiçoadas diversas instituições do nosso País, as quais, cada uma a seu tempo, foram fundamentais para a construção do nosso processo de desenvolvimento. Ao longo de toda a seqüência de avanços e revezes que a nossa economia atravessou, sobressaiu-se o Banco Central por seu papel ímpar na execução de todas as atribuições clássicas de uma autoridade monetária, que incluem promover o desenvolvimento de um sistema financeiro sólido e saudável, prover a economia de um sistema de pagamentos seguro e eficiente, e trabalhar incessantemente pela estabilidade de preços.

Nessas quatro décadas, o Banco desenvolveu um alto grau na sua capacidade de regulação e fiscalização do sistema financeiro. Alguns desses avanços surgiram como resposta a um processo inflacionário muitas vezes pernicioso, que por tanto tempo corroeu as bases da nossa economia.

Mas a maior parte de nossa estrutura financeira resultou da busca legítima de um sistema saudável, transparente e eficiente. Nesse sentido, dentre as mudanças mais recentes que merecem ser destacadas está o saneamento de um sistema financeiro antes hipertrofiado em várias dimensões, tornando-o adequado a um ambiente de baixas taxas de inflação, e a implementação do Sistema Brasileiro de Pagamentos, permitindo maior agilidade, segurança e controle para as transferências de recursos. E há poucas semanas tivemos as medidas de unificação dos mercados de câmbio, que ao mesmo tempo em que reduz os custos de transação e eleva a transparência e governança dos movimentos de fundos entre o País e o exterior, reduzindo os riscos de operações ilegais, fortalece uma das preocupações do governo corretamente enfrentadas pelo Banco Central.

Esses projetos, entre tantos outros, dão uma configuração moderna e eficiente para o sistema financeiro brasileiro. Mas não será exagero mencionar que uma das mais importantes reformas de todas essas quatro décadas foi a adoção do Regime de Metas de Inflação – quando estava aqui o presidente Arminio Fraga, quando estava no Ministério da Fazenda o nosso colega Pedro Malan.

As baixas e voláteis taxas de crescimento do nosso produto podem ser creditadas em grande medida a repetidos episódios de descontrole inflacionário ou a iniciativas traumáticas tomadas na tentativa de interromper processos inflacionários descontrolados. Por esse motivo, o regime de metas de inflação tem sido uma experiência extremamente exitosa, motivo de justo orgulho da equipe do Banco Central.

Sua implantação, a partir de 1999, coroou uma nova fase de atuação do Banco, que enfrentou esse novo desafio se aparelhando com novos instrumentos e técnicas para enfrentar o desafio maior de manter a trajetória de inflação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Quero destacar aqui um período específico: o começo de 2003 – começo do atual governo – e período de grandes desafios, quando o Banco Central conseguiu recuperar a confiança da sociedade e colocar a inflação em uma trajetória forte de declínio. Esse foi um teste bastante significativo que mostrou que o regime de metas cumpre a contento o papel de coordenar as expectativas dos agentes econômicos e realçou a atuação do Banco Central na redução das taxas de inflação.

Reafirmamos a importância de se assegurar o espaço para atuação do Banco Central na utilização dos mecanismos que estão disponíveis para alcançar a meta de inflação. Nesse sentido, a política monetária tem sido complementada pelo forte compromisso do governo com o equilíbrio fiscal, compromisso esse reafirmado periodicamente com o cumprimento, e mesmo em alguns momentos a superação das metas fiscais brasileiras.

Durante os dois últimos dois anos o Banco Central teve autonomia efetiva na gestão da política monetária e os bons resultados obtidos são uma conquista de toda a sociedade. A consolidação do novo desenho institucional, com a consolidação da autonomia operacional do Banco Central ainda depende de maior aprofundamento das discussões e de seu entendimento dentro da própria sociedade. No entanto, é inequívoco que a discussão do tema demonstra uma saudável compreensão do fato de que a estabilidade de preços é uma importante conquista do País. A discussão agora assumida pelo Senado Federal a respeito da autonomia do Banco Central num espaço de excelência para um debate institucional tão importante como é o Senado certamente fará avançar esse tema da maneira mais adequada.

Ao longo dos últimos anos alcançamos um grau crescente de excelência na gestão da política monetária e há uma consciência generalizada do quão fundamental é assegurar que esse patamar seja consolidado, ficando formalmente garantindo que, no futuro, a capacidade do Banco Central de preservar a estabilidade monetária não será afetada por questões de curto prazo.

A necessidade de assegurar a responsabilidade conquistada pelo Banco se traduz em garantir seu papel fundamental no processo de crescimento do País, para o qual tem contribuído a focalização de seus esforços em suas atividades essenciais. Nos últimos 24 meses, essa responsabilidade contribuiu para estabilizar a inflação e colaborar para a criação das condições para o crescimento do produto.

Estamos vivendo um momento ímpar na história econômica do Brasil. Pela primeira vez em muitos anos conjugam-se três elementos macroeconômicos essenciais para o crescimento sustentável, que se fortalecem mutuamente: as contas fiscais estão equilibradas; a inflação está sob controle; e as contas externas mostram um resultado bastante expressivo tanto na balança comercial quanto na de transações correntes.

Adicionalmente, a produção industrial continua em tendência de crescimento, a partir de um patamar já bastante elevado, com taxas de crescimento média nos últimos 12 meses de 8,3%, com utilização da capacidade instalada, acima dos 82% também na média dos últimos doze meses.

Um forte crescimento da produção industrial, impulsionado inicialmente pelas exportações e pelos setores que respondem mais rapidamente aos impulsos da política monetária, repercutiu também na produção de bens de capital, para o qual não tem faltado crédito tanto com recursos de livre aplicação quanto com aqueles que são direcionados, o que permitiu elevar a taxa de investimento da economia, com a formação bruta de capital fixo crescendo 10,9% no ano de 2004, o dobro do crescimento do produto.

Para fortalecimento dos investimentos tem sido fundamental os esforços realizados para a redução do spread bancário; assim como a ampliação do volume de crédito disponível na economia, particularmente para segmentos antes desassistidos.

Para esse desempenho também contribuiu o setor agrícola, fornecendo insumos para a transformação industrial e para as exportações, criando, por um lado, demanda para máquinas e equipamentos agrícolas. A expansão de oferta se traduziu em um vigoroso aumento dos postos de trabalho, particularmente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, cujo aumento, nos últimos dois anos, foi de mais de dois milhões de empregos formais.

O aumento do emprego vem ocorrendo com uma sensível recuperação da renda do trabalhador, muito por conta do sucesso no controle da inflação, que recuou para 7,6% em 2004, ante 12,5% em 2002. Isso propiciou um aumento da massa salarial que, em conjunto com a ampliação do

volume de crédito e de seu acesso pelos segmentos mais pobres da população, tem incentivado o consumo de bens pelas famílias.

Essa conjugação de fatores foi coroada pelo crescimento de 5,2% do PIB em 2004, a maior taxa desde 1994. E esses resultados, extremamente positivos, aumentam a responsabilidade do governo na sintonia cautelosa dos instrumentos de política econômica, de forma a garantir a qualidade e sustentação desse crescimento por um longo tempo, permitindo, assim, ampliar as políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Foi esse movimento e esse quadro que nos permitiram encerrar de maneira serena um longo ciclo de acordo com o Fundo Monetário Internacional. A partir daí, o governo brasileiro terá uma oportunidade ímpar de demonstrar que os valores da responsabilidade fiscal e do controle da inflação são fatores consolidados em nosso país. A importante e serena atuação do Banco Central nos últimos anos, garantindo a estabilidade dos preços, com a política de transparência reconhecida internacionalmente como das melhores existentes, mais do que uma conquista apenas do Banco Central, é um patrimônio da sociedade brasileira. Instituições fortes são construídas com boas políticas, transparências das suas ações e cumprimento dos objetivos fixados pela sociedade. Em todos esses critérios, o desempenho do Banco Central tem sido admirável. Por isso, é com imensa satisfação que participo dessa justa celebração. Uma celebração compartilhada com todos os servidores do Banco Central, servidores do estado brasileiro. Muito obrigado.

Anexo N – Discurso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no jantar anual da Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN (01/12/2005)

É com grande satisfação que venho hoje a São Paulo para participar, uma vez mais, do jantar anual de confraternização da Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN. Agradeço, na pessoa do Presidente Márcio Cypriano, o convite para participar deste evento.

Sinto-me ainda mais honrado por aqui estar na condição de representante do Senhor Presidente da República, que, em razão de outros compromissos, não pôde comparecer. Pediu-me ele que lhes transmitisse uma saudação muito especial, uma palavra de reconhecimento pelo trabalho que este setor realizou ao longo de 2005 e votos de que, com o mesmo empenho, possa seguir contribuindo para o bom funcionamento e crescimento da economia brasileira.

Antes de começar, quero desde já me desculpar pelo fato de que minha permanência aqui terá de ser breve, pois ainda esta noite embarco para Londres, onde irei representar o Brasil em reunião que se dá no contexto do encontro de Ministros de Finanças dos países do G-7. Amanhã, vou-me reunir com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, John Snow, com quem desenvolvi uma relação de amizade pessoal e uma parceria muito produtiva no tratamento das importantes questões econômicas que de interesse dos nossos dois países. Também amanhã, deverei reunir-me com Gordon Brown, Chanceler do Erário, responsável pela pasta das finanças no governo britânico, com quem também mantenho diálogo amistoso e fluido. Estas reuniões ocorrem a poucos dias da reunião ministerial de Hong Kong e os ministros da área econômica tentaremos dar novo impulso à Rodada de Doha para o comércio. Ainda hoje, o Presidente Lula propôs reunião emergencial de chefes de estado para garantir os resultados positivos que todos esperamos em Hong Kong e que ainda não estão assegurados, apesar de todo o esforço negociador do Governo brasileiro sob a competente coordenação do Ministro Celso Amorim.

Além destas questões relativas ao comércio mundial, vou levar aos meus colegas do G-7, e dos outros grandes países emergentes que participam do encontro, a mesma mensagem que lhes trago esta noite: uma mensagem de confiança na economia brasileira. E devo dizer que não se trata de uma tarefa difícil, pois como as senhoras e senhores sabem, a economia brasileira vive hoje o período mais favorável e promissor dos últimos anos; eu diria mesmo das últimas três décadas.

E por que a nossa economia vai bem? Fundamentalmente, porque a sociedade brasileira, seus governantes, seus líderes políticos e empresariais, nossos trabalhadores e organizações comunitárias, após trinta anos de descontrole inflacionário, fizeram uma escolha preferencial e definitiva pela estabilidade, pela continuidade das políticas de longo prazo, pela responsabilidade fiscal e, em última instância, pela responsabilidade social. O Brasil aprendeu, a um custo muito elevado, como bem sabemos, que não existe um atalho 'inflacionista' para o desenvolvimento. Aliás, aprendeu mais: aprendeu que não existem caminhos milagrosos para o desenvolvimento.

Primeiro, nesse processo por vezes doloroso de amadurecimento, pudemos confirmar que, na esfera política, não havia atalhos fora da democracia. Por isso, porque soubemos extrair lições valiosas do longo período de autoritarismo que vivemos, o Brasil é hoje uma democracia madura, dotada de instituições fortes, impulsionada por uma participação cada vez mais intensa de seus cidadãos nos grandes debates que apontam e definem os rumos do País. Além disso, o Brasil é dotado de uma imprensa plural, diversificada e amplamente livre.

Em seguida, quase uma década depois do retorno da democracia ao nosso cotidiano, o Brasil começou a vencer um dos maiores desafios que enfrentou no Século XX: mais de duas décadas de inflação alta, descontrolada, e crônica que inviabilizavam qualquer projeto de desenvolvimento de longo prazo – afinal, não existe projeto de desenvolvimento sem uma dimensão de permanência – e, pior, que penalizava duramente nossas famílias mais pobres, acentuando um quadro de desigualdade social sabidamente grave.

E por que lhes recordo esses aspectos-chave de nossa história recente? Porque eles estão na base de duas realidades fundamentais: a sociedade brasileira espera de seus governantes e representantes, e do poder público de modo geral, políticas, decisões e providências ágeis, muitas vezes urgentes, mas não aceita que essa urgência sirva de pretexto para qualquer tentativa de atropelo das leis ou das instituições democráticas.

Da mesma forma, o povo brasileiro quer e cobra, legitimamente, que a economia cresça mais, e mais depressa, mas não aceita, de modo algum, a volta da inflação. Até porque todos aprendemos, a duras penas, que, com inflação, não existe crescimento sólido, duradouro, consistente. Por isso, a estabilidade econômica é, e terá de ser sempre, uma conquista definitiva dos brasileiros.

Hoje, os dados apontam para o sucesso da política de estabilização dos preços, após dois importantes choques inflacionários nos últimos anos: o primeiro no final de 2002 e início de 2003, quando a inflação em doze meses chegou a mais de 17%, e o outro no final de 2004 e início de 2005, quando a taxa em doze meses subiu de 5% para 8%. Esta é uma situação já superada e as expectativas de inflação convergem, em 2006, para a meta de 4,5% definida pelo Conselho Monetário Nacional. Em particular, o IGP-M deve alcançar em 2005 a taxa mais baixa desde sua criação e, em consequência do bom comportamento dos preços no atacado, os preços administrados e parcela importante das tarifas públicas, também devem contribuir, em 2006, para um comportamento benigno das taxas de inflação.

Mas a consistência da política macroeconômica vai bem além do controle da inflação. Na dimensão fiscal, também estamos observando avanços relevantes, com o resultado nominal do setor público convergindo para níveis civilizados e muito menos voláteis que no passado e com a confirmação da tendência de queda da relação dívida pública/PIB, após quase uma década de forte crescimento.

Este aumento da solidez fiscal se reflete também numa importante mudança na composição da dívida pública, com a parcela da dívida doméstica vinculada ao câmbio caindo expressivamente, de 37% em dezembro de 2002 para 3,8% em outubro de 2005, ao mesmo tempo em que cresce a parcela de títulos pré-fixados, que passou de 2,2% do total em dezembro de 2002 para 24,5% em outubro de 2005.

Embora ainda haja um longo caminho a trilhar até que a situação fiscal do País esteja definitivamente consolidada, muito já foi feito. Mesmo que a dívida pública ainda seja elevada como proporção do PIB, o risco de descontrole do endividamento está afastado. Mesmo que ainda seja necessário alongar o prazo dos títulos e reduzir progressivamente a parcela indexada aos juros de curto prazo, a vulnerabilidade da dívida a flutuações macroeconômicas é hoje muito menor do que foi no passado.

Completando o arcabouço da consistência macroeconômica, avançamos de forma inequívoca no reforço da solidez de nossas contas externas, resultado do regime de câmbio flutuante, mas também do poder competitivo das empresas brasileiras. Esta solidez, que resulta do excelente desempenho das exportações brasileiras, que, nos últimos 12 meses, até novembro, alcançou 116 bilhões de dólares,, reflete-se numa disponibilidade anual de recursos externos – correspondente à soma do saldo em transações correntes com os investimentos diretos – da ordem de 30 bilhões de dólares.

Tal situação tem viabilizado uma rápida expansão das reservas internacionais, que, descontados os créditos do FMI, cresceram mais de 19 bilhões de dólares entre dezembro de 2002 e outubro de 2005, bem como tem permitido uma redução expressiva do endividamento externo do País, que caiu 19,4 bilhões de dólares entre dezembro de 2002 e junho de 2005.

O resultado da consolidação da estabilidade dos preços, aliado à solidez fiscal e à redução de nossa vulnerabilidade externa, cria as condições para um crescimento equilibrado e sustentável da economia brasileira. Obviamente não se trata de um crescimento imune a oscilações, como deixou claro o resultado do PIB do terceiro trimestre, que reflete os efeitos defasados da política de combate à inflação, de um forte processo de ajuste de estoques e também da queda da confiança do consumidor e dos investidores, resultante, em parte, do período prolongado de turbulência política que estamos atravessando. Temos que encarar com humildade tais resultados.

Mas, ao que tudo indica, todos estes fatores negativos já estão sendo superados. Após um bem sucedido processo de redução da inflação, a política monetária já vem sendo flexibilizada; o ajuste de estoques parece já se ter completado; e, principalmente, a confiança do consumidor já se vem recuperando, sugerindo que a percepção dos benefícios resultantes da estabilidade e da forte expansão da renda dos trabalhadores – que cresceu 4,9% neste ano – vêm superando a incerteza gerada pela crise política e confirmando que a solidez econômica e institucional alcançada pelo País é mais forte do que eventuais turbulências. No dia de hoje, o Brasil registrou a taxa de risco mais baixa de nossa história, desde que tais medições foram implantadas.

Neste contexto, o crescimento que vivemos hoje pode não ser o mais acelerado no curto prazo, mas é aquele que gera as condições para sua própria continuidade, sem criar desequilíbrios que afetem o crescimento de amanhã. Não sou avesso a críticas ou ao debate de alternativas. É salutar debater sempre se os ritmos e doses das políticas são adequados ou devem ser ajustados. Mas não podemos atropelar um processo de estabilidade duramente construído, principalmente em troca de políticas velhas, testadas e reprovadas pela nossa história econômica.

Senhoras e Senhores,

Como bem sabem – até porque o setor financeiro toma constantemente o pulso da economia brasileira – a economia brasileira vai bem porque, além de contar com instituições sólidas e com um

amplo consenso social pela manutenção da estabilidade macroeconômica, conta com uma iniciativa privada que também amadureceu imensamente. Um amadurecimento que somente poderia ocorrer em um contexto de estabilidade e de exposição de nossas empresas à competição internacional, aqui dentro e nos mercados que disputamos como exportadores de bens e serviços.

Tal como se pode ver pelo desempenho das nossas empresas, que apresentaram em 2004 a melhor rentabilidade dos últimos 23 anos, enganaram-se aqueles que previram a derrocada de diversos setores da economia brasileira, subestimando o poder competitivo de nossas empresas. Os números de nosso comércio exterior – e em particular o aumento da participação de nossas exportações no comércio global – aí estão para provar justamente o contrário.

Então, evidentemente, o Brasil está sim conseguindo beneficiar-se da expansão da economia mundial. E estamos fazendo isso em uma área, a do comércio exterior, em que havia uma clara disfunção entre o peso relativo da economia brasileira e sua presença nos mercados internacionais.

O mais importante é que este movimento – de aumento da rentabilidade das empresas e de maior participação no comércio internacional – está-se dando concomitantemente à consolidação de uma expressiva melhora na distribuição de renda do País. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgados esta semana confirmam de modo incontestável essa afirmação. Tão importante quanto a expansão da renda é o fato de que ela se está tornando mais bem distribuída. Tal processo ocorre em contexto de forte expansão e formalização do emprego.

Em suma, o Brasil se torna, como todos desejamos, um país mais próspero e mais justo. Se não no tempo e na velocidade das nossas vontades, será na velocidade e no tempo das nossas possibilidades. Ainda resta muito por fazer, mas, repito, estamos no rumo certo e nele iremos perseverar.

Estamos em um jantar de confraternização e não os vou saturar com números, que todos aqui bem conhecem, mas tanto os dados de rentabilidade de nossas empresas como as cifras de nossas contas externas e os progressivos avanços na redução das desigualdades sociais indicam claramente que temos hoje condições de sustentar um ciclo longo de crescimento e distribuição de renda.

Isto é possível porque, em última instância, temos hoje uma democracia madura, dotada de instituições sólidas; governantes e lideranças comprometidos com a responsabilidade fiscal e a estabilidade macroeconômica como caminho para o crescimento; e com um setor privado que soube amadurecer, adaptar-se aos desafios dos novos tempos, valendo-se do dinamismo e espírito inovador de nossos empresários e trabalhadores.

Senhoras e Senhores,

Antes de concluir, faço questão de dizer uma palavra sobre o nosso setor financeiro, um setor que, como o Brasil, como nossas instituições e nossa economia, também soube amadurecer. Se vinte anos atrás nossos bancos se haviam notabilizado pela capacidade de sobreviver e crescer em um quadro de alta inflação, e se há dez anos havia dúvidas sobre como se iriam ajustar à estabilidade, hoje é evidente que estão sendo capazes de vencer esse desafio, como mostra o expressivo aumento do volume de crédito, que passou de 26,2% do PIB em dezembro de 2003 para 30% em outubro deste ano.

Trata-se não apenas do aproveitamento de uma oportunidade por parte das instituições financeiras, mas também de um inequívoco sinal de confiança na consolidação da estabilidade do País. Pois o que é o crédito, senão uma aposta no futuro?

É claro que ainda estamos no início de um longo caminho. Este é um processo em curso que, ao longo de sua evolução, tenderá reforçar a tendência de volumes de crédito e serviços cada vez maiores e de taxas cada vez menores. Com isto, se manterá a solidez e a eficiência de nossas instituições financeiras, com benefício crescente para as nossas empresas e para o conjunto de nossa população. Estou convencido de que também o desenvolvimento do setor financeiro irá beneficiar-se cada vez mais do aperfeiçoamento institucional do País, da estabilidade, solidez e dinamismo de nossa economia e, também, evidentemente, da reconhecida capacidade empresarial com que conta o nosso sistema financeiro.

Trata-se, como ocorre com os demais setores da economia, de uma via de mão dupla, na qual o setor financeiro, ao mesmo tempo que se vale dos avanços de nossa economia, e do conjunto da sociedade, para expandir-se e aperfeiçoar-se, oferece à nossa economia e à sociedade como um todo os benefícios de um complexo bancário e financeiro mais eficiente e moderno.

Senhoras e Senhores,

Volto à mensagem com que iniciei meus comentários. Uma mensagem de confiança na economia brasileira, de perseverança e manutenção dos rumos que vimos seguindo. Penso que, nos dias atuais, cada um de nós temos imensas responsabilidades para com o nosso país. Carregamos hoje débitos gigantescos com os erros que cometemos no passado. É hora de corrigi-los,

pacientemente, serenamente. Nós não temos o direito de deixar para os jovens que amanhã estarão em nosso lugar um país endividado, desarrumado e inviável. Nossa obrigação é dar-lhes um país democraticamente maduro, economicamente estável e socialmente justo.

Anexo O – Discurso do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no Seminário Internacional "Bolsa Família: 2 anos superando a fome e a pobreza no Brasil" (21/10/2005)

Prezados Senhoras e Senhores,

Fiz questão de atender ao convite do Ministro Patrus Ananias para participar deste seminário internacional com o qual se marca o segundo aniversário do Programa Bolsa Família, cujos expressivos resultados começam a ser devidamente apreciados aqui no Brasil e, também, na esfera internacional.

Sinto-me particularmente motivado por fazer parte desta mesa, nesta sessão na qual iremos debater o tema do "combate à pobreza como estratégia para o desenvolvimento social".

Vou procurar abordar aqui dois pontos, que creio serem essenciais para entender a relação entre a política econômica e os programas sociais. A primeira tese diz respeito à importância dos investimentos sociais, e em particular do Bolsa Família, para o crescimento de longo prazo da economia. Se o programa Bolsa Família fosse apenas um apoio aos mais pobres, já seria um grande programa. Mas ele é muito mais do que isso. A segunda refere-se à falsa dualidade entre o equilíbrio fiscal e os gastos sociais.

Durante a maior parte do Século XX, o tema da política social esteve presente na discussão sobre política econômica apenas em função dos seus impactos orçamentários. A visão majoritária sobre desenvolvimento econômico no Brasil identificava como papel central da política econômica a garantia das condições necessárias à elevação das taxas de investimento em capital fixo. Maiores taxas de investimento garantiriam maiores taxas de crescimento econômico e, portanto, maior renda per-capita. À política social, por outro lado, caberia o papel de promover a justiça social e o acesso aos bens meritórios como saúde e educação.

Nos últimos anos, essa visão convencional sobre a relação entre política econômica e política social vem sendo revista. Desde os anos noventa, a pesquisa empírica sobre desenvolvimento tem buscado identificar quais os fatores mais correlacionados com maiores taxas de crescimento das diversas economias na segunda metade do Século XX. Dentre esses fatores, destacam-se as reformas institucionais que incentivem as decisões de investimentos privados e políticas que melhorem de forma efetiva os indicadores sociais, sobretudo de saúde e escolaridade.

Estas duas linhas de atuação – reformas institucionais e fortalecimento dos programas sociais – têm sido centrais para este governo e resultaram em diversos avanços em nosso país.

A agenda de reformas levada a cabo nos últimos anos é extensa e não cabe aqui fazer uma exposição detalhada de todas as medidas já consolidadas. Todos conhecem os efeitos positivos sobre o mercado de crédito de várias medidas implementadas e, em particular, da regulamentação do crédito consignado, cuja taxa de juros é significativamente inferior à cobrada nas modalidades tradicionais de crédito.

Também temos nos concentrado em medidas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da eficiência da economia. A nova lei de falências, as reformas dos códigos de processos, a transformação de impostos cumulativos em impostos sobre valor agregado são exemplos de medidas que têm fortalecido nossa economia. A reforma do sistema de defesa da concorrência, a abertura do mercado de resseguros, o cadastro positivo são novas medidas, atualmente em análise pelo Congresso Nacional, que, tenho certeza, irão ampliar ainda mais a capacidade de crescimento do nosso PIB.

Indo além dos objetivos econômicos, a agenda de reformas implementada nos últimos anos também se tem caracterizado por uma clara preocupação com a redução das desigualdades sociais. É nesse contexto que se inserem medidas como a simplificação da abertura de contas bancárias para famílias de baixa renda, o programa de microcrédito e até mesmo medidas de natureza tributária, como a desoneração de PIS e Cofins de produtos da cesta básica. Trata-se de medidas voltadas para a população de baixa renda, mas que têm um claro impacto positivo sobre eficiência e o crescimento econômico.

Mas as mudanças institucionais são apenas uma pequena parte das medidas de cunho social do governo do Presidente Lula. Um dos aspectos mais característicos da atual gestão tem sido a forte ênfase na necessidade de políticas sociais efetivas. Temos enfatizado a necessidade de políticas públicas que transfiram renda aos mais pobres, incentivem a permanência das crianças na escola e reforcem a qualidade das ações de saúde como aspecto central de uma política de crescimento econômico de longo prazo.

Poucos fatores são tão correlacionados com as experiências bem sucedidas de crescimento econômico do século passado como os indicadores de saúde e escolaridade. Essa talvez seja a

principal mensagem das pesquisas recentes sobre desenvolvimento. Os países mais bem sucedidos no longo prazo são aqueles que combinam equilíbrio fiscal, com reformas institucionais e políticas sociais que aumentem a escolaridade média da população e melhorem o acesso à saúde.

Por essa razão, o programa Bolsa Família – que consolidou e ampliou significativamente o alcance dos diversos programas de transferência de renda – é um marco importante para o Brasil. Esse programa combina uma política compensatória com uma política estrutural de combate à pobreza, ao transferir renda para as famílias de menor poder econômico e ao condicionar esta transferência à frequência escolar das crianças e ao atendimento de padrões mínimos de saúde. Mais de 40% da desigualdade de renda no mercado de trabalho brasileiro estão correlacionados com a desigualdade nos indicadores de escolaridade. Estimular o aumento da escolaridade é o mecanismo mais eficaz para reduzir uma das principais razões estruturais de nossa desigualdade de renda. Além disso, essa transferência melhora o padrão de vida das famílias mais carentes do nosso país.

A pobreza no Brasil tem idade. As crianças constituem a maior parcela dos nossos pobres [primeira lâmina]. Pior, crianças pobres freqüentam pouco a escola, reproduzindo o ciclo da pobreza no longo prazo. Por isso, a importância fundamental deste programa: aliviar a pobreza dos grupos de menor renda, garantir padrões mínimos de saúde e estimular a frequência escolar é a forma mais eficaz de superar o grave quadro social do nosso país. Como apontam as pesquisas sobre crescimento econômico, essa política também é parte fundamental de uma estratégia de desenvolvimento econômico.

O programa Bolsa Família é também, de todos os programas sociais geridos pela União, o mais eficiente no combate à pobreza, pois é aquele que alcança mais diretamente a parcela da população de menor poder aquisitivo. A quase totalidade de seus recursos é dirigida aos 40% mais pobres do nosso país.

Enquanto instrumento de combate à pobreza e de criação de condições para a inclusão social, o programa Bolsa Família é, sem qualquer sombra de dúvida, aquele que apresenta a melhor relação custo-benefício, na medida em que alcança de forma mais efetiva as famílias de menor renda do país. Dessa forma, o programa Bolsa Família se revela central na nossa política de governo, ao beneficiar os mais pobres, aliviando sua pobreza atual, e criando os instrumentos para a superação das razões estruturais da nossa pobreza, garantindo padrões mínimos de saúde e estimulando o aumento da escolaridade [segunda e terceira lâminas].

Passo agora ao segundo tópico desta apresentação: a falsa dualidade entre equilíbrio fiscal e investimentos sociais. É claro que, no curtíssimo prazo, sempre haverá a arbitragem entre a alocação de recursos para programas de governo – e programas sociais em particular – e a constituição de poupança pública, necessária para garantir uma trajetória sustentável para a dívida pública.

No médio e longo prazo, porém, a garantia do equilíbrio fiscal tem efeitos extremamente positivos sobre o investimento social e a redução das desigualdades sociais. O controle das finanças públicas é elemento central de uma política que garanta a consistência macroeconômica e, portanto, assegure o crescimento equilibrado da economia e o financiamento adequado dos programas sociais.

De nada adianta ampliar as despesas públicas no curto prazo além do nível compatível com a manutenção do equilíbrio fiscal se o custo dessa política for a criação de um ambiente de instabilidade que inviabiliza o crescimento econômico no longo prazo. Ao contrário, a trajetória virtuosa é aquela na qual a gestão consistente das finanças públicas e da política macroeconômica cria condições para o crescimento sustentado da economia e na qual as reformas institucionais e a boa gestão da política social criam condições para que o crescimento seja cada vez mais acelerado. É essa trajetória que viabiliza uma ampliação consistente e estável dos investimentos sociais.

Não estamos falando aqui de teorias, mas sim de resultados palpáveis, que foram construídos ao longo dos últimos anos. Se é inegável o esforço e o compromisso do Presidente Lula com o equilíbrio fiscal, também é inegável que o crescimento decorrente desta política viabilizou uma expansão significativa das despesas sociais.

De 2002 a 2005, os principais programas sociais geridos pelo governo tiveram um crescimento real expressivo. Este é o caso não apenas do Bolsa Família, mas também do Pronaf, dos benefícios previdenciários e assistenciais vinculados ao salário mínimo e das despesas em saúde e em segurança entre outros. [última lâmina]

Nos últimos meses, muito se tem comentado sobre a robustez da nossa economia, mesmo em um momento difícil como o que temos vivido. O País certamente tem-se beneficiado de uma política de equilíbrio fiscal de longo prazo, âncora dos nossos sólidos fundamentos macroeconômicos. Progressivamente, temo-nos beneficiado cada vez mais das reformas institucionais que têm permitido ampliar nosso crédito e melhorado os incentivos à ampliação das decisões privadas de investimento e produção.

Estou seguro de que, no futuro, uma avaliação retrospectiva do atual momento vai identificar em programas como o Bolsa Família um marco não apenas da política social, mas da política de desenvolvimento do Brasil, um país que mostrou que é possível, ou melhor, que é necessário conciliar equilíbrio fiscal e prioridade social, um país que começa a consolidar uma trajetória sustentável de crescimento econômico com justiça social.

Encerro esta minha breve exposição, que espero ter contribuído com o vosso trabalho, cumprimentando de maneira muito especial meu colega Patrus Ananias e toda sua equipe. Patrus não bate bumbo, não gasta palavras ao vento, não joga confetes sobre si mesmo. Patrus é daqueles homens que plantam sementes, no silêncio dos campos, consciente de que o País colherá frutos expressivos da seriedade de sua conduta. Parabéns, Patrus. Conte sempre com o Ministério da Fazenda para o fortalecimento de seus trabalhos.